REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 105 – SEXTA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente
José Sarney – PMDB – AP
1º Vice-Presidente
Paulo Paim – BLOCO – PT – RS
2º Vice-Presidente
Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO
1º Secretário
Romeu Tuma – PFL – SP
2º Secretário
Alberto Silva – PMDB – PI

3º Secretário
Heráclito Fortes – PFL – PI
4º Secretário
Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS

Suplentes de Secretário
1º João Alberto Souza – PMDB – MA
2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT
3º Geraldo Mesquita Júnior– BLOCO – PSB – AC
4º Marcelo Crivella - PL – RJ

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19
(PT–13, PSB – 3, PTB – 3)

LÍDER – PT
Ideli Salvatti - PT

Vice-Líderes

Roberto Saturnino – PT
Ana Júlia Carepa – PT
Flávio Arns – PT
Fátima Cleide – PT

LÍDER - PSB - 3

João Capiberibe – PSB

Vice-Líder PSB
Geraldo Mesquita Júnior

LÍDER - PTB – 3
Duciomar Costa – PTB

LIDERANÇA DO PMDB - 22
LÍDER
Renan Calheiros – PMDB
Vice-Líderes
Hélio Costa
Sérgio Cabral
Luiz Otávio
Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá
Papaléo Paes

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29
PFL– 17, PSDB – 12

LÍDER
Efraim Morais - PFL

Vice-Líderes
Tasso Jereissati – PSDB
César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB
Rodolpho Tourinho – PFL

LÍDER – PFL – 17
José Agripino - PFL

Vice-Líderes
Paulo Octávio
Demóstenes Torres
César Borges
Rodolpho Tourinho
José Jorge
João Ribeiro

LíDER - PSDB – 12
Arthur Virgílio – PSDB – AM
Vice-Líderes
Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia
Leonel Pavan
Álvaro Dias

LIDERANÇA DO PDT – 5
LÍDER
Jefferson Péres – PDT
Vice-Líder
Almeida Lima

LÍDER – PL – 3
Magno Malta – PL

Vice-Líder
Aelton Freitas

LIDERANÇA DO PPS – 2

LÍDER
Mozarildo Cavalcanti – PPS

LIDERANÇA DO GOVERNO
LÍDER

Aloizio Mercadante – PT

Vice-Líderes

Fernando Bezerra – PTB
Patrícia Sabóya Gomes – PPS
Hélio Costa – PMDB
Marcelo Crivella – PL
Ney Suassuna – PMDB
Ideli Salvatti – PT

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Ronald Cavalcante Gonçalves
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) Atualizado em 23.4.2004

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 10.888, DE 24 DE JUNHO DE 2004

Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2004, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a **Medida Provisória nº 182, de 2004**, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A partir de 1º de maio de 2004, após a aplicação dos percentuais de sete inteiros e cento e oitenta e um décimos de milésimo por cento, a título de reajuste, e de um inteiro e dois mil, duzentos e oitenta décimos de milésimo por cento, a título de aumento real, sobre o valor de R$240,00 (duzentos e quarenta reais), o salário mínimo será de R$260,00 (duzentos e sessenta reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$8,67 (oito reais e sessenta e sete centavos) e o seu valor horário a R$1,18 (um real e dezoito centavos).

Art. 2º A partir de 1º de maio de 2004, o valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade ou inválido de qualquer idade é de:

I – R$20,00 (vinte reais), para o segurado com remuneração mensal não superior a R$ 390,00 (trezentos e noventa reais);

II – R$14,09 (quatorze reais e nove centavos), para o segurado com remuneração mensal superior a R$390,00 (trezentos e noventa reais) e igual ou inferior a R$586,19 (quinhentos e oitenta e seis reais e dezenove centavos).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 24 de junho de 2004; 183º da Independência e 116º da República. – Senador **José Sarney,** Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 89ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE JUNHO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nºs 564 e 565, de 2004, das Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de parcelas de anuidade escolar do trabalhador ou de seus filhos dependentes, de até vinte e quatro anos de idade. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2003)..... 19398

1.2.2 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 28/2004, comunicando a aprovação, em reunião realizada em 20 de maio do corrente ano, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2003, com as Emendas nº 1-CE e a de nº 2-CAS; ficando, em conseqüência, rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2003, que tramitava em conjunto com a matéria..... 19406

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2003 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2003), cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário..... 19406

Republicação do Projeto de Resolução nº 24, de 2004-CN, de autoria do Senador Marco Maciel, que institui a Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil. 19406

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 817, de 2004, de autoria do Senador Delcídio Amaral, solicitando à Ministra de Estado do Meio Ambiente as informações que menciona..... 19415

Nº 818, de 2004, de autoria do Senador Alvaro dias, solicitando à Ministra de Estado do Meio Ambiente as informações que menciona..... 19415

1.2.5 – Ofícios

Nº 826/2004, de 24 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 19416

Nº 827/2004, de 24 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação da Deputada Rose de Freitas, como titular, para compor a referida Comissão..... 19416

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Exaltação às atividades do SESC e do SENAC no desenvolvimento dos trabalhadores do setor. Cumprimentos às novas diretorias das Federações do Comércio dos Estados do Amapá e do Pará..... 19416

SENADOR *MAGUITO VILELA* – Crescimento do número de empregos formais no Brasil. A melhoria da economia brasileira. Expectativa com a viagem do Presidente Lula aos Estados Unidos. Criação da Universidade do Sudoeste Goiano, com sede na cidade de Jataí/GO. Importância das Forças Armadas Brasileiras..... 19417

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Evolução do setor elétrico brasileiro. Apelo para a votação do projeto de lei que trata do programa de parcerias público-privadas. Conclamação ao governo federal pela liberação de concessões para construção de gasodutos na Amazônia. Proposta de ampliação do PROINFA – Programa de Incentivos a Formas Alternativas de Energia Elétrica. 19421

SENADOR *MARCOS GUERRA* – Justificativas ao Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2004, de autoria de S. Exª, que institui formas de pagamento de financiamento para estudantes do ensino superior..... 19423

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Posicionamento contrário à convocação extraordinária do Congresso Nacional. 19425

SENADOR *RAMEZ TEBET* – Endosso aos argumentos do Senador Heráclito Fortes contrário

à convocação extraordinária do Congresso Nacional. Considerações sobre a Lei de Falências. 19426

SENADOR *DEMÓSTENES TORRES* – Considerações sobre a execução orçamentária de 2004 no que tange ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). 19430

SENADOR *ALVARO DIAS*, Como Líder – Comentários sobre a aprovação do novo salário-mínimo pela Câmara dos Deputados. 19432

SENADOR *EDISON LOBÃO* – Defesa da concessão de aposentadoria para as donas de casa. 19433

SENADOR *SIBÁ MACHADO* – Importância dos debates sobre a questão da suficiência em energia elétrica. 19436

SENADOR *JOSÉ JORGE* – Comentários sobre a aprovação do novo salário-mínimo pela Câmara dos Deputados. 19439

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Crescimento do comércio do Brasil com outros países como resultado das viagens do Presidente Lula. 19440

SENADOR *DELCÍDIO AMARAL* – Considerações sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2004, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. 19442

SENADORA *ANA JÚLIA CAREPA* – Resultados da visita do Ministro dos Transportes à Belém/PA, na semana passada. Conquista do Prêmio David Capistrano pela Prefeitura de Belém/PA, e, do Prêmio Prefeito Amigo da Criança 2004, pelo Prefeito Edmilson Rodrigues. 19443

SENADOR *AUGUSTO BOTELHO* – Homenagem a Leonel Brizola. 19446

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Comentários à matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo, de 10 de junho do corrente, intitulada "Servidores são afastados por fraude na varrição", que faz denúncias sobre irregularidades na licitação para coleta de lixo no município de São Paulo. 19447

SENADOR *EDUARDO AZEREDO* – Registro do artigo intitulado "Devagar com o andor...", de autoria do ex-ministro das Comunicações e ex-presidente do IBGE, Luiz Carlos Mendonça de Barros, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 4 de junho do corrente. 19449

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Comentários ao artigo "Saúde desgastada", publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 9 do corrente. 19450

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Comentários a recente pesquisa feita pelo Instituto Vox Populi, encomendada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, sobre a questão agrária nacional. 19451

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Advertências do Presidente colombiano, Álvaro Uribe, em entrevista ao jornal **Folha de S.Paulo**, sobre a destruição da Floresta Amazônica pelo narcotráfico. A queda de popularidade do Presidente Lula. 19452

SENADOR *AUGUSTO BOTELHO* – Importância da fixação do dia 27 de junho como o Dia Nacional do Diabético. 19459

SENADOR *JOSÉ JORGE* – Participação de S. Exª na 11ª Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). 19460

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Romeu Tuma, proferido na sessão de 17 de junho de 2004 (republicação) 19464

3 – RETIFICAÇÃO

Ata da 68ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 1º de junho de 2004 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subseqüente. 19473

4 – TERMOS DE REUNIÃO

Referente a Medida Provisória nº 191, de 2004. 19474

Referente a Medida Provisória nº 192, de 2004. 19475

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 89ª Sessão Não Deliberativa, em 24 de junho de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, da Sra. Serys Slhessarenko e dos Srs. Maguito Vilela, Augusto Botelho, Papaléo Paes e Valdir Raupp

(Inicia-se a sessão às 10 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres das Comissões de Educação e de Assuntos Sociais que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES

PARECERES Nºs 564 E 565 DE 2004

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de parcelas de anuidade escolar do trabalhador ou de seus filhos dependentes, de até vinte e quatro anos de idade(tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2003).

PARECER Nº 564, DE 2004

(Da Comissão de Educação nos termos do Requerimento nº 710, de 2003, em audiência)

Relator: Senador **Sérgio Guerra**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 223, de 2003, de iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi, e o PLS nº 287, de 2003, da lavra do Senador Eduardo Azeredo, tratam da mesma matéria: a permissão do uso dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de encargos educacionais do trabalhador e de seus dependentes. Existem, todavia, diferenças entre as duas proposições.

O PLS nº 223, de 2003, permite a movimentação da conta relativa ao FGTS para o financiamento de encargos educacionais do trabalhador e de seus dependentes no ensino médio e na educação superior, em cursos de graduação e de pós-graduação. O projeto, no entanto, não conceitua a expressão encargos educacionais, remetendo a decisão sobre o assunto para futura regulamentação.

Por sua vez, o PLS nº 287, de 2003, limita a possibilidade de saque do FGTS para pagamento de parcelas de anuidade escolar relativas a cursos de ensino superior em instituições registradas no Ministério da Educação (MEC). Além disso, restringe, a vinte e quatro anos, a idade do dependente do trabalhador para efeito da movimentação das respectivas contas. Outros dois limites são ainda fixados: o valor máximo — de 70% — da parcela da anuidade a ser paga com recursos do Fundo; e o teto — de 30% —do saldo da conta a ser comprometido com o encargo.

Os dois projetos tramitam conjuntamente por força da aprovação de requerimento de iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi.

Não foram apresentadas emendas às proposições.

Inicialmente, os projetos apenas seriam apreciados pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). No entanto, devido à aprovação de requerimento do Senador Osmar Dias, a matéria também foi enviada a esta Comissão, permanecendo a decisão terminativa da CAS.

II – Análise

Existem seis grandes grupos existentes de fatos geradores de movimentações das contas do FGTS: a perda do emprego; o acesso à moradia; determinadas doenças graves; a cessação de depósitos na conta, por prazo ininterrupto de três anos, por aposentadoria ou por morte; aplicação em cotas de Fundos Mútuos de Privatização; e idade superior a setenta anos. A intenção do legislador foi a de permitir um conjunto mínimo de modificação nas modalidades de saque. Afinal, o FGTS precisa remunerar bem os recursos dos trabalhadores e, para tanto, é condição essencial a manutenção de níveis positivos de arrecadação líquida. Além disso, em decorrência da elevação dos níveis de desemprego, manifestou-se nos últimos anos uma

redução da arrecadação bruta, bem como se elevou o volume de saques por despedida.

Embora esses fenômenos tenham reduzido significativamente a arrecadação líquida, as propostas de permitir que o titular da conta vinculada possa movimentá-la para outros fins são compreensíveis, uma vez que o saldo da conta vinculada é, de qualquer forma, salário diferido.

Ao mesmo tempo, a possibilidade de uso dos recursos do FGTS para pagamento de encargos educacionais constitui medida salutar, pois

permite ampliar as oportunidades de acesso ao ensino do trabalhador e de seus dependentes, com os conseqüentes efeitos favoráveis, tão evidenciados por diversos indicadores, sobre a promoção social dos indivíduos e a produtividade do trabalho.

Desse modo, julgamos relevante o acolhimento da sugestão trazida pelos dois projetos, por seu positivo alcance educacional, ressalvadas, porém, as considerações da CAS a respeito da adequação da abertura de mais uma possibilidade de movimentação das contas do Fundo sobre a arrecadação líquida do Fundo e sobre sua remuneração.

A opção pelo PLS nº 287, de 2003, reside exatamente nos limites que cria para equilibrar essa nova possibilidade de movimentação da conta com a capacidade de capitalização do Fundo, preservando-se o seu papel de apoiar o trabalhador em momentos de dificuldade e de estimular os setores de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana.

Além disso, apesar das dificuldades que os estados vêm enfrentando para ampliar suas redes de ensino médio, existe razoável equilíbrio entre a demanda e a oferta de vagas na rede pública desse nível escolar. Já no ensino superior a situação é diferente: o setor público atende tão-somente uma pequena parcela daqueles que o procuram. Desse modo, a expansão da educação superior tem-se efetuado principalmente nos estabelecimentos privados, nos quais o peso das anuidades muitas vezes impede a matrícula ou a continuidade dos estudos dos alunos de renda mais baixa.

O único reparo a fazer ao PLS nº 287, de 2003, diz respeito à referência ao registro das instituições de ensino no Ministério da Educação. Na verdade, conforme a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — a Lei de Diretrizes e Bases da Educação —, as instituições de educação superior devem ser credenciadas e os seus cursos reconhecidos, em ambos os casos por prazos limitados, com renovação periódica, após processo regular de avaliação (art. 46). Essas normas visam garantir a qualidade do ensino e, por conseguinte, proteger os estudantes contra instituições que não zelam pelos serviços educacionais oferecidos. Portanto, convém que essa garantia conste da legislação sobre a movimentação das contas do FGTS para pagamento de anuidades escolares, razão pela qual sugerimos adiante emenda à proposta.

Por fim, não existem óbices de natureza constitucional contra a tramitação das duas proposições. Ambas dispõem sobre direito do trabalho, matéria de competência privativa da União (CF, art. 22, I), sobre a qual o Congresso Nacional tem o poder de legislar (CF, art. 48), sem reserva de domínio quanto à capacidade de iniciativa.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2003, com a emenda apresentada a seguir, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2003.

EMENDA Nº 1 – CE

Substitua-se no inciso XVI incluído pelo Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2003, ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a expressão curso de ensino superior oferecido por instituição registrada no Ministério da Educação por curso de educação superior legalmente reconhecido e oferecido por instituição de ensino devidamente credenciada.

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2003. – **Osmar Dias,** Presidente – **Sérgio Guerra,** Relator – **Fátima Cleide – Flávio Arns – Ideli Salvatti – Aelton Freitas – Hélio Costa – Maguito Vilela – Sérgio Cabral – José Jorge – Efraim Morais – Maria Do Carmo Alves – Reginaldo Duarte – Almeida Lima – Eurípedes Camargo – Mão Santa – Garibaldi Alves Filho.**

VOTO EM SEPARADO DA SENADORA IDELI SALVATTI, APRESENTADO PERANTE A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 223, de 2003, de iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi, e o PLS nº 287, de 2003, da lavra do Senador Eduardo Azeredo, tratam da mesma matéria: a permissão do uso dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de encargos educacionais do trabalhador e de seus dependentes. Existem, todavia, diferenças entre as duas proposições.

O PLS nº 223, de 2003, permite a movimentação da conta relativa ao FGTS para o financiamento de encargos educacionais do trabalhador e de seus dependentes no ensino médio e na educação superior, em cursos de graduação e pós-graduação. O projeto, no entanto, não conceitua a expressão encargos edu-

cacionais, remetendo a decisão sobre o assunto para futura regulamentação.

Por sua vez, o PLS nº 287, de 2003, limita a possibilidade de saque do FGTS para pagamento de parcelas de anuidade escolar relativas a cursos de ensino superior em instituições registradas no Ministério da Educação (MEC). Além disso, restringe, a vinte e quatro anos, a idade do dependente do trabalhador para efeito da movimentação das respectivas contas. Outros dois limites são ainda fixados: o valor máximo – de 70% – da parcela da anuidade a ser paga com recursos do Fundo; e o teto – de 30% – do saldo da conta a ser comprometido com o encargo.

Os dois projetos tramitam conjuntamente por força da aprovação de requerimento de iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi.

Não foram apresentadas emendas às proposições.

Inicialmente, os projetos apenas seriam apreciados pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). No entanto, devido à aprovação de requerimento do Senador Osmar Dias, a matéria também foi enviada a esta Comissão, permanecendo a decisão terminativa da CAS.

O Relator da matéria na Comissão de Educação, Senador Sérgio Guerra, posicionou-se pela aprovação do PLS nº 287, de 2003, com emenda que visa a garantir que a instituição de ensino superior tenha, além do registro no MEC, o reconhecimento de seus cursos. Quanto ao PLS nº 223, de 2003, o mencionado relator opina pela sua rejeição.

II – Análise

O FGTS foi instituído pela Lei nº 5.107, de 13-9-66. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto nº 59.820, de 20-12-66. Atualmente, sua lei de regência é a Lei nº 8.036/90 e o seu regulamento está consolidado no Decreto nº 99.684/90.

Formado por depósitos mensais, efetuados pelas empresas em nome de seus empregados, o FGTS constitui-se em um pecúlio disponibilizado quando da aposentadoria ou morte do trabalhador, e representa uma garantia para a indenização do tempo de serviço, nos casos de demissão imotivada. Além disso, o Fundo também favorece a geração de recursos destinados à execução de políticas habitacionais, prioritariamente para a população de baixa renda, bem como políticas de infra-estrutura e desenvolvimento urbano, proporcionando, com isso, melhores condições de vida à população brasileira e propiciando, também, a geração de novos empregos.

De fato, como recurso destinado a esses programas, o FGTS tem sido, ao longo de toda sua existência, a principal, quando não a única, fonte para financiar projetos nas áreas de habitação popular, saneamento e infra-estrutura urbana.

Vale salientar que, no período de janeiro de 1995 a fevereiro de 2003, foram aplicados cerca de R$23 bilhões em programas sociais, tais como Apoio à Produção, Carta de Crédito Associativa, Carta de Crédito Individual – FGTS, Pró-Moradia, Arrendamento Residencial, Esgotamento Sanitário e Pró-Saneamento, gerando milhares de empregos e melhorando a qualidade de vida da sociedade, o que traduz a grande abrangência social do Sistema FGTS.

Os eminentes autores das propostas entendem que a medida, se aprovada, abrirá portas para facilitar o financiamento do ensino superior para os mais desprovidos de recursos. Entendem, ainda, que as hipóteses permissivas de movimentação da conta vinculada do FGTS asseguram o pecúlio financeiro para o trabalhador, bem como a acumulação de recursos para aplicação em programas de desenvolvimento urbano, objetivos que não seriam afetados pela inclusão de mais uma hipótese.

No entanto, os números demonstram o contrário. Conforme dados do cadastro do FGTS – contas ativas, do mês de setembro de 2003, cerca de 53,5% das contas apresentam saldo de até um salário mínimo, e 73,6%, até quatro salários mínimos, com saldo médio de R$191,11, fato que demonstra que a aprovação desses projetos de lei somente iria beneficiar uma minoria privilegiada de trabalhadores, além de provocar uma evasão de recursos do Fundo. Ressalte-se, portanto, que 53,5% dos participantes não têm saldo para pagar sequer uma mensalidade de, por exemplo, R$500,00. Outros 20,1% têm saldo para pagar somente uma prestação no valor indicado. No caso do PLS nº 287, de 2003, que estabelece o teto de 30% do saldo da conta para pagamento da mensalidade, a medida teria eficácia ainda mais reduzida ou, precisamente, nula.

Some-se a isto o fato de que, caso estes projetos sejam aprovados, o FGTS passará a ter saques, ainda que parciais, em escala exponencial, vislumbrando uma possibilidade real, clara e preocupante de sua extinção em poucos anos. A ampliação dos eventos de saque da conta vinculada provocaria, portanto, impacto financeiro negativo no caixa do Fundo, o que, certamente, colocaria em risco as disponibilidades para fazer frente aos financiamentos dos programas sociais a que verdadeiramente se destina. Hoje, o Governo Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, para levar a efeito suas políticas de desenvolvimento urbano no âmbito do PPA 2004/2007, tem no FGTS a origem de 90% de seus recursos. O comprometimento negativo da eficácia dessas ações será, caso os projetos sejam aprovados, inevitável.

É seguro afirmar que é por demais temerário apoiar iniciativas, por mais significativas que nos apresentem, que visem desviar recursos do FGTS para custear programas desvinculados de suas efetivas finalidades—habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana.

Importa lembrar ainda que o financiamento do ensino superior já dispõe de políticas específicas para atendimento de seus objetivos, podendo, para esse fim, serem revitalizados em suas origens. Dentre essas políticas ressaltamos a possibilidade de financiamento das mensalidades por intermédio do Fundo de Financiamento do Ensino Superior (FIES), regido pela Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001. Em se tratando de estudantes carentes de nível superior, existe proposta em tramitação neste Congresso Nacional, elaborada pelo Ministério da Educação, que prevê a criação do Programa de Assistência Estudantil (PAE), cuja fi-

nalidade é a concessão de bolsas integrais, compensadas com a prestação de serviço civil voluntário.

III – Voto

Diante das circunstâncias apontadas acima, em que pese as louváveis iniciativas dos ilustres Parlamentares, relacionadas aos Projetos de Lei do Senado nº 223, de 2003, e nº 287, de 2003, voto, contrariamente ao entendimento do relator, pela rejeição das referidas proposições por esta Comissão.

Integram o presente voto em separado os pareceres, todos em contrário, dos Ministérios da Fazenda e do Trabalho e Emprego, além da Caixa Econômica Federal.

Sala da Comissão, em 9 de dezembro de 2003. – Senadora **Ideli Salvatti,** PT/SC

PARECER Nº 565, DE 2004,

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relator **ad hoc:** Senador **Reginaldo Duarte**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 223, de 2003, de iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi, e o PLS nº 287, de 2003, apresentado pelo Senador Eduardo Azeredo, tramitam conjuntamente por tratarem da mesma matéria: a possibilidade de saque dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para custear encargos educacionais do trabalhador e de seus dependentes.

Mais especificamente, o PLS nº 223, de 2003, concede permissão para sacar recursos da conta relativa do FGTS com o objetivo de financiar encargos educacionais do trabalhador e de seus dependentes nos ensinos médio e superior ou em cursos de pós-graduação. Esse Projeto foi rejeitado pela Comissão de Educação.

Por sua vez, o PLS nº 287, de 2003, permite a possibilidade de saque do FGTS para pagamento apenas de parcelas de anuidade escolar relativas a cursos de ensino superior em instituições registradas no Ministério da Educação. Além disso, restringe a idade do dependente a vinte e quatro anos para efeito da movimentação da respectiva conta-vinculada. Outros dois limites são ainda estipulados: no máximo 70% da parcela da anuidade pode ser paga com recursos do Fundo e não é permitido sacar mais de 30% do saldo com esse encargo.

O PLS nº 287, de 2003, foi aprovado pela Comissão de Educação com uma emenda do Relator que substituiu a expressão curso de ensino superior oferecido por instituição registrada no Ministério da Educação pelo texto curso de educação superior legalmente reconhecido e oferecido por instituição de ensino devidamente credenciada.

A matéria veio então a esta Comissão de Assuntos Sociais para decisão terminativa.

II — Análise

A Lei nº 8.036, de 1990, traz em seu art. 20 as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS. A intenção do legislador foi a de dificultar as modalidades de saque. No entanto, em decorrência da elevação dos níveis de desemprego, manifestou-se, nos últimos anos, uma redução da arrecadação bruta, bem como se elevou o volume de saques por demissão.

Embora isso tenha reduzido significativamente a arrecadação líquida, as propostas de permitir que o titular da conta vinculada possa movimentá-la para outros fins são compreensíveis, uma vez que o saldo da conta vinculada é, de qualquer forma, salário diferido.

Ao mesmo tempo, a possibilidade de uso dos recursos do FGTS para pagamento de encargos educacionais constitui medida salutar, pois permite ampliar as oportunidades de acesso do trabalhador e de seus dependentes ao ensino, com os conseqüentes efeitos favoráveis, tão evidenciados por diversos indicadores, sobre a promoção social dos indivíduos e a produtividade do trabalho.

Concordamos com a Comissão de Educação no sentido de que os recursos devem ser alocados apenas para o ensino superior, pois é nessa fase que há o maior déficit de vagas públicas.

Consideramos importante a emenda ao PLS nº 287, de 2003, aprovada na Comissão de Educação, que ajusta o texto referente às instituições de ensino ao estipulado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 1996).

Por fim, não existem óbices no que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade do projeto em questão.

Desse modo, julgamos relevante o acolhimento do PLS nº 287, de 2003, com a modificação efetuada pela Comissão de Educação, bem como a rejeição do PLS nº 223, de 2003. Além disso, como a Medida Provisória nº 169, de 2004, já promoveu a inclusão de um inciso XVI ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, a nova modalidade de saque deve estar no inciso XVII.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2003, com a modificação aprovada pela Comissão de Educação, acrescida da emenda apresentada a seguir, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2003.

EMENDA Nº 2 – CAS

Substitua-se a numeração do inciso XVI incluído pelo Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2003, ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, por XVII.

Sala da Comissão, 20 de maio de 2004. – **Lúcia Vânia,** Presidente – **Augusto Botelho,** Presidente eventual **Ségio Guerra,** Relator – **Reginaldo Duarte ad hoc Ana Júlia Carepa** – **Flavio Arns** – **Sibá Macahdo** – **Aelton Freitas** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Leomar Quintaniha** – **José Agripino** – **Eduardo Azeredo** – **Teotônio Vilela Filho** – **Reginaldo Duarte** – **Antonio Carlos Valadares** – **Garibaldi Alves Filho** – **César Borges** – **Demóstenes Torres** – **Efraim Morais** – **Leonel Pavan.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

PLS Nº 287 [redacted], DE 2003.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo.	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco de Apoio ao Governo.	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANA JÚLIA CAREPA (PT)				X	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)				
IDELI SALVATTI (PT)					2- FERNANDO BEZERRA (PTB)				
FÁTIMA CLEIDE (PT)					3- HÃO VIANA (PT)				
FLÁVIO ARNS (PT)	X				4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB)	X			
SIBÁ MACHADO (PT)					5- DUCIOMAR COSTA (PTB)				
AELTON FREITAS (PL)	X				6- VAGO				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB)	X				7-SERYS SLHESSARENKO (PT)				
DELCÍDIO AMARAL (PT)					8- VAGO				
TITULARES – PMDB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PMDB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
MÃO SANTA					1- GARIBALDI ALVES FILHO	X			
LEOMAR QUINTANILHA	X				2- HÉLIO COSTA				
MAGUITO VILELA					3- VAGO				
SÉRGIO CABRAL					4- JOSÉ MARANHÃO				
NEY SUASSUNA					5- PEDRO SIMON				
RAMEZ TEBET					6- ROMERO JUCÁ				
PAPALÉO PAES					7- GERSON CAMATA – LICENCIADO				
TITULARES – PFL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PFL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDISON LOBÃO					1- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES				
JONAS PINHEIRO					2- CÉSAR BORGES	X			
JOSÉ AGRIPINO MAIA	X				3- DEMÓSTENES TORRES	X			
PAULO OCTÁVIO					4- EFRAIM MORAIS	X			
MARIA DO CARMO ALVES					5- JORGE BORNHAUSEN				
ROSEANA SARNEY					6- JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – PSDB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PSDB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO AZEREDO			X		1- TASSO JEREISSATI				
LÚCIA VÂNIA					2- LEONEL PAVAN	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO	X				3- SÉRGIO GUERRA - **RELATOR**				
ANTERO PAES DE BARROS					4- ARTHUR VIRGÍLIO				
REGINALDO DUARTE **RELATOR "AD HOC"**	X				5- MARCOS GUERRA				
TITULARES – PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
AUGUSTO BOTELHO **Presidente Eventual**					1- OSMAR DIAS				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				2- VAGO				
TITULARES - PPS	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - PPS**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
PATRÍCIA SABOYA GOMES					1- MOZARILDO CAVALCANTI				

TOTAL: 17 **SIM:** 14 **NÃO:** — **ABSTENÇÃO:** 1 **AUTOR:** 1 **SALA DAS REUNIÕES, EM** 10/05/2004.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

SENADOR AUGUSTO BOTELHO
PRESIDENTE EVENTUAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

EMENDA Nº 1 – CE AO PLS Nº 287 [redacted], DE 2003.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo.	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco de Apoio ao Governo.	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANA JÚLIA CAREPA (PT)				X	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)				
IDELI SALVATTI (PT)					2- FERNANDO BEZERRA (PTB)				
FÁTIMA CLEIDE (PT)					3- TIÃO VIANA (PT)				
FLÁVIO ARNS (PT)	X				4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			
SIBÁ MACHADO (PT)					5- DUCIOMAR COSTA (PTB)				
AELTON FREITAS (PL)	X				6- VAGO				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB)	X				7-SERYS SLHESSARENKO (PT)				
DELCÍDIO AMARAL (PT)					8- VAGO				
TITULARES – PMDB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PMDB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
MÃO SANTA					1- GARIBALDI ALVES FILHO	X			
LEOMAR QUINTANILHA	X				2- HÉLIO COSTA				
MAGUITO VILELA					3- VAGO				
SÉRGIO CABRAL					4- JOSÉ MARANHÃO				
NEY SUASSUNA					5- PEDRO SIMON				
RAMEZ TEBET					6- ROMERO JUCÁ				
PAPALÉO PAES					7- GERSON CAMATA – **LICENCIADO**				
TITULARES – PFL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PFL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDISON LOBÃO					1- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES				
JONAS PINHEIRO					2- CÉSAR BORGES	X			
JOSÉ AGRIPINO MAIA	X				3- DEMÓSTENES TORRES	X			
PAULO OCTÁVIO					4- EFRAIM MORAIS	X			
MARIA DO CARMO ALVES					5- JORGE BORNHAUSEN				
ROSEANA SARNEY					6- JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – PSDB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PSDB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO AZEREDO			X		1- TASSO JEREISSATI				
LÚCIA VÂNIA					2- LEONEL PAVAN	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO	X				3- SÉRGIO GUERRA - **RELATOR**				
ANTERO PAES DE BARROS					4- ARTHUR VIRGÍLIO				
REGINALDO DUARTE **RELATOR "AD HOC"**	X				5- MARCOS GUERRA				
TITULARES – PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
AUGUSTO BOTELHO **Presidente Eventual**					1- OSMAR DIAS				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				2- VAGO				
TITULARES - PPS	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - PPS**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
PATRÍCIA SABOYA GOMES					1- MOZARILDO CAVALCANTI				

TOTAL: 17 **SIM:** 14 **NÃO:** — **ABSTENÇÃO:** 1 **AUTOR:** 1 **SALA DAS REUNIÕES, EM** 20/05/**2004.**

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

SENADOR AUGUTO BOTELHO
PRESIDENTE EVENTUAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

EMENDA Nº 2 – CAS AO PLS Nº 287 [redacted], DE 2003.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo.	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco de Apoio ao Governo.	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANA JÚLIA CAREPA (PT)				X	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)				
IDELI SALVATTI (PT)					2- FERNANDO BEZERRA (PTB)				
FÁTIMA CLEIDE (PT)					3- TIÃO VIANA (PT)				
FLÁVIO ARNS (PT)	X				4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB)	X			
SIBÁ MACHADO (PT)					5- DUCIOMAR COSTA (PTB)				
AELTON FREITAS (PL)	X				6- VAGO				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB)	X				7-SERYS SLHESSARENKO (PT)				
DELCÍDIO AMARAL (PT)					8- VAGO				
TITULARES – PMDB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PMDB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
MÃO SANTA					1- GARIBALDI ALVES FILHO	X			
LEOMAR QUINTANILHA	X				2- HÉLIO COSTA				
MAGUITO VILELA					3- VAGO				
SÉRGIO CABRAL					4- JOSÉ MARANHÃO				
NEY SUASSUNA					5- PEDRO SIMON				
RAMEZ TEBET					6- ROMERO JUCÁ				
PAPALÉO PAES					7- GERSON CAMATA – LICENCIADO				
TITULARES – PFL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PFL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDISON LOBÃO					1- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES				
JONAS PINHEIRO					2- CÉSAR BORGES	X			
JOSÉ AGRIPINO MAIA	X				3- DEMÓSTENES TORRES	X			
PAULO OCTÁVIO					4- EFRAIM MORAIS	X			
MARIA DO CARMO ALVES					5- JORGE BORNHAUSEN				
ROSEANA SARNEY					6- JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – PSDB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PSDB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO AZEREDO			X		1- TASSO JEREISSATI				
LÚCIA VÂNIA					2- LEONEL PAVAN	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO	X				3- SÉRGIO GUERRA - **RELATOR**				
ANTERO PAES DE BARROS					4- ARTHUR VIRGÍLIO				
REGINALDO DUARTE RELATOR "AD HOC"	X				5- MARCOS GUERRA				
TITULARES – PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
AUGUSTO BOTELHO **Presidente Eventual**					1- OSMAR DIAS				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				2- VAGO				
TITULARES - PPS	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - PPS**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
PATRÍCIA SABOYA GOMES					1- MOZARILDO CAVALCANTI				

TOTAL: 17 **SIM:** 14 **NÃO:** — **ABSTENÇÃO:** 1 **AUTOR:** 1 **SALA DAS REUNIÕES, EM** 20/05/2004.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

SENADOR AUGUSTO BOTELHO
PRESIDENTE EVENTUAL

TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, DE 2003, APROVADO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS EM REUNIÃO DO DIA 20 DE MAIO DE 2004

Permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de parcelas de anuidade escolar do trabalhador ou de seus filhos dependentes, de até vinte e quatro anos de idade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, com redação dada pelas Leis nos 8.678, de 1993, 8.922, de 1994, 9.491, de 1997, e 9.635, de 1998, e pelas Medidas Provisórias nos 2.197-43 e 2.164-41, ambas de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. .....

....

XVII – pagamento de parcelas de anuidade escolar do trabalhador ou de seus filhos dependentes, de até vinte e quatro anos de idade, limitado a setenta por cento do valor de cada parcela e ao saque total de no máximo trinta por cento do saldo da respectiva conta vinculada, quando devidamente matriculado em curso de educação superior legalmente reconhecido e oferecido por instituição de ensino devidamente credenciada. (NR)

.....

§ 19. O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso XVII, visando beneficiar os trabalhadores e preservar o equilíbrio financeiro do FGTS. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de maio de 2004. – Senador **Augusto Botelho, Presidente Eventual** – Senador **Reginaldo Duarte,** Relator Ad Hoc.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de territórios ou estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 11-9-2001:

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b;

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 11-9-2001:

XI – criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública;

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 169, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2004

Acrescenta o inciso XVI ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências.

.....

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Os pareceres lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 028/04 – PRES/CAS

Brasília, de maio de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 20 de maio de 2004, aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2003, que "Permiti a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de parcelas de anuidade escolar do trabalhador ou de seus filhos dependentes, de até vinte e quatro anos de idade", de autoria do Senador Eduardo Azeredo, com as Emendas nº 1 — CE e a de nº 2 — CAS; em conseqüência foi rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2003, que "Altera o artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o financiamento de encargos educacionais decorrentes de curso de ensino médio e de cursos universitários de graduação e pós-graduação para trabalhador e seus dependentes", de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que tramita em conjunto.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho,** Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com referência ao ofício que acaba de ser lido, a Presidência comunica que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2003 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2003), cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A Presidência comunica ao Plenário que determinou a republicação no Diário do Senado Federal e em avulsos do Projeto de Resolução nº 24, de 2004, que institui a Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil.

É o seguinte o projeto republicado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24, DE 2004-CN

Institui a Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil.

§ 1º A Comissão será integrada pelos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que a co-presidirão e por um senador e um deputado de cada estado e do Distrito Federal, e igual número de suplentes.

§ 2º Caberá ao presidente de cada Casa, ouvido o coordenador da bancada estadual, indicar os representantes de cada estado, que terão mandato por uma legislatura.

§ 3º Caberá à Comissão estabelecer o programa de ações e o seu calendário de funcionamento.

§ 4º O calendário da Comissão, previsto no § 3º deste artigo, será organizado de forma a realizar pelo menos uma de suas reuniões em cada uma das unidades da Federação, mediante consulta aos respectivos governadores.

§ 5º O Senado Federal e a Câmara dos Deputados oferecerão os meios materiais e pessoais necessários às ações da comissão, obedecido o disposto no art. 150 do Regimento Comum.

§ 6º Os trabalhos da comissão serão secretariados por servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 145 do Regimento Comum).

Art. 2º A comissão de que trata esta resolução terá as seguintes finalidades:

I – definir e coordenar a execução da programação voltada para a celebração do Bicentenário da Independência do Brasil;

II – estabelecer vínculos e parcerias com os Poderes Executivo e Judiciário para que, por intermédio de seus órgãos de atribuição específica, possam ser projetadas ações conjuntas voltadas para a mesma finalidade;

III – receber, selecionar e aprovar sugestões que lhe sejam submetidas por organizações da sociedade, entidades e instituições públicas e privadas, universidades e instituições de ensino superior que, por sua relevância, possam ser incluídas na programação referida no inciso I deste artigo;

IV – abrir canais de participação com instituições culturais e de pesquisa histórica e científica para que participem das reuniões programadas e possam contribuir com sugestões de interesse nacional, em suas respectivas áreas de atuação, relacionadas ao objeto de trabalho da comissão;

V – tomar todas as providências para o funcionamento da comissão e a implementação das ações previstas.

Parágrafo único. A comissão se utilizará do acervo e informações das entidades competentes, para realizar a sua missão.

Art. 3º As ações previstas no § 3º do art. 1º desta resolução serão iniciadas no dia 28 de janeiro de 2008, em alusão à abertura dos portos do Brasil às nações amigas, e se estenderão até 2022, ano de celebração do Bicentenário.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Expressão do sentimento da nacionalidade, o Congresso Nacional toma esta iniciativa com o objetivo de estimular a mobilização de toda a sociedade, a partir dos poderes da República, em torno da mais importante data do calendário histórico-cívico brasileiro nesta primeira metade do século XXI. Trata-se da passagem do Bicentenário da Independência do Brasil.

Com efeito, para os brasileiros, nada pode superar em termos de importância e de significado o momento fundador do Estado Nacional. A partir do Sete de Setembro de 1822, o País inicia uma trajetória histórica que, enfrentando e superando os obstáculos naturais de um processo dessa dimensão, chega aos dias de hoje podendo contabilizar uma série notável de conquistas, ainda que se tenha consciência de quão inconclusa a missão se apresenta aos olhos de todos nós.

Pretende-se com esta decisão do Congresso Nacional oferecer à Nação as condições adequadas para marcar, como convém, a memorável data. Ao fazê-lo, tem-se em mente a consecução de duas metas, convergentes e, em hipótese alguma, excludentes: o tempo necessário à preparação dos eventos e o aprofundamento da reflexão sobre o tema. Primeiramente, pretende-se dispor de tempo suficiente para a árdua tarefa de organização das celebrações. Certamente, um acontecimento capital como a passagem dos dois primeiros séculos do Brasil independente merece ser condignamente festejada. É oportunidade rara para que um povo como o brasileiro, reconhecido e admirado por sua imensa capacidade de enfrentar os desafios da vida com determinação e confiança, possa expressar sua brasilidade, realçar sua identidade com a Nação da qual faz parte, e renovar seus compromissos com os destinos da Pátria.

A segunda meta, que complementa a primeira, pretende conferir densidade estrutural, ao proporcionar a necessária reflexão acerca de nossa experiência histórica como Nação e como Estado. Nessa perspectiva, a presente resolução vai ao encontro daquilo que é essencial a todas as sociedades, regra geral da qual o Brasil não é e nem poderia ser exceção: promover os mais diversos e aprofundados estudos relativos ao País, sobretudo – mas não exclusivamente – os de natureza histórica. Bastaria isso para justificar a existência de uma comissão como a que aqui se propõe.

Isso explica a natureza sui generis da comissão: ela não possui caráter legislativo, nem fiscalizador. Além do mais, prevê, com absoluta justeza, a participação de parlamentares de todos os estados da Federação. Ora, se concebido mediante requerimento, o que aqui se propõe criar teria de atentar para dispositivos regimentais, como obediência à proporcionalidade partidária, número fixo de membros e narração sucinta de seu objeto. Como se trata de comissão que precisa estar apoiada por normas precisas e somente a ela aplicadas, sua configuração apenas será possível mediante a formulação da matéria por meio de dispositivos extraordinários, alcançáveis exclusivamente por projeto de resolução.

A eventual argumentação de que a comissão estaria sendo criada com antecedência maior do que seria razoável não se sustenta, pelas mais variadas razões, as quais poderiam ser sintetizadas em dois pontos fundamentais: o tempo necessário para a preparação e as atividades de reflexão crítica. O primeiro, de caráter operacional, repousa no fato por demais evidente de que no mundo de hoje não há mais espaço para o amadorismo e a improvisação. Eventos de porte grandioso, como o que se espera das celebrações do Bicentenário da Independência do Brasil, exigem preparação compatível com sua envergadura. Seja pelas pessoas que serão mobilizadas para deles participarem, seja por seu significado sem paralelo na história brasileira.

Infelizmente, no passado recente, assistimos a determinadas comemorações de fatos profundamente marcantes de nossa história que ficaram muito aquém das expectativas, incapazes de corresponder à importância do acontecimento que se celebrava. A razão principal para que isso ocorresse foi, certamente, a exigüidade de tempo para uma condigna preparação. Justamente para evitar que isso possa ocorrer nas comemorações do segundo centenário de nossa independência política é que se propõe agora a instalação da comissão, cujo objetivo é também de deflagrar todo um processo de analisar o passado e tirar lições válidas para o futuro.

Há, portanto, poderosa razão, a envolver questões de fundo, para estabelecer o momento atual como o mais propício à criação da Comissão do Bicentenário da Independência do Brasil. Refere-se, aqui, à imperiosa necessidade de se fazer do evento, desde agora, a motivação maior para a reflexão acerca do que fomos, do que somos e do que pretendemos ser em termos de

Nação. Para tanto, é fundamental que as instituições brasileiras se preparem para o grande desafio de contribuir – independentemente da área do conhecimento a que se dedicam – para desvelar as circunstâncias e as incidências que envolvem nossa história.

Eis a oportunidade ímpar que, a partir desta decisão do Poder Legislativo, terão os brasileiros de adensar seus estudos relativos à construção de nossa História. A esse propósito, vale lembrar que, especialmente desde o início da expansão dos cursos de pós-graduação em História no Brasil, por volta dos anos 70, multiplicam-se as pesquisas a as publicações que, entre outros resultados notáveis, reescrevem a história brasileira. Vai ficando para trás o tempo em que, sem embargo de sua importância e de seus incontáveis méritos, grandes pensadores produziam seus ensaios explicativos acerca de nosso passado. Novas e inovadoras contribuições teórico-metodológicas vieram dar suporte ao trabalho de campo, com a incessante e altamente profissional investigação junto a arquivos, além da descoberta ou redescoberta de importantes fontes documentais. Tudo isso está permitindo que novos olhares possam ser lançados sobre a história brasileira, confirmando, alterando ou refutando interpretações que se tornaram clássicas.

O que a comissão pretende também – e deve fazer – é estimular o prosseguimento de estudos dessa natureza. Para tanto, linhas de pesquisa poderão ser criadas, ou expandidas com base nas muitas hoje existentes; fontes de financiamento serão identificadas; programas editoriais haverão de garantir a publicação desses trabalhos, colocando-os à disposição do público; as redes pública e privada de educação básica serão convidadas a promover atividades, integrando-se efetivamente ao processo de produção e de socialização do conhecimento relativo ao grande tema; associações comunitárias, profissionais, esportivas, estudantis e acadêmicas, tanto quanto clubes de serviço e instituições congêneres, serão chamados a, de alguma forma, participar das comemorações. Nada disso será possível sem preparação, o que pressupõe tempo e indispensável apoio político-administrativo.

Há, por fim, uma realidade da qual não se pode afastar e que, em si mesma, justifica a antecedência pretendida para a preparação das comemorações do Bicentenário da Independência de nosso País. Considera-se, aqui, o fato de que, muito mais do que o ato protagonizado pelo príncipe regente D. Pedro, a Sete de Setembro de 1822, a conquista da independência correspondeu a um processo histórico que não se esgota no Grito do Ipiranga – antes, ao contrário, em muito o transcende. Assim, quando se cogita em organizar as celebrações do bicentenário, o primeiro passo é considerar a seqüência de acontecimentos que, a partir da transferência do Estado português para sua colônia americana, fato absolutamente inédito e singular na História Mundial, prepararam a decisão formalmente assumida em 1822.

Sob esse ângulo de análise, a abertura dos portos em 1808 foi o primeiro e crucial ato preparador da Independência, já que rompeu com o elemento definidor do esquema de dominação colonial – o monopólio metropolitano de comércio com sua colônia. Para muitos estudiosos, ao promover a ruptura do pacto colonial, a abertura dos portos sinalizou para a irreversibilidade de um processo que culminaria 14 anos mais tarde. Isso comprova que os primeiros marcos de nossa independência estão cronologicamente bem mais próximos do que, à primeira vista, se pode supor.

Muitos fatos e atos que marcaram a presença da corte portuguesa no Brasil concorreram – não se pode negar – para o processo que redundaria na independência. Assim, todos eles deverão merecer os devidos cuidados quanto às comemorações e aos estudos que suscitam. É uma longa e importante sucessão de eventos no período de 1808 a 1821, entre os quais, segundo as **Efemérides Brasileiras**, do Barão do Rio Branco, poderiam ser citados:

1808

22 de janeiro – Chega à Bahia a maior parte da esquadra que conduzia a família real portuguesa, a corte e o governo do reino. O Príncipe-Regente D. João e a família real desembarcaram no dia 23. A 26 do mês seguinte prosseguiram em sua viagem para o Rio de Janeiro, onde já haviam chegado algumas das princesas.

28 de janeiro – Carta Régia abrindo os portos do Brasil ao comércio direto com as nações amigas. Foi assinado na Bahia pelo Príncipe-Regente D. João, depois Rei D. João VI.

18 de fevereiro – Aviso do Príncipe-Regente D. João, mandando organizar na Bahia a Escola Médico-Cirúrgica, proposta pelo dr. José Correia Picanço (primeiro Barão de Goiana), cirurgião-mor do reino e primeiro-cirurgião da Casa Real, que acompanhava a família real ao Brasil.

7 de março – Chegam ao Rio de Janeiro a Rainha D. Maria I e o Príncipe-Regente D. João. O Rio de Janeiro ficou sendo, até 26 de abril de 1821, a capital da monarquia portuguesa.

1º de maio – Manifesto do Príncipe-Regente D. João, datado do Rio de Janeiro e dirigido aos governos das nações amigas, expon-

do os motivos que haviam obrigado a corte portuguesa a passar-se para o Brasil e declarando guerra a Napoleão.

5 de maio – Criação da Real Grande Academia dos Guardas-Marinhas, no Rio de Janeiro (hoje Escola Naval), pelo Príncipe-Regente D. João, depois Rei D. João VI.

13 de maio – Pelo Príncipe D. João foi criada no Rio de Janeiro a Impressão Régia, que, após a independência foi denominada Tipografia Nacional e recentemente Imprensa Nacional. No mesmo ano da criação, a 10 de setembro, começou a publicar a **Gazeta do Rio de Janeiro**, primeiro periódico que teve a capital do Brasil. Já em 1747 fundara Antonio Isidoro da Fonseca, na cidade do Rio de Janeiro, sob os auspícios do Capitão-General Gomes Freire de Andrada, uma tipografia que foi suprimida por ordem do Governo de Lisboa. Criação da fábrica de pólvora no Jardim Botânico, mais tarde transferida para a Estrela.

10 de setembro – Começa a ser publicada a **Gazeta do Rio de Janeiro**, impressa na Impressão Régia. A 14 de novembro de 1822 estampou pela primeira vez as armas brasileiras; a 31 de dezembro do mesmo ano deixou de circular, substituída pelo **Diário do Governo**.

12 de outubro – Criação do Banco do Brasil no Rio de Janeiro. Esse foi o primeiro estabelecimento bancário criado em nosso País.

5 de novembro – Decreto criando no Real Hospício Militar do Rio de Janeiro uma Escola anatômica, cirúrgica e médica.

1810

19 de fevereiro – Tratado de aliança e amizade entre o Príncipe-Regente D. João e o Rei da Grã-Bretanha e Irlanda Jorge III. Nesse tratado o príncipe reconheceu a injustiça do comércio de escravos e prometeu adotar providências para a sua abolição gradual.

23 de junho – Tendo o Príncipe-Regente D. João escolhido para o estabelecimento da Biblioteca Real, que resolvera fundar no Rio, o edifício do Hospital do Carmo. Depois da independência, tomou o nome de Biblioteca Imperial e Pública, e em 1858 foi removida para o Largo da Lapa.

4 de dezembro – Carta Régia do Príncipe-Regente D. João, criando no Rio de Janeiro, a Academia Militar, depois Escola Militar.

1811

5 de janeiro – Carta Régia autorizando a fundação de uma tipografia na cidade da Bahia, como propusera o Governador, Conde dos Arcos. Foi esta a primeira imprensa que teve a Bahia, fundada e dirigida por Manuel Antonio da Silva Serva. No mesmo ano começou a publicar o periódico **Idade d'Ouro do Brasil** (1811-1923).

1º de março – Alvará criando o Real Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro.

13 de maio – Fundação da Biblioteca da Academia Naval do Rio de Janeiro e da Biblioteca Pública da Bahia.

1812

2 de março – Alvará mandando criar uma junta de direção médica, cirúrgica e administrativa do Hospital Militar do Rio de Janeiro.

1813

12 de outubro – Inaugura-se no Rio de Janeiro o Teatro Real de São Pedro, depois Teatro de São Pedro de Alcântara, três vezes destruído por incêndio e outras tantas reconstruído. O mais antigo teatro do Rio de Janeiro foi a Casa da Ópera, perto do Largo do Capim (Praça General Osório) dirigida pelo Padre Ventura.

1814

18 de junho – Decreto do Príncipe-Regente, declarando abertos a todas as nações os portos dos seus estados, em conseqüência da terminação da guerra com a França. Este decreto referia-se unicamente à reabertura do comércio e navegação com a França.

1815

8 de junho – O príncipe-regente D.João ratifica no Rio de Janeiro o tratado assinado em Viena, no dia 22 de janeiro, pelos seus plenipotenciários e o do rei da Grã-Bretanha. Por esse ajuste ficou abolido o tráfico em todos os lugares da Costa da África, ao norte do Equador, comprometendo-se Portugal a fixar posteriormente a data da extinção do tráfico em todos os domínios portugueses. Já pelo tratado

de 19 de fevereiro de 1810, assinado no Rio de Janeiro, havia D. João reconhecido "a injustiça e má política do comércio de escravos" e prometera adotar providências para a sua gradual abolição.

1816

20 de março – Falece no Rio de Janeiro a Rainha D. Maria I, que deixou de governar em 10 de fevereiro de 1792, cessando igualmente de serem promulgadas as leis em seu nome por Decreto de 15 de julho de 1799.

26 de março – A porta no Rio de Janeiro, procedente do Havre de Grace, a galera americana **Calpe** trazendo a missão artística contratada em Paris, para fundar uma Academia de Belas Artes nesta cidade. Foram os seguintes os artistas que compunham esta missão: Joaquim Le Breton; Taunay, pintor; Taunay, escultor; Debret, pintor de história e decoração; Grandjean Demontigny, arquiteto; Pradier, gravador em pintura e miniatura; Ouvide, maquinista; João Batista Levei, empreiteiro de obras e ferraria; Nicolau Magliori Enout, oficial-serralheiro; Pilit e Fabre, curadores de peles e curtidores; Luis José Roy, carpinteiro de carros.

30 de maio – Com o Duque de Luxemburgo, Embaixador Extraordinário de Luis XVIII, chegam ao Rio de Janeiro o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire e o compositor alemão Sigismundo Neukomm. Este demorou-se na nossa capital até a volta de D. João VI para a Europa em 1821. SaintHilaire percorreu durante seis anos as províncias do Rio de Janeiro, Minas, Bahia, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Cisplatina, e consagrou os últimos 30 anos da sua vida à publicação da parte histórica dessas viagens e de notáveis trabalhos acerca da flora brasileira.

12 de agosto – Decreto de D. João VI, criando no Rio de Janeiro, algumas aulas de Belas Artes e fixando os ordenadores dos professores franceses, contratados para a fundação dessa escola. Tal foi a origem da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro, instalada solenemente a 5 de novembro de 1826. O ministro Conde da Barca muito concorreu para a vinda dos artistas franceses e para essa fundação.

1817

6 de março – Rebenta em Pernambuco, com repercussão nas capitanias vizinhas ao norte, uma revolução de caráter republicano e separatista, dirigida por Domingos José Martins, natural do Espírito Santo. Teve esse movimento grande número de partidários, mas foi prontamente reprimido por um pequeno exército composto, principalmente de milicianos da Bahia e Alagoas. Treze chefes da revolução foram condenados à morte.

15 de maio – A ação de **Merepe** e batalha do **Trapiche de Ipojuca** – Domingos José Martins, um dos membros do governo provisório do Recife, é surpreendido e desbaratado pelo Capitão Antonio José dos Santos, das milícias de Penedo, ao atravessar com 300 homens o rio Merepe. À tarde trava-se combate no engenho Trapiche de Ipojuca, entre as tropas expedicionárias da Bahia e Alagoas, ao mando do General Cogominho de Lacerda, e as republicanas de Pernambuco, comandadas pelo Capitão-mor Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. As últimas retiram-se em desordem, à noite, perdendo a artilharia e bagagem, e deixando muitos prisioneiros. Foi o último combate desta guerra civil.

21 de agosto – Alvará de D. João VI, concedendo privilégios por 14 anos ao padre Manuel Aires de Cazal, para a impressão da sua "Corografia Brasílica". A obra de Cazal saiu da Impressão Régia do Rio de Janeiro, hoje Tipografia Nacional. Quase nada se conhece da vida deste homem eminente, que nos legou tão notável trabalho. Era presbítero secular do grão-priorado do Crato, viajou muito pelo Brasil e partiu para Lisboa em 1821, na esquadra que conduziu D. João VI. Dizem que nascem em 1754, e Inocêncio da Silva afirma que em Portugal. Em uma das obras Auguste de Saint-Hilaire, publicada em 1833, lê-se o seguinte: – "L'abbé Manoel Ayres de Cazal, le pére de la géographie brésilienne, languit á Lisbonne dans l'indigence, sans pouvoir publier la seconde édition de son excellent ouvrage sur le Brésil".

5 de novembro – Chega ao Rio de Janeiro a Arquiduquesa D. Leopoldina d'Áustria,

que casou com o Príncipe real D. Pedro e foi a primeira imperatriz do Brasil.

1818

6 de fevereiro – Coroação e aclamação de D. João VI, como rei de Portugal, Brasil e Algarves.

26 de maio – Decreto de D. João VI criando no Rio de Janeiro o Museu, que depois teve o nome de Nacional: – "... querendo propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil: Hei por bem que nesta Corte se estabeleça um museu real..." Este decreto foi referendado pelo Ministro Vila-Nova Portugal. Frei José da Costa Azevedo foi o primeiro diretor do Museu.

1819

4 de abril – Nasce no Rio de Janeiro, a Princesa Maria da Glória, depois Rainha D. Maria II, de Portugal.

6 de maio – Bento Gonçalves derrota e aprisiona no Cordovez o Coronel oriental Fernando Ortogués, das tropas do General Artigas.

4 de outubro – Viagem inaugural do primeiro barco a vapor que houve no Brasil, pertencente ao General Caldeira Brant (depois marquês de Barbacena). A viagem foi feita da Bahia a Cachoeira.

1820

3 de junho – Vencido Artigas e pacificada a Banda Oriental, o General Curado despede-se, em São José, do exército que comandara durante quatro anos de campanha.

1821

7 de março – Decreto de D. João VI, anunciando que regressaria para Portugal, e que o Príncipe D. Pedro ficaria como regente do Reino do Brasil, e determinando a eleição de deputados às Cortes de Lisboa. Para a eleição foram adotadas disposições da Constituição espanhola.

8 de abril – Eleição primária de eleitores de paróquias do Rio de Janeiro. Foram as primeiras eleições desse gênero a que se procedeu no Brasil, observando-se, na falta de outras, por decisão do governo, as instruções das Cortes espanholas.

20 de abril – Às 4 horas da tarde reuniram-se na praça do Comércio os eleitores de paróquia do Rio de Janeiro. O presidente comunicou à assembléia por ordem do Ministro Silvestre Pinheiro Pereira, as resoluções tomadas acerca da partida do rei para Portugal e das instruções ao príncipe real que ficaria no Brasil como regente do reino. A reunião tomou-se tumultuária, penetrando no recinto muitos cidadãos que não eram eleitores e tomaram parte na discussão. Nomeou-se comissão para ir a São Cristóvão pedir ao rei a promulgação imediata da Constituição espanhola. Os ministros estavam com D. João VI, quando a deputação foi recebida, e concordaram na assinatura de um decreto, que dava plena satisfação ao requerimento da assembléia.

21 de abril – O decreto declarando que a Constituição espanhola vigoraria no Brasil até a promulgação da que decretassem as Cortes de Lisboa, teve a data de 21 de abril, porque foi assinado depois da meia-noite de 20 para 21. Com a notícia da concessão obtida, tornou-se mais tumultuária ainda a assembléia popular, reunida na praça do Comércio. Depois de desordenada discussão, resolveu-se impedir a partida da família real para a Europa, apresentar ao rei uma lista de 4 nomes para novo Ministério e eleger uma Junta ou Conselho de governo. O General Curado e o Coronel Morais foram despachados para intimar aos comandantes das fortalezas que sob pena de morte, não deixassem sair nenhum navio mercante ou de guerra. O General Avilez, tendo assumido o comando das armas, reuniu então as tropas da guarnição no largo do Paço e do Rocio e encarregou o Brigadeiro Carretti de dispersar a reunião. Uma companhia de caçadores de Portugal, ao mando do Major Peixoto, apresentou-se às 4 horas da madrugada diante da praça do Comércio, e, sendo insultada por alguns do povo deu uma descarga e penetrou de baioneta calada no edifício. Muitos cidadãos foram mortos ou feridos, entre estes o Juiz de fora José Clemente Pereira, que recebeu várias baionetadas e uma cutilada na. cabeça. "Não se tendo procedido a legal ato de achada das armas na praça", escreveu o visconde de Cairú, "nem a conselho de guerra contra os que fizeram a matança sem ordem, mal determinando-se devassa de justiça, que não teve resultado,

o mistério da iniqüidade ficará sempre incógnito, verificando-se o que diz o pai da história portuguesa: assim acontece em casos de ignomínia ao governo, onde tudo fica entre reis e ministros".

22 de abril – Por decretos desta data, D. João VI anulou o do dia anterior, relativo à Constituição espanhola, mandou proceder à devassa acerca dos acontecimentos de 20 a 21 na praça do Comércio, e estabeleceu os poderes da Regência e Governo Provisório do Reino do Brasil, que ficaria confiado ao príncipe real D. Pedro.

26 de abril – Pela manhã parte do Rio de Janeiro a esquadra que conduzia à Europa o rei D. João VI. Começa neste dia o governo do então príncipe-regente D. Pedro.

20 de maio – Eleição primária em São Paulo, para a escolha dos deputados às Cortes Constituintes de Lisboa. O processo eleitoral foi então de 3 graus em todo o Brasil.

31 de julho – Tratado de incorporação da província oriental do Uruguai ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, devendo aquele território formar um estado diverso dos outros da União, sob o nome de Estado Cisplatino. Foi assinado em Montevidéu pelo Barão da Laguna (general Lecór), depois Visconde da Laguna, representando D. João VI, e pelo presidente e deputados do Congresso Oriental.

29 de setembro – Decretos das Cortes Constituintes de Lisboa, ordenando o regresso do príncipe regente do Brasil, D. Pedro, e criando em cada província do Brasil uma Junta Provisória de governo e um comando militar independente. Essas Juntas de Governo e os governadores das armas dependeriam diretamente do Governo Real e das Cortes. Eram ambos os decretos promulgados em cartas de lei de 1º de outubro. A carta de lei extinguindo os tribunais criados no Brasil por D. João VI não tem esta data, mas sim a de 13 de janeiro de 1822. O coronel José Camelo Pessoa de Melo, comandante das tropas que obedeciam a Junta da Goiana, ameaça as trincheiras de Olinda, onde comandava o Coronel português Caiola. O fogo durou quatro horas.

24 de dezembro – Representação da Junta de São Paulo, pedindo ao príncipe regente D. Pedro que ficasse no Brasil. Esta mensagem só foi apresentada depois da resolução tomada pelo príncipe no dia 9 de janeiro de 1822, a pedido do Senado da Câmara e do povo do Rio de Janeiro.

1822

30 de abril – Um artigo publicado por Gonçalves Ledo, no *Revérbero Constitucional* produziu no Rio de Janeiro o mais vivo entusiasmo. Os dois redatores, Ledo e Januário Barbosa, receberam cumprimentos de muitos cidadãos e foram vitoriados nas ruas. Rompendo com todas as convenções, que até então guardava os patriotas brasileiros, animou-se Ledo a sugerir ao príncipe regente a necessidade de proclamar desde logo a independência do Brasil.

13 de maio – D. Pedro, príncipe regente do Reino do Brasil, aceita o título de Defensor Perpétuo do Brasil, que lhe foi oferecido pela municipalidade do Rio de Janeiro.

23 de maio – José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, entrega ao príncipe regente D. Pedro uma representação, pedindo em nome da municipalidade e do povo a convocação de uma Assembléia Constituinte. Clemente Pereira era amigo e partidário de Gonçalves Ledo, principal promotor desse requerimento.

1º de junho – Decreto do Príncipe Regente D. Pedro, depois Imperador do Brasil, convocando para o dia seguinte os procuradores das províncias. Uma sublevação no Recife obriga a Junta Provisória do Governo de Pernambuco, presidida por Gervásio Pires Ferreira, a reconhecer a autoridade do Príncipe Regente D. Pedro.

2 de junho – Primeira reunião dos procuradores gerais das províncias do Brasil, sob a presidência do Príncipe Regente D. Pedro.

3 de junho – Os procuradores gerais de província requerem ao Príncipe D. Pedro a reunião de uma Assembléia Constituinte Brasileira. No mesmo dia foi lavrado decreto de convocação.

8 de junho – Decreto regulando o julgamento dos delitos de imprensa no Brasil, assinado pelo Príncipe Regente D. Pedro e referendado por José Bonifácio. Fundando-se na "lei suprema da salvação pública', e não querendo, dizia o príncipe,

"ofender a liberdade bem entendida da imprensa que.. tantos bens tem feito à causa sagrada da liberdade brasílica", determinava ele que os delitos de imprensa fossem julgados por um júri de oito membros, escolhidos pelos acusados dentre 24 cidadãos nomeados pelo corregedor do crime na Corte e os ouvidores nas províncias. As penas seriam impostas por esses magistrados, segundo as decisões do júri. O procurador da Coroa e Fazenda seria o promotor nas causas de imprensa. Dos julgados haveria apelação para o Príncipe Regente.

19 de junho – Instruções do ministro José Bonifácio regulando o processo da eleição da Constituinte, convocada por decreto de 3 de junho. O sistema adotado foi o da eleição indireta: os cidadãos solteiros maiores de 21 anos e todos os cidadãos casados nomeariam nas assembléias paroquiais os eleitores (eleição primária) e estes, reunidos nas cabeças dos distritos, então designados, nomeariam os deputados (eleição secundária). Nas eleições paroquiais o sufrágio era muito extenso, sendo reconhecido o direito de voto aos analfabetos, e sem condição alguma de renda. Só eram excluídos os filhos-famílias, os que recebessem salários ou soldadas, os religiosos de ordens regulares, os estrangeiros não naturalizados e os criminosos. As assembléias paroquiais seriam presididas pelo presidente da municipalidade, com assistência do pároco, ou pelos vereadores em exercício, e até pelos transatos, quando no termo da cidade ou vila houvesse duas ou mais freguesias. Os secretários e escrutinadores seriam propostos pelo presidente e aprovados ou rejeitados pelos votantes. Finda a eleição, todas as listas de votos seriam fechadas, seladas e remetidas com as atas ao presidente da Câmara. As eleições secundárias eram também dirigidas por funcionários eletivos. Reunido *o* colégio eleitoral na cabeça de distrito sob a presidência da autoridade civil mais graduada, começava nomeando por aclamação quatro eleitores para secretários e escrutinadores, e elegendo por escrutínio secreto um presidente, também eleitor. A apuração geral dos votos era feita pela Câmara Municipal na capital da província. Assim foram feitas as segundas eleições gerais *a* que se procedeu no Brasil: as primeiras foram as de 1821, para deputados às Cortes de Lisboa. Antes de 1821 as únicas eleições populares (indiretas) eram no Brasil as dos membros das municipalidades, isso desde o século XVI, isto é, desde a fundação das nossas mais antigas cidades e vilas.

1º de agosto – Decreto de D. Pedro, Príncipe Regente do Reino do Brasil, declarando inimiga qualquer força armada que viesse *de* Portugal e se não submetesse à intimação de regressar imediatamente. – É também desse dia o "Manifesto aos povos do Brasil", assinado por D. Pedro e redigido por Gonçalves Ledo, documento onde se lê o seguinte trecho: – "Não se ouça entre nós outro grito que não seja – União do Amazonas ao Prata não retumbe outro eco que não seja – Independência! Formem todas as nossas províncias o feixe misterioso que nenhuma força pode quebrar. Desapareçam de uma vez antigas preocupações, substituindo o amor do bem geral ao de qualquer província ou cidade". Um dos maiores empenhos da geração enérgica, que fez a independência e a liberdade do Brasil, foi o pronto e completo restabelecimento da unidade nacional, despedaçada pela revolução de 1821 e pelos decretos das Cortes Constituintes de Lisboa. Os homens eminentes, que então dirigiam a opinião no Brasil, queriam uma Pátria, unida e íntegra, não uma coligação precária de províncias rivais, exploradas por mesquinhas ambições de campanário.

6 de agosto – Manifesto do Príncipe Regente D. Pedro, dirigido às nações amigas, expondo os acontecimentos do Brasil. Foi redigido por José Bonifácio.

25 de agosto – Entrada solene do Príncipe Regente D. Pedro na cidade de São Paulo. No dia 5 de setembro segue para Santos.

7 de setembro – Proclamação independência do Brasil por D. Pedro, então Príncipe Regente do mesmo reino. – O príncipe voltava de Santos, quando, junto ao ribeiro Ipiranga, foi encontrado pelo sargento-mor de milícias Antônio Ramos Cordeiro, e

pelo correio Paulo Bregaro, que lhe entregaram cartas e ofícios da Princesa Real D. Leopoldina e do Ministro José Bonifácio, transmitindo as notícias trazidas de Lisboa pelo navio Três-Corações, que de lá partira a 3 de julho. Soube então D. Pedro que não seria aprovado pelas Cortes o Ato Adicional à Constituição, proposto por Fernandes Pinheiro (depois Visconde de São Leopoldo), Antonio Carlos, Vilela Barbosa (depois Marquês de Paranaguá), Lino Coutinho e Araújo Lima (depois Marquês de Olinda), relativo á organização particular e autonômica do reino do Brasil com um governo e um congresso especial. As Cortes haviam declarado nulo e irrito o decreto do príncipe, convocando procuradores gerais das províncias, tinham mandado responsabilizar e processar o ministério do Rio de Janeiro e os membros da junta de São Paulo. "Foram as notícias das decisões de que demos conta (diz o visconde de Porto Seguro, na sua **História da Independência**, manuscritos inéditos), tomadas em fim de junho pelas cortes, dos insultos atirados aos deputados brasileiros no recinto das mesmas cortes pelo público das galerias, e pela plebe nas ruas, que agora fizeram cogular todas as medidas. Tornava-se urgente responder a tais provocações, antes que os novos decretos chegassem, transmitidos oficialmente. D. Pedro não podia consentir que o seu primeiro-ministro fosse assim submetido a três ou quatro processos, por atos que haviam tido a sua aprovação, e que ele, príncipe, havia sido já o primeiro a justificar em cartas escritas a el-rei seu pai. Não podia admitir o início dessa era de perseguições e de castigos, que as cortes queriam abrir no Brasil. Submeter-se a cumprir tais decretos, seria desonrar-se, esquecendo o título que aceitara de Defensor Perpétuo do Brasil. Não era mais possível contemporizar, e, junto ao mesmo ribeiro Ipiranga, no meio daquelas vastas campinas vizinhas da primitiva Piratininga, de João Ramalho, lançou o brado de – Independência ou Morte! – que logo repercutiu em toda a extensão do território brasileiro. Assim salvou D. Pedro o Brasil, e tornou possível a união de todas as províncias, pondo-se à frente do movimento separatista". Foi pelas 4h30 da tarde que D. Pedro proclamou a independência.

22 de setembro – Apuração geral da eleição de deputados à Constituinte pela cidade e província do Rio de Janeiro. Esse trabalho foi feito no Mosteiro de São Bento pelo Senado da Câmara, "presentes os eleitores e homens bons". Saíram eleitos o barão de Santo Amaro (depois marquês), Goulão, Sousa França, Gonçalves Ledo, Nogueira da Gama (depois marquês de Baipendi), Pereira da Cunha (depois marquês de Inhambupe), o bispo do Rio de Janeiro e Furtado de Mendonça.

12 de outubro – O Príncipe D. Pedro é aclamado Imperador Constitucional do Brasil. O Senado da Câmara do Rio de Janeiro, em circular de 17 de setembro, havia convidado as Câmaras das províncias vizinhas a tomar parte nessa cerimônia, que se efetuou no campo até então chamado de Santana. Em frente ao museu, havia naquele tempo um palacete. Foi na varanda deste edifício que o jovem imperador se apresentou ao povo. As tropas da guarnição e os regimes de milícias, apresentando um total de 6.000 homens, reuniram-se diante do palacete, sob o comando do ilustre General Curado, pouco depois conde de São João das Duas-Barras. Depois do discurso de José Clemente Pereira, Presidente do Senado e da Câmara, e da resposta do imperador, a artilharia deu uma salva de 101 tiros. Debret representou em uma litografia a cena da aclamação.

8 de dezembro – Proclamação da Independência e do Império na cidade do Recife. No dia 15 os fortes arvoraram pela primeira vez a nova bandeira nacional. O porto estava bloqueado por uma divisão portuguesa, saída da Bahia.

Por derradeiro, há que recordar a transcendência das comemorações do Centenário da Independência, em 1922. Exposição internacional, visitas de Chefes de Estado, criação do Museu Histórico Nacional, eclosão da Semana de Arte Moderna e do Movimento Tenentista, a luta pela participação da mulher, a criação do Partido Comunista, entre tantos outros acontecimentos

de vulto, são fruto daquele ano memorável. Um século depois, um País industrializado e urbano, com impressionante dinamismo social, político e cultural, vê-se estimulado a celebrar o bicentenário de sua independência com o vigor e profundidade ainda maior.

A presente proposição apóia-se na certeza de que tudo o que aqui foi externado ensejará a possibilidade de se resgatar nosso passado, meditar sobre nosso presente e servir de rumos para nosso futuro. Pelas razões apontadas, tomo a iniciativa de oferecer à consideração do Senado Federal e da Câmara dos Deputados o presente projeto de resolução do Congresso Nacional, que institui a comissão para a celebração do Bicentenário da Independência, para o qual encareço, após o recebimento de sugestões e emendas, a aprovação dos ilustres Pares.

Sala das Sessões, – Senador **Marco Maciel.**

(Às Comissões de Educação de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 817, DE 2004

Com fundamento no § 2º do artigo 50 da Constituição Federal e no inciso I do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado expediente à Ministra de Estado do Meio Ambiente, para que sejam prestadas informações sobre a possibilidade de cancelamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal, denunciado em Moção de Protesto pela Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul.

Justificação

A Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul encaminhou ao Senado Federal a Moção de Protesto aprovada em sessão daquela Casa no dia 26 de maio do corrente, nos seguintes termos, **verbis**:

"Os membros da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, interpretando os sentimentos do povo nela representado, vem à presença de V. Exª, externar sua profunda tristeza quanto à possibilidade de arquivamento do Programa Pantanal, conforme vem sendo divulgado nos meios de comunicação. Esta Casa de leis não poderia se calar quanto à possibilidade de arquivamento de um programa que pretendia garantir investimento em saneamento e reversão de danos ambientais, beneficiando o povo Sul-mato-grossense e o povo Mato-grossense. Igualmente revoltante é a diminuição anunciada dos recursos do programa, inicialmente previstos para R$11.000.000,00 (onze milhões de reais) e que atualmente estão previstos para R$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) por entraves do Governo Federal e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Desta forma, estes parlamentares vêm a público para, reafirmando seu compromisso democrático com o povo que os elegeu, protestar contra o possível engavetamento do Programa Pantanal e com a diminuição de recursos anunciada. Atenciosamente, Deputado Londres Machado, Presidente."

Sala das Sessões, 24 de junho de 2004. – Senador **Delcídio Amaral**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 818, DE 2004

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o previsto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas, à Exmª Srª Ministra de Estado do Meio Ambiente (MMA), as seguintes informações:

1. Providências tomadas pelo MMA, inclusive gestões junto ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), no sentido de promover ajustes em normas infralegais que têm ensejado superposição de atribuições entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e os órgãos ambientais estaduais, na esfera do licenciamento ambiental;

2. Recursos submetidos ao Conama, a partir de 1º de janeiro de 2001, contra decisões de órgãos estaduais, com respeito a licenciamento ambiental, identificados por estado de origem;

3. Avaliações realizadas pelo MMA sobre dificuldades enfrentadas pelas unidades da Federação, no tocante à concessão de licenças ambientais, e medidas implementadas pelo Ministério, em conjunto com os estados, para a superação de eventuais deficiências desses entes federados e para o fortalecimento do Sistema Nacional, do Meio Ambiente (SISNAMA).

4. Total de licenças ambientais requeridas ao Ibama e concedidas pelo órgão, no biênio 2002/2003.

5. Total de recursos alocados para o licenciamento ambiental no Ibama, no período 2001/2003, e previsão orçamentária para 2004.

6. Volume de recursos arrecadados, em 2003, na forma da compensação ambiental estabelecida pelo art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como a destinação dada a esses recursos e os critérios utilizados para definir essa distribuição.

Sala das Sessões, 24 de junho de 2004. – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/GAB/Nº 826

Brasília, 24 de junho de 2004

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Luiz Bittencourt passa a integrar, na qualidade de Titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Pedro Chaves.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **José Borba,** Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/GAB/I/Nº 827

Brasília, 24 de junho de 2004

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada Rose de Freitas passa a participar, na qualidade de Titular, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **José Borba**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A Presidência designa a Srª Deputada Rose de Freitas, como titular, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o nobre Senador Papaléo Paes, a quem tenho a honra de conceder a palavra.

S. Exª dispõe de até 20 minutos para fazer o pronunciamento.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna para tratar de um assunto cuja importância para a sociedade merece ser destacada e ressaltada.

O comércio no Brasil é, sem dúvida, uma atividade geradora de emprego e detentora de um número expressivo de trabalhadores, que vivem e sobrevivem do salário e de comissões. Os trabalhadores voltados à atividade comercial merecem atenção e um acompanhamento constante.

No Brasil, há duas instituições de caráter nacional, cuja condução, em nível regional, é de responsabilidade da Federação do Comércio. Trata-se do Serviço Social do Comércio – Sesc – e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac.

O Sesc destina-se a melhorar as condições de vida do trabalhador no comércio, e o Senac tem por objetivo a formação e o treinamento de mão-de-obra profissional.

Com relação à atividade comercial no Amapá, em termos históricos, a tradição se inicia no Pará, com a extração das drogas do sertão e outros produtos nativos nos tempos de Colônia portuguesa, no século XVI, tendo o seu curso, no século seguinte, com a formação da Companhia de Comércio do Grão-Pará. No século XVIII, ocorre acelerada mudança no Estado do Pará, como um todo, incluindo-se aí o Amapá. Nessa época, a atividade principal da cidade era tipicamente terciária de comércio e serviços – e ainda hoje o é no Estado do Amapá.

Com relação ao Sesc Amapá, a sua história começou a ser escrita em 1976, quando o Departamento Nacional, após pesquisas socioeconômicas e estudos realizados para verificar a viabilidade de implantação no então Território Federal do Amapá, deliberou pela criação de uma Delegacia do Sesc no Território, visando a promover serviços e atividades de bem-estar social para a classe comerciária.

Srªs e Srs. Senadores, hoje, após quatro anos de regionalização, as operações que o Sesc Amapá disponibiliza a seus associados são amplas e variadas, incluindo atividades esportivas, recreativas, culturais, educacionais e de saúde e muitos outros benefícios sociais para toda a família comerciária e a comunidade em geral.

Aproveito este momento para cumprimentar a nova Diretoria da Federação do Comércio do Amapá, na pessoa de seu Presidente Ladislao Pedroso Monte e do 1º Vice-Presidente Manoel Raimundo P. da Costa, que tomaram posse no último dia 19, para o período de 2004 a 2010. Igualmente quero cumprimentar a nova Diretoria da Federação do Comércio do Estado do Pará, na pessoa de seu Presidente Carlos Marx Tonini e do 1º Vice-Presidente Fernando Teruó Yamada, que tomarão posse hoje, dia 24 de junho, às 19 horas, em Belém do Pará.

Vale ressaltar que, sob a Presidência do empresário Carlos Marx Tonini, o Senac teve expressiva expansão na área de educação básica e técnica, com um crescimento de 75% das suas atividades, ampliando as unidades móveis com atendimento de 56 Municípios pelo ensino a distância. Realizou reaparelhamento das unidades operativas, interligando-as pela informática, e, entre outras ações, a valorização dos recursos humanos, por meio de ações prioritárias.

O Sesc Pará também teve uma expansão de cerca de 35% no atendimento prestado à clientela e à comunidade, no primeiro mandato do Presidente que tomará posse hoje, o qual também realizou a modernização das unidades operativas, tanto na capital como no interior do Estado, hoje interligadas pela informatização, bem como outras ações que justificaram o crescimento desse serviço.

Sinto-me, assim, motivado a usar a tribuna do Senado para tratar sobre o assunto e parabenizar os dirigentes da Federação do Comércio, tanto do Amapá como do Pará, em particular, desejando-lhes pleno êxito nesse novo período de direção.

Isso para mim, Srª e Srs. Senadores, é apenas um consolo diante das necessidades que os trabalhadores brasileiros apresentam por força da carência em todos os setores da vida social, seja na assistência à saúde, à educação, à segurança, seja no que diz respeito às condições dignas de habitação e, sobretudo, ao poder aquisitivo, que cada vez mais deixa os trabalhadores carentes, necessitando de assistência e de serviços do Poder Público, que muito pouco pode oferecer.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, quero deixar registrado aqui o meu agradecimento ao Presidente Marx Tonini pela distinção que teve com o convite para que eu pudesse me fazer presente, hoje, em sua posse e de seu Primeiro Vice-Presidente, Sr. Fernando Yamada. Mas, por compromissos anteriormente assumidos, relativos à minha atividade parlamentar, estou impedido de comparecer.

Aceitem, Srs. Tonini e Yamada, o agradecimento muito importante que quero aproveitar para fazer nesta oportunidade: pelos investimentos comerciais que os senhores fizeram e continuam fazendo no Estado do Amapá, acreditando naquele Estado, gerando boas opções aos consumidores amapaenses, bem como pelo que mais importante me parece ser para aquela comunidade, que é a geração de empregos aos amapaenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Maguito Vilela, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, pela ordem de inscrição.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, recentes e importantes informações divulgadas nos últimos dias apontam para a recuperação da economia brasileira. Depois de um ciclo complicado, onde o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a equipe econômica do Governo tiveram que fazer ajustes pesados, mas imprescindíveis, o Brasil começa, sem dúvida nenhuma, a respirar novos ares.

O mercado de trabalho para empregados com carteira assinada criou, apenas em maio deste ano, 292 mil novos empregos, ou seja, 292 mil novas vagas de trabalho, o que representa um crescimento no emprego formal no Brasil da ordem de 108%. Isso porque, no mesmo mês, em 2003, o número de vagas criadas foi de 140 mil.

Os dados, que são do Cadastro Geral de Empregados e Demitidos, o Caged, do Ministério do Trabalho, mostram que maio de 2004 foi o melhor mês de maio desde 1992 no tocante à criação de empregos. Com as vagas criadas neste mês, já chegam a mais de 826 mil os empregos gerados no País.

Na comparação deste mesmo período, janeiro a maio, com o ano passado, também houve um forte crescimento na criação de empregos, da ordem de 90%. E, em doze meses, ou seja, entre junho de 2003 e maio de 2004, o saldo líquido do emprego formal é de mais de um milhão de postos.

É bom dizer que, quando se fala em saldo líquido, isso significa que são vagas criadas a mais do que o número de vagas fechadas, de pessoas demitidas, ou seja, aumento real na oferta de empregos.

Os dados relacionados do emprego, sem dúvida, apontam para o reaquecimento do mercado interno. Até porque, neste mês de maio, houve também uma diversificação nos setores responsáveis pela criação de novas vagas de trabalho. Além da agricultura e do segmento exportador, que vinham concentrando a geração de empregos até abril, em maio foi também significativa a contribuição da indústria. Portanto, além do segmento exportador, além da agricultura, a indústria também contribuiu para o crescimento.

A previsão do Ministério do Trabalho é de que o Brasil feche o ano com um saldo superior a um milhão e meio de novos empregos formais, o que, certamente, vai contribuir para a diminuição dos índices de desemprego, que eram crescentes nos últimos anos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sustentei mais de uma vez nesta tribuna defesas do Presidente

Lula e da política adotada por Sua Excelência no início do Governo. Não porque faço parte da base aliada, mas por entender que, em alguns momentos, houve críticas infundadas, extemporâneas e exageradas.

Quando assumiu a Presidência do Brasil, Lula encontrou um País alvo de dúvidas e incertezas, especialmente vindas do mercado internacional. Isso porque – e é importante sermos honestos neste momento – os maiores expoentes do Governo anterior repetiam insistentemente que o atual Governo não cumpriria contratos, que iria fechar a economia do País, entre outras inverdades. Essas notícias, naturalmente, geraram desconfiança e reduziram a entrada de capitais, principalmente externos.

A inflação era crescente no início de 2003. O risco de termos uma explosão de preços era enorme. Os juros vinham numa crescente desde os últimos meses do Governo de Fernando Henrique. O cenário era por demais preocupante e exigia medidas austeras e, muitas vezes, até impopulares.

Mas o Presidente não se acovardou. Fez o que tinha que fazer, muitas vezes contrariando até planos anteriores de Governo. Agora os resultados começam a aparecer, mostrando que o Governo está no caminho certo.

Era preciso sustentar medidas amargas para garantir uma retomada de crescimento segura, sem riscos de volta da inflação, sem riscos para a estabilidade, sem colocar em risco a saúde da economia brasileira.

Nesse contexto, a política externa adotada pelo Presidente foi fundamental. As várias missões internacionais que empreendeu, em determinados momentos infantilmente criticadas por setores da Oposição, se mostraram acertadas. Mais do que isso, se mostraram necessárias no sentido de resgatar a confiança e a credibilidade do País no cenário internacional.

Os resultados dessa política foram além do esperado. O Brasil se firma como um interlocutor respeitado no mundo e isso terá reflexos positivos nos avanços do Mercosul e nas discussões sobre a Alca, por exemplo.

Neste mês, o ingresso de investimentos estrangeiros já apresentou recuperação, somando, até ontem, um montante superior a US$500 milhões.

Todas essas notícias somadas, os resultados importantes da viagem do Presidente à China, a boa receptividade que Lula está tendo em sua viagem aos Estados Unidos, especialmente junto a investidores, deixam claro que a economia entra em um novo ciclo de reaquecimento que nos levará a um fluxo de crescimento constante.

Com realismo, já é possível falar em taxas de crescimento neste ano superiores aos 3,5% previstos anteriormente. Isso tudo é importante porque, já no curto prazo, terá reflexos positivos na vida de todos os brasileiros.

Inflação sob controle, geração de empregos, principalmente no interior, nas pequenas e médias cidades, ingresso de recursos internacionais, tudo isso, somado aos ajustes internos que o País já fez e continua fazendo, especialmente por intermédio das reformas aprovadas por este Congresso, nos dá a segurança de que estamos no caminho certo, no caminho de construirmos um País melhor, com mais justiça social, com mais oportunidades para todos os brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a situação do País já é bastante alentadora. Temos participado de inúmeros eventos no interior do Brasil que nos deixam realmente otimistas com relação ao nosso futuro. O agroshow de Rio Verde, o agroshow de Ribeirão Preto, o agronegócio de uma forma geral, o aumento das exportações, o anúncio da safra 2004/2005, a retomada das negociações entre Brasil e China, tudo isso nos leva a crer que o nosso País retomará o desenvolvimento e reaquecerá a economia.

Estivemos recentemente com o Ministro da Educação Tarso Genro. Trata-se de um Ministro que, sem dúvida alguma, está dinamizando a educação neste País, com plano de aumentar em muito as vagas das universidades federais do Brasil. Ontem mesmo a Comissão de Educação aprovou a criação da Universidade do Sudeste Goiano, com sede na cidade de Catalão, um pólo importante do Estado de Goiás. Catalão sedia a Mitsubishi, a Cameco e muitas outras indústrias importantes. Catalão já tem um centro universitário importante e um **campus** avançado da Universidade Federal de Goiás, que poderá se transformar em Universidade Federal do Sudeste Goiano, com sede na cidade.

Há intenção também de criação da Universidade Federal do Sudoeste Goiano na minha cidade de Jataí, onde também há o **campus** avançado da Universidade Federal de Goiás.

Quando governei Goiás, fiz a doação de uma fazenda para o Ministério da Educação, com prédios, laboratórios. Tratava-se de uma fazenda praticamente dentro da cidade, para que lá se instalassem os cursos de Veterinária e de Agronomia, que têm sido importantes para a região do sudoeste goiano.

A Comissão de Educação, então, em caráter terminativo, aprovou ontem a criação da Universidade do Sudeste Goiano, com sede na nossa cidade de Catalão.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esses são sinais de mudança na educação, são sinais de mudança na agricultura. Repeto: o agronegócio está causando o

aumento da produção de grãos, de alimentos no Brasil. O Brasil já é o maior exportador de carne bovina, é o segundo maior exportador de carne de frango; o Brasil é um dos grandes exportadores de soja. Portanto, o País está procurando o caminho certo para o seu desenvolvimento.

Tive a oportunidade de elogiar a decisão do Presidente Lula no sentido de dobrar as vagas do Programa Primeiro Emprego nas Forças Armadas. Vejo presente nas galerias um grupo seleto de oficiais do Exército Brasileiro, que – não canso de dizer – é a instituição de maior credibilidade neste País, uma instituição que dá realmente segurança ao País, ao povo brasileiro, uma instituição que foi a responsável pelo alargamento das fronteiras do Brasil.

Também tive o prazer e a oportunidade de transformar em Herói da Pátria o nosso Patrono do Exército Brasileiro, Duque de Caixas, com um projeto de lei de minha autoria, aprovado nesta Casa justamente em reconhecimento à importância do Exército Brasileiro para o Brasil.

Tenho feito desta tribuna reiterados pronunciamentos a respeito, eu que já fui soldado do Exército do Batalhão da Guarda Presidencial. Tirei guarda na Granja do Torto, na Esplanada dos Ministérios, no Palácio do Planalto e, como soldado do BGP, aprendi muito as lições de civismo, de patriotismo. As lições que o Exército me proporcionou serviu para que eu fosse Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Vice-Governador, Governador de Goiás e agora Senador da República.

Por isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a par do meu pronunciamento otimista com relação ao Brasil, presto também a minha homenagem ao Exército Brasileiro, aqui representado por um grupo seleto de oficiais do nosso Exército.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Heráclito Fortes, porque ainda disponho de quatro minutos na tribuna e porque sei que S. Exª vai contribuir abrilhantar o meu pronunciamento.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Com certeza, nobre Senador Maguito Vilela, solidarizo-me com V. Exª pelo final do seu pronunciamento, em que exalta o Exército Brasileiro e as Forças Armadas como um todo. Congratulo-me com V. Exª, e a melhor maneira que temos de prestar homenagens às tropas brasileiras é aprovando no Senado da República melhorias para o equipamento das tropas e diminuição das distorções salariais que eles enfrentam. Tenho certeza de que, pela declaração sincera de V. Exª, na hora em que esse tema vier ao plenário do Senado, V. Exª será um grande defensor dessa causa, porque sei a bravura com que V. Exª defende as causas em que acredita. É chegado o momento de rever algumas questões, como o sucateamento da Aeronáutica. É inadmissível o que se está vendo com a Aeronáutica brasileira, Sr. Senador, para não falar no Exército. Os equipamentos são antigos, e vemos inclusive a falta de estímulo das tropas. Sou de um Estado pequeno, o Piauí, e passávamos pela porta do 25º BC e víamos a tropa perfilada, os carros, os tanques. Hoje passamos ali e vemos exatamente o contrário. É lamentável que isso ocorra, mas tenho certeza de que haveremos de mudar essa questão, porque é fundamental para o Brasil e porque, a partir daí, garantiremos a nossa segurança. Muito obrigado.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço, pois sabia que V. Exª iria contribuir e muito com o meu pronunciamento. V. Exª tem razão. Não só a Aeronáutica, mas a Marinha e o Exército precisam de uma atenção redobrada do Governo Federal e de todos nós do Congresso Nacional, do Senado da República e da Câmara Federal. Sempre defendi e continuarei defendendo melhores salários e equipamentos à altura das Forças Armadas brasileira. Considero que o que o Brasil tem de mais importante são suas Forças Armadas, a Marinha, o Exército e Aeronáutica e tenho certeza de que o Presidente Lula sabe disso.

Temos de forçar a recuperação das condições ideais para as Forças Armadas. Pena que os Governos anteriores não enxergaram isso. Ao longo dos últimos oito anos, fiz, como V. Exª, essa defesa. Lamento que o ex-Presidente da República, que governou por oito anos este País, não tenha tido essa visão do assunto que estamos discutindo, que realmente precisamos entender.

O Governo Lula ainda se inicia e, acredito, ainda não merece tantas críticas, como as feitas neste Senado, porque o tempo ainda é muito curto para que seja avaliada a sua atuação. Contudo, se, ao final, o Governo não avançar nesse sentido, também serei um crítico.

Mas hoje devo criticar mais os Governos anteriores que não tiveram essa visão e não prestigiaram as Forças Armadas brasileiras.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Maguito Vilela, quero lembrar a V. Exª alguns fatos. Recentemente, o Senado cumpriu seu papel ao aprovar, inclusive com algumas dificuldades internas, o envio das tropas brasileiras para o Haiti. Creio ser de fundamental importância para o Brasil não só pela posição de destaque que exerce, como também para o treinamento dessas tropas que para lá se deslocaram.

As experiências internacionais das tropas brasileiras geralmente nos enchem de orgulho. Sou de uma geração que, quando garoto, andava nas cidades pequenas e via os militares que voltaram de Suez. Naquela época, havia praças onde as moças andavam em um sentido e os rapazes, no outro. E todo mundo atrás dos heróis de Suez, não só pela oportunidade de um bom casamento, como também na certeza de que, do período que lá passaram, trouxeram pelo menos o sustento para um início de vida tranqüilo. De forma que me congratulo com V. Exª, mas não tenho idiossincrasia com o atual Governo, nem paixão pelo passado. Tenho compromisso com o Brasil. Respeito a posição de V. Exª. Desse ódio crescente de V. Exª com relação ao Presidente Fernando Henrique, ainda descobrirei a causa, porque, as vezes em que estive com o ex-Presidente Fernando Henrique, quando Líder do Governo e V. Exª, Senador da República, sempre ouvia dele as melhores referências a V. Exª. Deve ter havido algum desentendimento. É claro que isso acontece na vida. Existe a figura do mensageiro de ordem não dada. Deve ter sido uma questão local. Mas quero dizer que, até onde sei, o ex-Presidente Fernando Henrique sempre teve por V. Exª o maior apreço. E, de minha parte, seria uma leviandade acusar o Presidente Lula simplesmente por acusar. Acredito que Sua Excelência está tentando acertar. Tem dificuldades, como a falta de preparo da equipe e falta de organização, mas o Presidente Lula é um grande brasileiro, e tenho certeza de que, dentro do devido tempo, a história do Brasil lhe fará justiça. Muito obrigado.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Quero apenas dizer a V. Exª que, pessoalmente, nada tenho contra o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Também acredito que ele não tenha nada contra mim. Tivemos uma grande convivência quando governei o Estado de Goiás. Naquela oportunidade, o XLI Batalhão do Exército mandou tropas para Angola. Como Governador, eu tive coragem de visitar Angola naquela época dramática. Fui visitar as forças de paz brasileira que estavam naquele país, com o General Lamelas, na época Comandante da III Brigada de Infantaria de Goiânia.

Portanto, nada pessoal contra o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas ele, como filho de um general, deveria ter olhado melhor pelo Exército brasileiro, pela Marinha, pela Aeronáutica, pelas estradas brasileiras, por uma série de acontecimentos de seu Governo que temos de criticar, mas construtivamente. Os erros do passado servem para nos alertar para que eles não sejam cometidos no futuro.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Maguito Vilela?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Se o Sr. Presidente me permitir, eu darei o aparte a V. Exª.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O Senador Augusto Botelho é o homem de maior sensibilidade nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Um minuto, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Pois é, um minuto. Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, a admiração que tenho por V. Exª chega à gratidão. Quando eu comecei a governar o Piauí, fui ver o modelo lá do PMDB de Goiás, capitaneado por Íris Rezende e V. Exª. Mas eu queria dizer que nesse assunto aqui eu tenho uma larga experiência. Olhai, aí atrás, as Bandeiras! No Império, as cores foram as mesmas; mas esse "Ordem e Progresso" foram as Forças Armadas que garantiram. Senador Heráclito, não bastasse essa unidade – é o Exército –, aquela gloriosa guerra dos gaúchos, a Revolução Farroupilha, gloriosa porque nos despertou para a República, para libertar os negros, mas foram eles que, com Caxias, mantiveram a unidade. Mas eu queria dar um fato de gravidade para V. Exª, não de agora. Senador Heráclito, estamos aqui para consertar, esta Casa existe para isso. Eu governava o Piauí e defrontei-me com uma folha de pagamento onde existiam funcionários, servidores da Justiça ganhando até U$27 mil – isso porque era dólar. Em 95, o real era igual, imaginem hoje!? Vim aqui resolver esse problema e encontrei a imagem do Rei Salomão. Não há ninguém maior que ele na história. Nessa Justiça que temos, Sepúlveda Pertence é uma benção. Eu sei que ele nos deu uma liminar, e eu tive que cortar vários salários da Polícia Militar. Como comprovante, eu levava o salário de um general, o General Oliveira, meu Secretário de Obras. Ele ganhava um quarto, um quinto do recebido pelos outros funcionários do Piauí. Então, digo que temos que nos debruçar para que haja, sobretudo, uma revisão salarial. Eu fiz o CPOR, centro que forma os que comandam, por meio do Risg, do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), as forças acessórias. Que eles tenham um salário digno que lhes permita manter a unidade e a grandeza deste País.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço muito a V. Exª pelo aparte e, ao Sr. Presidente, pela tolerância. Aliás, sempre que uso esta tribuna termino rigorosamente dentro de meu tempo. Hoje V. Exª permitiu que eu extrapolasse. A disciplina também aprendi no Exército Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Eu gostaria de constatar que V. Exª realmente terminou no seu tempo e sempre tem terminado.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, S. Exª, o Senador Ramez Tebet. (Pausa)

O Senador Ramez Tebet cede sua vez ao Senador Valdir Raupp e falará em seguida.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as lições que a História nos proporciona possibilitam que, no presente, sejam tomadas decisões para que, no futuro, não sejam repetidas crises do passado.

O nosso País passou por diversas crises de suprimento de energia elétrica, insumo do qual a vida moderna não admite prescindir.

Recordemos, portanto, rapidamente, os motivos dessas crises e apreciemos as oportunidades que se abrem para ampliações do parque gerador de energia elétrica no País. Há uma oportunidade ímpar para aumentar a confiança de investidores privados e, conseqüentemente, contribuir de maneira efetiva para equacionar o problema de suprimento de energia elétrica.

A crise de suprimento de energia elétrica nas regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do País ocorrida em 2001, envolvendo a esmagadora porcentagem da população e da economia nacional, teve sua origem numa sucessão de erros históricos que explicam em parte o retardo observado no desenvolvimento da Nação.

As concessões de serviços públicos de energia elétrica surgiram no final do século XIX, início do século XX, a partir de iniciativa de empreendedores privados, cujo interesse principal era viabilizar pela energia a implantação de fábricas, ou de transporte urbano. Naquela época, as concessões eram fornecidas pelos Municípios. Na virada do século, a capacidade instalada no País era de apenas 10,4MW. Desde aquela época, passou a haver acentuada predominância de geração hidrelétrica em relação à térmica.

Nos anos 30, a evolução do setor atingiu 1.000MW instalados. Mas foi só após a Segunda Guerra Mundial que a economia nacional, tradicionalmente agrária, passou a ter uma crescente participação industrial, ocasionando o crescimento intenso da demanda. Naquela época, entretanto, várias empresas de energia elétrica encontravam-se em processo de estagnação, devido principalmente à baixa rentabilidade de seus investimentos, conseqüência do estabelecimento, em 1934, da tarifa baseada no custo histórico de investimento, como estabelecido pelo Código de Águas.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, essa foi a primeira grande intervenção desastrada do Poder Público federal nesse setor. A estagnação que se seguiu inviabilizou novas ligações e, conseqüentemente, a expansão do parque industrial e a utilização de energia elétrica na escala desejável em instalações comerciais e em residências. Esse quadro motivou a entrada estatal na geração, na transmissão e na distribuição de energia elétrica, inicialmente por empresas estaduais: Cemig, em Minas Gerais, diversas empresas em São Paulo e no Rio de Janeiro), e uma empresa federal, Chesf, para o aproveitamento progressivo do potencial hidroenergético da cachoeira de Paulo Afonso, que havia sido iniciado em pequena escala por Delmiro Gouveia, em 1910.

Posteriormente, novas estatais surgiram, iniciando-se por Furnas. Várias dessas empresas apresentaram desempenho elevado, mas outras, por contenção tarifária e por influencias políticas, tiveram desempenho aquém do desejado.

Srªs e Srs. Senadores, a partir de 1964, novos ventos promissores passaram a trazer desenvolvimento ao setor pela instituição da correção monetária do ativo das empresas, o que possibilitou o estabelecimento do que foi denominado na época de verdade tarifária. Passou a haver acentuado crescimento da capacidade de geração, o que evitou a repetição do estrangulamento anterior, que deixou marcas e atrasos insuperáveis, e que manteve sempre uma oferta de energia elétrica capaz de assegurar ao mercado tranqüilidade quanto à disponibilidade de suprimento. Essa tranqüilidade, entretanto, tornou o mercado mal-acostumado e, posteriormente, quando passou a haver necessidade de novos investimentos para autoprodução de energia, os dirigentes industriais, com raras exceções, não acreditavam em possibilidades de déficit de suprimento.

Nos anos 60 e 70, foi observado grande desenvolvimento do setor elétrico, trazendo como conseqüência a instalação de indústrias de bens de capital e notável expansão da engenharia nacional. Entretanto, com o objetivo de deter a inflação que assolou o País por décadas, as tarifas voltaram a não refletir os custos reais e a remuneração dos capitais investidos, principalmente no início dos anos 80. Verificou-se, então, novo ciclo de descapitalização das empresas do setor, nessa época, já predominantemente estatal. Houve a preocupação de priorizar algumas obras de maior porte, nomeadamente Itaipu e Tucuruí, sendo outras obras conduzidas com a "verba de desmobilização".

Essa verba era necessária para paralisar a construção, fabricação e montagem de usinas hidrelétricas e de seus sistemas de transmissão; mas, ao invés de paralisar as obras, as autoridades da área econômica do Governo eram convencidas a aplicar a mesma verba no prosseguimento das construções. Com isso, diversas empresas do setor, que haviam se notabilizado por sua eficiência na implantação de acréscimos na capacidade de geração, ficaram tolhidas e as obras se

estenderam por prazos muito superiores aos inicialmente programados, com forte incidência nos seus custos devido aos juros durante a sua construção.

Nessa época, também de recessão e grande inflação, algumas empresas do setor, descapitalizadas, passaram a atrasar pagamentos e a não reconhecer integralmente correção monetária e juros a que seus fornecedores passaram a estar sujeitos, desmantelando, dessa maneira, em grande parte, a capacitação nacional aplicada a empreendimentos hidrelétricos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foi esse o ambiente que motivou o governo passado a buscar novos caminhos para o setor elétrico, baseando-se em modelos liberais com menor presença do Estado e incentivos a investimentos privados nacionais e estrangeiros, contando, em muitos casos, com financiamentos do BNDES.

Com base nesse modelo, foram privatizadas empresas de geração e distribuição e dadas algumas concessões de geração. Entretanto, a carência de investimentos que vinha se prolongando por duas décadas, associada à ocorrência de chuvas sensivelmente abaixo da média histórica, foi suficiente para que o País ingressasse em rigoroso regime de racionalização e de contenção forçada do uso de energia elétrica em 2002, a exemplo do que já ocorrera no passado, notadamente nos anos 50. Tal déficit de suprimento acarretou elevados custos, pois a energia mais cara é aquela que, demandada, não é fornecida.

Atento à importância econômica e estratégica que representa a confiabilidade do suprimento de energia elétrica, o atual Governo Federal propõe novo modelo que procura captar a confiança de investidores privados para pequenas centrais de geração e para usinas de médio e grande porte, estas podendo usufruir de benefícios, por meio do Programa de Parceria Público-Privada, PPP, que já demora, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O Programa de Parceria Público-Privada, de que sou Relator na Comissão de Assuntos Econômicos, já deveria ter sido aprovado naquela Comissão, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e no plenário do Senado Federal. No entanto, ainda está paralisado por falta de acordo de Lideranças.

Faço aqui um apelo aos Líderes do Governo e dos Partidos que compõem a Comissão de Economia do Senado e a todo o Plenário para que votemos o mais rápido possível esse projeto tão importante para a Nação, para que possamos, com ele, construir as usinas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira, para que possamos construir a usina de Belo Monte no Pará e muitas outras obras importantes nas áreas ferroviária, rodoviária, portuária, de saneamento e de energia elétrica, para sustentar o crescimento do nosso País.

Entretanto, Sr. Presidente, ao final do ano passado, após sucessivas estiagens, a energia estocada nos reservatórios das grandes hidrelétricas atingiu níveis preocupantes, com ameaça de novo racionamento. Para evitar essa nova catástrofe econômica e social, o Ministério de Minas e Energia mandou ligar as usinas emergenciais, de elevado custo operacional, sendo que algumas, por falta de combustível, não puderam entrar em carga, principalmente por falta de gás. Com isso, apelo ao Governo Federal para que libere, o mais rápido possível, as concessões para a construção dos gasodutos, principalmente os da Amazônia, o gasoduto Coari-Manaus e o gasoduto Urucu-Porto Velho, no Estado de Rondônia.

Por sorte, a última estação chuvosa foi generosa e afastou momentaneamente – pelos próximos dois a três anos – o perigo de novo racionamento drástico. Hoje, apenas os reservatórios da Região Sul apresentam baixos valores de energia estocada. É importante realçar, entretanto, que a implementação de usinas geradoras demanda muitos anos com projetos de engenharia, licenciamento ambiental, fabricação e construção, podendo, já no horizonte de 2007 e 2008, estarmos outra vez em situação de déficit de suprimento.

Com o crescimento do PIB, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este ano o País deverá crescer de 3,5% a 4% do PIB, e, no próximo ano, esse crescimento poderá ser ainda maior, talvez de 5% a 6%. E, com o crescimento sucessivo de oito ou dez anos, sabendo que as grandes hidroelétricas demandam muito tempo para ser construídas, talvez 10, 15 ou 20 anos, não estamos livres de um novo apagão e de um novo grande prejuízo para a nossa Nação.

O Brasil é privilegiado pelo destino por possuir recursos hídricos em abundância que possibilitam a geração de energia elétrica a partir de fonte renovável. Nesse cenário, destacam-se as pequenas centrais hidroelétricas que atraem investimentos privados, disseminam fontes de geração, geram empregos e, por serem obras de pequeno vulto, com reservatórios de dimensões discretas, compreendem reduzidos impactos ambientais negativos.

A louvável iniciativa do Governo Federal de implementar o Proinfa, Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, gerou interesse consideravelmente acima da expectativa por parte da iniciativa privada.

O Proinfa foi criado em 26 de abril de 2002 pela Lei nº 10.438 e revisado pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, que assegurou a participação de maior número de Estados no programa, incentivou a

indústria nacional e ainda promoveu a exclusão dos consumidores de baixa renda no programa de rateio de compra de energia nova.

Deve-se realçar que todas as ofertas de novas usinas inseridas no Proinfra já dispõem das licenças ambientais necessárias à sua implantação e da aprovação do projeto pela Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica, e da outorga do uso da água pela Agência Nacional de Águas.

Lamenta-se ver, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que possíveis investidores em pequenas centrais hidrelétricas possam ficar à margem do processo pela limitação do programa referente ao teto de 1,1 mil megawatts a serem instalados quando a oferta é superior a 1,9 mil megawatts.

Há, neste instante, uma oportunidade preciosa para, diminuindo a possibilidade de futuro déficit de suprimento de energia, o Governo Federal angariar confiança dos investidores para o Proinfa e para as futuras parcerias público-privadas. Tal oportunidade se caracterizaria com a ampliação do atual limite, deste ano, de 1,1 mil megawatts para as pequenas centrais hidrelétricas, abrigando assim todas as empresas que desejam participar do programa, contribuindo decisivamente para o benefício do sistema elétrico.

Fica, portanto, aqui nossa proposta de ampliação do Proinfa neste corrente exercício, aumentando o benefício à população, estimulando a confiança dos atuais e futuros investidores nesse fundamental segmento da infra-estrutura, que é a energia elétrica, e contribuindo para evitar futuros racionamentos e prejuízo ao nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da presidência, que é ocupado pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet, como orador inscrito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Guerra, por permuta com o Senador Ramez Tebet.

S. Exª terá até vinte minutos para fazer o pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, indago a V. Exª se ainda existe a oportunidade para comunicações urgentes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Heráclito Fortes, V. Exª está inscrito após a palavra do Senador Marcos Guerra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Tem V. Exª a palavra, Senador Marcos Guerra.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, preocupado com as dificuldades que a juventude brasileira encontra, cada vez mais, para prosseguir seus estudos em nível superior, apresentei à Mesa desta Casa Legislativa o Projeto de Lei que recebeu o nº 172, de 2004.

O objetivo dessa proposição é criar mecanismo de geração de empregos para estudantes do ensino superior, que pagam seus cursos com o Fies – Financiamento Estudantil.

Observou-se, ao longo de todos os anos, que o inicialmente denominado "crédito educativo" – expressão pela qual ficou conhecido o sistema de financiamento dos cursos superiores –, mesmo tendo sido objeto de diferentes modificações, na tentativa de adaptá-lo à realidade e às necessidades dos universitários, além de outras dificuldades, vem encontrando um obstáculo hoje quase intransponível: a impossibilidade de ressarcimento pelo aluno formado.

Realmente, existe o financiamento, mas geralmente os estudantes, após formados, não têm como pagar. Este, Srªs e Srs. Senadores, é o grande foco do meu projeto: em razão do alto nível de desemprego e da exigência de experiência anterior, que os novos profissionais não possuem, os recém-formados não conseguem emprego. Logo, não têm como pagar.

Recentemente, o Congresso aprovou medida provisória que iria permitir a renegociação das dívidas anteriores ao Fies, o que beneficiaria 164 mil estudantes, hoje inadimplentes.

Algumas razões, entre outras, próprias da atual conjuntura, determinam esse insucesso:

> 1º A elevadíssima taxa de desemprego, de 20,7%, medida em abril;
>
> 2º As exigências do mercado de trabalho quanto a experiências ocupacionais anteriores, dificultando o ingresso dos recém-formados nas respectivas áreas de atuação;
>
> 3º A impossibilidade de as famílias desses novos profissionais arcarem com o ressarcimento, mesmo parcelado, principalmente em razão da renda insuficiente, geralmente na classe média e na pobre.

Esses obstáculos têm levado milhares de estudantes a desistirem das carreiras sonhadas, e outros milhares a abandonarem cursos já iniciados.

Mesmo para os que já trabalham, as mensalidades das instituições privadas estão muito além do que

poderiam dispor, caso ainda reste algum disponível, após a satisfação das necessidades básicas.

Outro aspecto de extrema importância é que a juventude brasileira tem, em média, apenas sete anos e meio de escolaridade, contra 12 a 14 de outros países em desenvolvimento, o que resulta em significativas deficiências de qualidade em grande parte da nossa força de trabalho.

Essa realidade somente reforça a importância de se proporcionarem aos jovens os recursos necessários a que prossigam e concluam seus estudos de nível superior, ainda mais que eles vêm percebendo, a cada dia, que a educação é uma forma de ascensão social e de inserção no mercado de trabalho; talvez a única maneira de fugir ao inegável empobrecimento da nossa sociedade.

Proponho, então, Sr. Presidente, duas formas que permitam aos estudantes universitários saldarem a dívida com o Ministério da Educação, com o fruto do próprio trabalho:

> – Sem remuneração, mediante prestação de serviços ao Estado, na especialidade do estudante, seja como estagiário, durante o período discente, ou como profissional, após a graduação; ou
>
> – Com remuneração, obtendo um emprego em média, pequena ou microempresa, cujas vagas seriam criadas por intermédio de subvenções econômicas oferecidas às empresas.

A inclusão desses universitários no mercado de trabalho, sob a forma de estágio remunerado, contratação por período determinado ou até mesmo emprego fixo, preferencialmente na área correspondente aos respectivos cursos superiores, poderá proporcionar-lhes a experiência exigida e a forma de, com seus próprios recursos, custear os estudos, sem gerar dívidas impossíveis de seres resgatadas.

As empresas brasileiras estão conscientes dessa realidade. No último levantamento feito pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – Gife –, 59% declararam realizar algum tipo de ação social.

É do conhecimento de todos — não só dos empresários — que, quanto maior o número de pessoas empregadas, maior o poder aquisitivo da população, o que dinamiza o setor econômico e estimula a criação de novos empregos, operando o chamado "círculo virtuoso da economia".

Outro ângulo da questão, também de grande importância, Sr. Presidente, é que, acolhendo os universitários, o setor produtivo passará a contar com mão-de-obra de alto nível, dinamizando e impulsionando as atividades, gerando novas idéias e atualizando os métodos de trabalho.

Entretanto, Srªs e Srs. Senadores, os empreendedores, já asfixiados pela exagerada e injusta carga tributária, precisam contar com incentivos para poderem oferecer oportunidades de trabalho aos jovens. Consciente dessa realidade, por ser egresso do meio empresarial, proponho:

> – Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins – sobre a folha de salários dos estudantes contratados; e
>
> – Dedução das despesas geradas na criação dos novos postos de trabalho no Imposto de Renda devido, limitada ao percentual de 10%.

Permitam-me os nobres Colegas antecipar a pergunta que deve ter surgido na mente de muitos dos que agora me ouvem: não há risco de a concessão desses incentivos induzir os empregadores a dispensar seus empregados e substituí-los pelos universitários?

O art. 3º do meu projeto impede que isso aconteça, pois determina que "as subvenções serão usufruídas enquanto durarem os novos vínculos empregatícios, limitadas ao período de pagamento do financiamento, desde que o empregador mantenha número médio de empregados igual ou superior ao estoque de empregos existentes no mês anterior ao de início da vigência desta Lei, excluídos do cômputo os contratados com amparo neste dispositivo legal e os participantes de programas congêneres".

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o jornalista Gilberto Dimenstein participou, no mês de maio, em São Paulo, do VII Seminário CIEE – Gazeta Mercantil, cujo tema central merece nossa maior atenção: "A Empregabilidade e a Criação de Condições de Trabalho para a Juventude Brasileira".

Na palestra que proferiu, Dimenstein apresentou considerações sobre as quais precisamos refletir. Permitam-me, Srªs e Srs. Senadores, transcrever dois trechos:

> Só em um país em que se chegou ao cúmulo do abuso se lança um Programa Primeiro Emprego para empregar 250 mil pessoas e empregam-se 500 (...)
>
> Em vez de criar um Programa Primeiro Emprego, por que não valorizar o estágio que já está aí? (...) É isso que peço às autoridades: Por favor, não inventem nada de novo: Dêem força ao que já está aí.

O editorial da **Gazeta Mercantil** enfatiza o que todos nós sabemos: as novas exigências do mercado de trabalho colocam em pauta a necessidade de os jovens estarem preparados para esses desafios. Não basta boa formação de nível médio ou acadêmica. É fundamental que o jovem alie à prática o conhecimento teórico adquirido na escola, e isso só é possível com o estágio em empresas.

Acredito, nobres Colegas, que temos obrigação de proporcionar aos nossos jovens a verdadeira oportunidade para o real exercício da cidadania.

Para mim, tornar-se cidadão é muito mais que possuir um documento de identificação ou de cumprir o dever de votar e prestar o serviço militar. Ser cidadão é, principalmente, compreender o mundo em que se vive, a partir de uma formação adequada; é contribuir com a comunidade, tanto como fator de produção – desempenhando tarefas de uma ocupação útil –, quanto como fator de consumo – empregando sua remuneração em bens e serviços necessários à sua vida pessoal, social e familiar.

Por essas razões, proponho que, em vez de gerar dívidas a serem pagas por jovens que não conseguem emprego ou de pagar ao empresariado para contratar jovens, sejam proporcionadas subvenções econômicas aos empreendedores que se disponham a oferecer essas oportunidades aos universitários.

A isenção de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins – e a dedução de até 10% das despesas geradas com a criação de novos postos de trabalho do valor a ser pago à Receita Federal (Imposto de Renda) são mecanismos muito mais práticos, diretos e eficientes. Além disso, essas subvenções em nada onerarão a receita – pois não há como se perder aquilo que nunca se teve – e, em contrapartida, aumentará a arrecadação, com o ingresso de novos consumidores para contribuir com o aquecimento da economia nacional.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acredito poder contar com a aceitação desse Projeto de Lei por V. Exªs, pois, além dos pontos positivos citados, trará maior estímulo a que os alunos que concluírem o 2.º grau ingressem em cursos universitários, por várias razões, entre as quais destaco:

> 1ª Suas possibilidades de conseguir emprego na própria área de formação, como estagiários, serão bem maiores.
>
> 2ª Seus serviços, remunerados ou não, custearão os cursos, que não acarretarão dívidas futuras.
>
> 3ª O período de trabalho, como estagiário ou profissional recém-formado, virá a atender a exigência de "experiência anterior na área", que é o maior obstáculo ao emprego, mesmo quando existe a vaga a ser preenchida.

Concluindo, nobres Colegas, antevejo uma realidade em que o Governo e a iniciativa privada, cada um cumprindo sua parte, ofereçam aos jovens brasileiros as necessárias oportunidades para se orgulharem de si mesmos e de sua Pátria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje pela manhã fui surpreendido com a matéria assinada pelo jornalista mais competente e responsável deste País, que é Gerson Camarote. A matéria diz: "Congresso deve ser Convocado no Recesso".

Chegando aqui, fui também alertado sobre a matéria pelo experiente Senador Ramez Tebet. O subtítulo da matéria diz: "Governo reconhece que medida é impopular, mas quer votar as medidas no período".

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse filme já se repetiu algumas vezes. O Governo passa o período legislativo ordinário trancando pauta com medidas provisórias, não avançando no que tem que ser votado e, no período do recesso, faz a convocação extraordinária. Usa, no entanto, a mídia nacional para jogar a opinião pública contra o Congresso Nacional, dando a entender que são os Senadores e Deputados que querem esta convocação para tomar partido, receber remuneração extra e coisa do gênero.

Nunca vi um interesse tão grande em desgastar o Legislativo como vejo no atual Governo. Por que não se propõe, Sr. Líder de plantão, meu caro conterrâneo Sibá Machado, uma pauta mínima e um esforço concentrado? Convocar no mês de julho o Congresso por trinta dias, quando o processo eleitoral está iniciado e os Parlamentares estão nas suas bases, não é uma atitude séria. É maldosa, é uma tentativa de colocar a opinião pública contra o Congresso, porque o que passa aí afora é que os Parlamentares solicitaram essa convocação, que é absurda, inoportuna e, acima de tudo, ineficaz.

Senador Demóstenes Torres, se o Governo vem e, com a boa vontade que todos temos de ajudá-lo, propõe um esforço concentrado, o problema está resolvido. Eu disse aqui e repito que, em vários meses de Oposição, tenho uma frustração: não vi, Senadora Serys Slhessarenko, até agora, a Oposição criar nenhuma crise para o Governo. O Governo é que cria todas. Toda vez

que o Governo traz matéria de relevância nacional, o Congresso discute e vota, com responsabilidade e com objetividade, coisa que não havia até então.

Saúdo aqui a presença do meu ex-colega de Câmara, Deputado Jair Bolsonaro, que sabe qual é o desgaste que sofremos por isso. O Governo convoca, e o Congresso é quem paga o pato.

Não, Srs. Senadores, acho que não é momento de convocação extraordinária, a não ser que exista por trás um objetivo que não esteja bem claro aqui. A pauta que se apresenta coloca como objetivo da convocação a votação no Senado do PPP, da Lei de Falência, do Projeto de Biossegurança, e, na Câmara dos Deputados, outras matérias. A LDO é sagrada, só podemos entrar em recesso depois de tê-la aprovado. Então, convocação extraordinária para quê? Se não tivemos capacidade de votar o que está aqui durante todo esse período ordinário, será que o faremos num curto período de trinta dias, custando à Nação R$22 milhões? O repórter é cauteloso, já prevê R$22 milhões, e cada Deputado e cada Senador recebe R$12 mil. Quer dizer, há um único objetivo de tentar desgastar mais uma vez a imagem do Congresso, e não podemos aceitar isso.

Estou muito satisfeito porque no bojo da matéria já vemos a discordância do PSDB, do PMDB e, tenho certeza, do PFL também. Convocação extraordinária tem de existir para casos graves, excepcionais, não para recuperar tempo perdido por disputas internas. Temos que respeitar o período Legislativo, aprovado e constitucionalmente vigente, cumprindo o recesso e permitindo que as atividades parlamentares, no seu tempo normal, funcionem sem o excesso de medidas provisórias. Até porque, Senador Demóstenes Torres, de nada adiantará convocar se estivermos com a pauta trancada. E aí vem aquela nossa frustração da convocação do último recesso. Fomos convocados, enlameados na imprensa, recebemos o dinheiro da convocação e não votamos absolutamente nada.

Portanto, lanço aqui o meu alerta e o meu protesto. Acho que nós Senadores – e tenho certeza de que os Srs. Deputados – não deveremos cair nessa arapuca. É mais uma armação contra o Congresso Brasileiro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Papaléo Paes deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Solicito a V. Exª minha inscrição pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Demóstenes Torres, passarei a palavra ao Senador Ramez Tebet, depois V. Exª terá a palavra.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só para saber qual é a ordem da minha inscrição.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, estou falando na seqüência do breve pronunciamento, breve mas incisivo, convincente pronunciamento do Senador Heráclito Fortes. À simples notícia de convocação extraordinária do Congresso Nacional para o mês de julho, publicada na imprensa, nós já notamos a reação de alguns Parlamentares aqui desta Casa.

O Senador Heráclito Fortes protesta e o faz com razão. Não quero, Senador Heráclito Fortes, repetir os argumentos de V. Exª, porque eles são seus, mas quero endossá-los.

E quero dizer mais: convocar extraordinariamente o Congresso para votar que matérias?

O Projeto das Agências Reguladoras. Não resta dúvida de que é um projeto importante para o País. Mas teremos tempo de votá-lo em trinta dias? A resposta é não, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores.

Outras matéria seriam: o Projeto da Incorporação Imobiliária, o Projeto da Parceria Público-Privada, que está na minha Comissão, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Quanto a esse Projeto da Parceria Público-Privada, já estão aprovados vários requerimentos de audiências públicas. Isso quer dizer que, se, por exemplo, essa matéria constar da pauta da convocação extraordinária, sabem o que vai acontecer? Nós vamos dedicar o prazo para ouvirmos pessoas que aqui comparecerão para prestarem esclarecimentos sobre o Projeto de Lei.

Quanto ao Projeto da Biossegurança, é matéria altamente polêmica e não deverá ser aprovada em 20 ou 30 dias. Ele se encontra nas Comissões e ainda vai para a Comissão de Assuntos Econômicos, que modestamente eu presido.

E o Projeto da Lei de Falências? Bom, esse provavelmente votaremos agora na terça feira. Aliás, eu pensei em ocupar esta tribuna para falar sobre a Lei de Falências, mas o Senador Heráclito Fortes me inspi-

rou. E eu não posso deixar de concordar com S. Exª e protestar e pedir até para que não se convoque o Congresso extraordinariamente. Nós dispomos do recurso da autoconvocação e, aí, sim, se nós queremos votar alguma matéria, que os Presidentes das duas Casas – Câmara e Senado – façam uma pauta e autoconvoquem o Congresso. Isto é fundamental.

Nós ainda não votamos a LDO. Será que entraremos em recesso no dia 30?

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu ontem estive aqui nesta tribuna. E raras vezes eu tinha visto paralisar assim um relatório. Acontece algumas vezes. Paralisamos ontem o relatório sobre a Lei de Falências, para continuarmos com alguns dispositivos sobre os quais ainda não existe consenso na Casa. Marcamos a apreciação da matéria para a próxima terça-feira. E assim agimos dada a importância da matéria. Esta matéria, a Lei Falimentar, que quero que se chame Lei de Recuperação das Empresas, porque o objetivo não é a falência das empresas. O objetivo é a recuperação das empresas; é conceder, às pequenas, às microempresas e às médias empresas, que alavancam os empregos neste País, que são responsáveis por 51% dos empregos gerados no nosso País, oportunidade de se recomporem.

É verdade que temos que considerar uma empresa, hoje, no seu conteúdo econômico; o aspecto econômico é importante. Mas também é importante, Sr. Presidente, Srs. Senadores, analisarmos e encararmos uma empresa por sua atividade social, que representa o equilíbrio. A empresa representa o capital e precisamos estabelecer um equilíbrio entre capital e trabalho. Se as empresas fecham, se cerram suas portas, se não se dá oportunidade de sobrevivência às empresas, perdem todos. Perdem principalmente os mais humildes; perdem os trabalhadores porque perdem seus empregos.

Então, a Lei de Falências é importante. Ela vem em substituição a uma lei que está vigendo no País há 60 anos, uma lei que, quando foi feita, não existia este avanço científico e tecnológico que presenciamos hoje. Não havia essas fusões, incorporações e uniões de empresas. Não existia sequer esse processo eletrônico que estamos vivendo. Não existia a Internet. Hoje os negócios se realizam por meio da Internet, por exemplo. Hoje os bens intangíveis, aqueles bens que não pegamos mas sentimos, as marcas das empresas, seu valor e o que representam, algo que parece abstrato, tem muito mais valor do que as coisas concretas – o ativo, as mercadorias e o patrimônio físico.

E estamos sendo comandados por uma lei que vem desde 1945. Essa lei teve seu valor no tempo, mas hoje está ultrapassada. Precisa atender às necessidades de uma nova economia, de um mundo globalizado. É preciso uma legislação mais moderna que acompanhe tudo isso. Além do mais, a experiência dessa lei que está vigorando, essa lei de 1945, é uma experiência muito ruim. Por exemplo, admite concordata. E concordata no Brasil nunca resolveu problema de empresa nem de emprego. Noventa por cento das concordatas deste País não chegam ao fim. E a lei que estamos propondo coloca fim às concordatas. Não vai mais existir concordata. Vai existir a tentativa de recuperação das empresas por outros meios: o encontro entre a empresa que está em dificuldade e seus credores e seus trabalhadores – estes sempre presentes. É preciso ressaltar isto, ou seja, que os trabalhadores vão estar sempre presentes em qualquer tentativa de recuperação das empresas. Os trabalhadores podem opinar, dar sua contribuição. Vão poder até, em alguns casos, participar de uma das formas de recuperação da empresa: vão poder entrar com seus créditos trabalhistas como capital para aquisição da empresa, caso tenham condições. Poderão se unir à empresa que vai adquirir a outra; é uma das fórmulas também.

Em suma, há uma série de medidas nessa nova lei. Ontem, em sua discussão, o meu parecer foi interrompido. E vamos voltar nisso na terça-feira. E faço um apelo sincero, como fiz ontem, para que as emendas que continuam chegando tenham o prazo até segunda-feira, a fim de que possamos votar essa lei que é tão importante.

Então, é importante ressaltar esse aspecto, principalmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, porque se acusa essa lei de ser **bunker** das instituições financeiras. E isso não é verdade – é preciso esclarecer. Sabemos que empresas não sobrevivem sem crédito. Claro que as instituições financeiras socorrem o mercado, mas elas não têm o privilégio que alguns mal informados sustentam que têm. Elas não têm o privilégio acima, por exemplo, do direito dos trabalhadores, como se quer afirmar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse ponto precisa ficar bem claro. Estou fazendo esta fala mais ou menos didática, para prestar alguns esclarecimentos à Nação brasileira, àqueles que nos ouvem e à própria Casa, para dizer que os créditos trabalhistas são preferenciais em qualquer circunstância. No entanto, eles são preferenciais até determinado valor; são preferenciais, por exemplo, até 150 salários mínimos.

Dir-se-á: mas por que só até 150 salários mínimos? Então, estão tirando o direito do trabalhador. Não. Qual o trabalhador que devemos proteger? Aquele trabalhador que conhece os segredos da empresa, que são os auditores, os advogados, os diretores, que têm carteira de trabalho, com altos salários? São es-

ses que queremos proteger? Ou queremos proteger aquele trabalhador que ganha R$500,00, R$600,00, R$300,00, um salário mínimo? Aquele trabalhador que ganha R$800,00, que ganha R$1 mil, aquele que põe a mão na massa, aquele que realmente é o coração da empresa, que está ali trabalhando e não sabe o que a diretoria, se ela for uma pessoa jurídica, está fazendo?

Sr. Presidente, foi pensando nesses mais humildes, nesses trabalhadores, que colocamos a limitação, porque eles não podem ser comparados àqueles que têm altos salários, porque, neste caso, serão prejudicados. Na divisão do bolo, proporcionalmente, recebem mais aqueles que têm uma indenização trabalhista muito elevada para receber, em outras palavras, aqueles que recebem salários de R$5 mil, R$6 mil, R$7 mil, R$8 mil por mês. Daí a limitação colocada no nosso substitutivo de fazer prevalecer até 150 salários mínimos os direitos dos trabalhadores, com isso não significando que, se ele for credor acima de 150 salários mínimos, ele esteja totalmente perdido. Não. Aí ele vai, se tiver esse excesso, ser colocado ao lado dos credores comuns, também com possibilidade de receber.

Às vezes, quando queremos proteger alguém, precisamos saber protegê-lo; quando queremos dar direito a alguém, precisamos saber conceder esse direito, porque, às vezes, se exageramos na dose, ao invés de proteger, estamos fazendo o contrário, estamos prejudicando aqueles que queremos proteger.

Essa é a lei. Essa lei é importante e precisa vir como uma ferramenta a mais. Ela não é uma lei milagrosa. Nem uma lei nem um conjunto de leis por si só resolve os problemas de um País, mas essa é uma ferramenta importante para a economia brasileira e para as pequenas e as médias empresas. E aí vale a ressalva para aqueles que estão de boa-fé, para aquelas empresas que estão em dificuldades, mas em dificuldades por razões de ordem econômica. Muitas fingem que estão em dificuldades – é o que pulula hoje por aí com empresas que requerem concordata, mas se enriquecem, se locupletam, têm o caixa dois, abrem a empresa em nome dos seus testas-de-ferro, dos famosos laranjas e ficam impunes.

Essa lei prevê penas graves, o aumento das penas para os fraudadores, aqueles que querem se locupletar à custa do trabalho alheio. Essa lei também tem essa parte que é de fundamental importância.

Sabemos que no Brasil as concordatas acontecem, mas os falidos continuam nababescamente por aí. Será que isso está certo? Se a pessoa é falida, como se justifica o imenso patrimônio que tem, às vezes, em seu próprio nome? Não é em nome de laranja, não; às vezes, é em seu próprio nome. Isso precisa acabar, Sr. Presidente, não pode continuar. A Nação não agüenta ver essas injustiças sociais, uns se locupletando à custa da maioria.

É preciso elaborar uma lei diferente, uma lei de recuperação das empresas para aqueles que estão em dificuldades, que querem produzir e têm boa-fé. Esse é o objetivo da lei sobre a qual estamos falando. E essa lei nem deveria se chamar Lei de Falências, mas Lei de Recuperação das Empresas. Para nós, isso é de fundamental importância.

Dizem que os bancos estão sendo protegidos porque têm garantia real e, se a empresa está em recuperação, são os primeiros a receber, porque tiram o patrimônio. Sr. Presidente, não é bem assim. Durante o período de tentativa de recuperação judicial, de 180 dias, qualquer que seja o ônus que pese sobre os bens, eles não sairão do patrimônio da empresa porque, se isso ocorrer, a empresa se inviabilizará e não terá condição de se recuperar e de atuar no mercado.

Sr. Presidente, a imprensa está transmitindo a fala do Presidente Lula direto de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América do Norte, para onde foi a fim de incentivar os investimentos americanos no Brasil. Sua Excelência fez um apelo aos investidores, dizendo que o Brasil possui regras fixas para investimentos. Não sei se acreditam nisso. Tomara que o Presidente, com sua eloqüência e talento, consiga convencê-los de que aqui há regras fixas, porque, Sr. Presidente, **data venia**, é isso que está faltando no Brasil.

Está faltando segurança para que os investidores apliquem seus recursos. Darei exemplos. Estamos discutindo a Lei de Falências e o projeto de Parceria Público-Privada, e ainda está na Câmara dos Deputados o projeto de reforma tributária. Como um estrangeiro vai abrir algum negócio no Brasil se ele não sabe o valor da carga tributária? E mais, em não sabendo, ele calcula por cima, porque a fama – que é verdadeira – de que temos uma das maiores cargas tributárias do mundo desanima qualquer um. E estamos fazendo o discurso de que fizemos a reforma tributária.

E há brasileiro mesmo que acredita que nós fizemos reforma tributária, quando nós não fizemos nada. Está lá. O que o Senado fez e a Câmara fez antes do Senado foi garantir ao Governo Federal a receita proveniente da CPMF, por exemplo, proveniente da desvinculação das receitas, a famosa DRU. Isso nós votamos. Mas o essencial da reforma tributária está ainda na Câmara.

É preciso que nós, que queremos colaborar com o Governo, com o País, que queremos contribuir, como é dever nosso, de cada Deputado, de cada Senador, com a responsabilidade da confiança popular que nos foi dada pelas urnas, tenhamos a coragem de afirmar

que o que está em andamento aumenta a carga tributária. Vejam que cresceu a arrecadação do Governo este ano. Eu gostaria que crescesse, mas o brasileiro pagando menos impostos e não pagando mais impostos. Cresceu por causa da Cofins, Sr. Presidente e Sr. Senadores.

Então, é tudo isso aí. É um conjunto de coisas que este Brasil precisa fazer.

Volto ao assunto, sou Relator da Lei de Falências. Estou convencido de que esta lei, em sendo aprovada, é uma ferramenta a mais que precisamos colocar em prática. É preciso votar esta lei. Ela ainda vai para a Câmara dos Deputados porque nós fizemos um substitutivo. Então, nós não podemos falar que o Brasil está com regras fixas e duradouras, infelizmente. Eu gostaria de poder dizer o contrário. Mas como é que nós vamos atrair investidores se existe uma insegurança muito grande no mundo dos negócios e no mundo jurídico e uma elevada carga tributária?

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Ramez Tebet, é muito importante o pronunciamento de V. Exª, principalmente porque, como Relator da Lei de Falências, se debruça sobre matéria de grande importância para o desenvolvimento econômico de nosso País. Essa questão da carga tributária é crucial. Não há como a economia crescer com uma carga tributária tão pesada, que asfixia de forma absoluta toda a cadeia produtiva no País. Segundo levantamento recente, neste ano haverá um acréscimo de dois pontos percentuais do PIB na carga tributária. Pela primeira vez na História, ultrapassaremos 38% do PIB em impostos no País. Não existe, em lugar algum do mundo, algo semelhante. E como o Presidente Lula pode, em Nova York, anunciar que vai atrair US$20 bilhões por ano, mantendo aqui essa carga tributária escorchante? Não há investidor estrangeiro que pense em optar por um país como o nosso, se certamente encontrará condições melhores em qualquer outro país também emergente como o nosso. Portanto, Senador Ramez Tebet, esta tese que V. Exª sustenta é de fundamental importância. O Governo tem de ouvi-lo se deseja realmente retomar o desenvolvimento econômico em nosso País.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Alvaro Dias, agradeço a V. Exª o aparte. Esgota-se o meu tempo, mas observo que seu aparte confirma as minhas palavras, e, vindo de V. Exª, é claro que meu pronunciamento ganhou a importância que ainda não tinha.

Mas, voltando à Lei Falimentar, quero apresentar algumas conclusões para evitar interpretações erradas que há por aí. Dizem que é uma lei para proteger os mais ricos. Sei que há um turbilhão que agita as relações de trabalho, com a terceirização da mão-de-obra, a multiplicação das cooperativas de trabalho, a expansão de prestação de serviços por firmas individuais, e assim por diante. Esses são apenas alguns dos sintomas de ruptura com os antigos padrões de emprego.

Quero dizer que esse projeto considera o interesse social e leva em conta que a parte mais frágil é a classe trabalhadora. Há necessidade de se proteger os trabalhadores sim, mas com as lições do mundo moderno. Há necessidade de proteger os verdadeiros trabalhadores, aqueles que realmente impulsionam as empresas com seu trabalho, com o suor de seu rosto, e não de proteger os responsáveis pela situação da empresa, aqueles que são de confiança, que exercem cargos que lhes permitem conhecer a exata situação da empresa e, portanto, são detentores de altos salários. Esses, desculpem-me, haverão de dar lugar aos que ganham pouco e, portanto, têm a proteção da preferência em seus créditos até o limite de 150 salários mínimos.

Quero dizer que nosso trabalho se pautou não apenas pelo objetivo do aumento de eficiência econômica, que a lei sempre deve propiciar e incentivar, mas principalmente pela missão de dar conteúdo social a essa legislação que estamos – tenho certeza – prestes a votar.

Tenho consciência, pelo meu passado, pela minha luta, pelo respeito que tenho aos meus concidadãos, pela minha pouca experiência de vida, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de que a lei deve guardar consonância com a realidade social e econômica da época em que ela é elaborada e deve prever estímulos a comportamentos desejáveis no futuro.

Pensando assim, procuramos estabelecer esse equilíbrio ao dizer que a Comissão de Assuntos Econômicos realizou muitas audiências públicas com representantes de todas as classes. Estiveram entre nós representantes da CUT, da Força Sindical, da Magistratura, do Ministério Público e do Sebrae, que é responsável pelas pequenas, médias e microempresas. Esteve aqui conosco o Ministério Público, que, no afã de ajudar este País, quer maior participação nessa lei que estamos votando. Estiveram presentes representantes das instituições financeiras, economistas. A essas pessoas todas queremos agradecer.

Com base nisso tudo e em nosso conhecimento da realidade, analisando as mais de 50 emendas – elas estão chegando a toda hora e a todo momento, porque, regimentalmente, podem ser apresentadas até o término da discussão –, preparamos esse trabalho que o Senado votará. Tomara que, na terça-feira, pos-

samos aprovar essa relevante matéria para contribuir com a economia de nosso País!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra, por delegação da Liderança, ao Senador Demóstenes Torres, por até cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno.

A seguir, falará o Senador Delcídio Amaral, por ordem de inscrição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, "A segurança da humanidade é indivisível" – Luiz Inácio Lula da Silva.

Desde quando foi advogado de presos políticos no Brasil, o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, vem recebendo as louvaminhas de uma esquerda de baixa qualidade intelectual e, agora, no Poder, dotada de indispensável paixão pela cortesia. Há no Governo do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, quase uma adoração pelas inclinações liberalizantes do Dr. Bastos em matéria de Direito Penal, especialmente quando o Ministro, ao discorrer sobre as causas sociais da violência, promove expansões filosóficas no sentido de que o fim da criminalidade seria corolário da superação das desigualdades sociais.

Uma vez exaurido o passivo social, ensina Bastos, a segurança pública brotaria por algum método de reprodução espontânea, ao passo que as normas penais iriam perdendo o sentido por uma questão consuetudinária. Belo raciocínio acerca de uma completa balela. Estamos ingressando no sétimo mês de 2004, e o Ministro Márcio Thomaz Bastos continua no lelelê, enquanto não consegue executar o Orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública no que se refere ao financiamento das políticas de proteção do povo brasileiro. Ao mesmo tempo, incorre em desvio de finalidade ao mandar para o balcão das companhias aéreas recursos destinados à aquisição de viatura, armamento e remuneração de policiais, por exemplo.

Sr. Presidente, o Governo Lula teve o desplante de executar do Orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública, conforme dados do Siafi, até ontem, apenas 0,08% da dotação de pouco mais de R$366 milhões. Ou seja, pagou exatamente R$295.358,49, sendo que deste valor 56%, R$166.786,81, foram destinados à quitação de passagens aéreas e despesas de locomoção.

Para encontrar facilidades na obtenção de mordomia, o Governo Lula está conferindo caráter orgânico a ficções legislativas, como se os Fundos que o PT administra deixassem de ser unidades orçamentárias para se tornarem repartições no sentido físico da burocracia. Então, no Fundo Nacional de Segurança Pública existe um Programa de Trabalho denominado Sistema Integrado de Formação e Valorização dos Servidores, onde foram empenhados R$300 mil com diárias; R$860 mil com passagens aéreas; R$300 mil com serviços de terceiros – pessoas físicas; e R$700 mil com serviços de terceiros – pessoas jurídicas.

Eu gostaria de saber como um Fundo contrata serviço, paga diária e viaja de avião. Não fosse o flagrante desvio de finalidade, impressiona o ânimo de locomoção que está sendo financiado com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Com os R$860 mil empenhados é possível adquirir, por exemplo, aproximadamente 2,8 mil passagens aéreas de Brasília a São Paulo. Considerando-se uma média de 20 dias úteis mensais, seriam 120 dias disponíveis para viagem a trabalho nos primeiros seis meses de 2004, o que significa dizer que o Fundo Nacional de Segurança Pública disponibilizou verba para custear o equivalente a algo como 24 viagens por dia no trecho Brasília–São Paulo.

O Governo Lula não tem dinheiro para complementar os salários dos policiais. Não consegue investir em sistema de inteligência e polícia cientifica. Não há recursos para capacitação das instituições. Enfim, o cofre está hermeticamente fechado para o essencial, mas não falta o estipêndio para custear vantagens indiretas da honorável classe do Partido dos Trabalhadores.

O Governo poderia justificar que tamanho comparecimento dos lulacratas ao setor de embarque dos aeroportos se deve ao imprescindível exercício do direito de ir e vir dos membros do Conselho Gestor do FNSP. A escusa pode até explicar, mas não se justifica. O Conselho é composto por dois representantes do Ministério da Justiça, um representante de cada um de outros três Ministérios e da Procuradoria-Geral da República. O que é de razoável economia administrativa supor que se trata de agentes públicos que moram, trabalham ou se reúnem em Brasília.

Srªs e Srs. Senadores, o texto da Lei nº 10.201, de 2001, que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública, é claro no seu art. 4º, em que relaciona que o FNSP apoiará projetos na área de segurança pública destinados, dentre outros, a:

> I – reequipamento, treinamento e qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais;
>
> II – sistemas de informações, de inteligência e investigação, bem como de estatísticas policiais;

III – estruturação e modernização da polícia técnica e científica;

IV – programas de polícia comunitária; e

V – programas de prevenção ao delito e à violência.

De acordo com o espírito da lei, a listagem não é exaustiva, mas não há hermeneuta que consiga incluir o turismo ministerial no rol das políticas de segurança pública. Este Governo, como um todo, tem uma atração fatal pela movimentação aeroportuária, mas é espantoso como se pratica no Ministério da Justiça o desejo de voar e torrar o carvão do contribuinte com diárias.

Imaginei que o Governo Lula, em matéria de segurança pública, já tivesse exaurido o seu paiol de bobagens, mas, na semana passada, durante audiência na Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados, o Ministro Márcio Thomaz Bastos fez uma declaração singular. Ao reconhecer que a União é incapaz de promover a melhoria do sistema prisional, o Dr. Bastos lançou mão da seguinte singeleza: "O Brasil precisa adotar as penas alternativas".

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Já estou concluindo, Srª Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, sinceramente não consigo entender o que pretende o Ministro da Justiça. Seria o Dr. Márcio Thomaz Bastos um Simão Bacamarte às avessas? Trata-se do personagem principal de Machado de Assis em **O Alienista**. Médico e cientista de inúmeros títulos e enorme reputação, Bacamarte montou um asilo e cuidou de internar quase todos os moradores de uma cidade, depois de promover acurados estudos acerca da loucura. Em uma sanha delirante, o médico reavaliou os resultados e passou a considerar mentecapto quem possuía perfeita sanidade. Por fim, Simão Bacamarte internou a si mesmo solitariamente no asilo da Casa Verde e morreu, apesar "do enterro com muita pompa e rara solenidade" com a reputação de ter sido o único louco da pequena Itaguaí.

Srª Presidente, se possível, concedo um aparte ao Senador José Jorge.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Não é possível.

A SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, vou apenas concluir.

Srªs e Srs. Senadores, o Ministro da Justiça possui mesmo uma extraordinária capacidade de simulação. Com habitual laconismo parece audaz quando recomenda que o Brasil precisa devolver às ruas parte preponderante da população carcerária porque o Governo Lula não tem capacidade de manter o sistema prisional operando com segurança e probidade. Vejam que, neste País, rigorosamente só cumpre pena em regime fechado quem comete crime hediondo e assemelhado ou é condenado a mais de oito anos por homicídio, por exemplo. Ninguém mais vai para a cadeia pela prática de furto, receptação, lesão corporal grave, estelionato ou homicídio culposo. A regra da liberalizante legislação brasileira já é a da mínima privação da liberdade.

Definitivamente, não é fácil para um criminoso conseguir cumprir pena em regime fechado no Brasil. Sem uma vasta biografia criminal gravada na periculosidade e na reincidência, praticamente ninguém fica preso neste País. Isso é vergonhoso, mas o Governo Lula acha pouco e pretende criar ambiente político para adocicar ainda mais o sistema penal. O pior é que esta Casa está corroborando para piorar a situação da segurança pública no Brasil. No ano passado foi aprovado o fim do exame criminológico, um evidente retrocesso, e rejeitada a adoção do Regime Diferenciado de Segurança Máxima para os presos de grande periculosidade e envolvidos com o crime organizado.

Srª Presidente, há duas semanas, a Unesco, em conjunto com o Instituto Ayrton Senna e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, divulgou a quarta edição do Mapa da Violência no Brasil, cujos resultados apontam para uma catástrofe cotidiana, especialmente em relação aos jovens entre 14 e 24 anos. De acordo com os números, na década decorrida entre 1993 e 2002, o número total de homicídios no País saltou de 30.586 para 49.640, o que representa um incremento de 62,3%, enquanto a taxa de crescimento populacional foi de apenas 15,2%. Isso significa um aumento anual de 5,5%. Considerando-se que a variação a cada ano é de mais ou menos dois mil homicídios a mais, pode-se inferir que, em 2004, vamos contabilizar alguma coisa próxima de 54 mil homicídios.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Para concluir, Srª Presidente, o Mapa da Violência IV demonstra que a população jovem é a mais atingida pela carnificina. De acordo com os dados, a taxa de homicídios em 1993 para a população total era de 20,3 para um grupo de 100 mil habitantes. Já para os

jovens entre 15 e 24 anos, o índice era de 34,5 para um grupo de 100 mil habitantes. Em 2002, o indicador para a população total subiu para 28,4 por grupo de 100 mil habitantes, enquanto entre jovens o índice saltou para 54,7 para um grupo de 100 mil habitantes.

Outro dado interessante e que reforça o entendimento de que o Governo Lula faz cara de paisagem para o maior problema social deste País é o fato de que, em relação a 1980, a taxa global de mortalidade caiu, mas cresceu quando é estudada a faixa etária entre 15 e 24 anos. O Brasil, vale repetir, entre 67 países pesquisados pela Organização Mundial da Saúde, situa-se em quarto lugar em número de homicídios, perdendo apenas para Colômbia, El Salvador e Federação Russa, nações que vivem em permanente conflagração. A situação é tão séria, que o peso do Brasil é preponderante para jogar as estatísticas da América Latina no pior do Terceiro Mundo. A Organização Mundial da Saúde, em estudo publicado no início do mês e intitulado...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Estou no último parágrafo, Srª Presidente.

A Organização Mundial da Saúde, em estudo publicado no início do mês e intitulado "A Dimensão Econômica da Violência Interpessoal", aponta que houve no mundo 199 mil homicídios praticados contra jovens. Só o Brasil contribuiu com 10% dos assassinatos. Caso o Presidente Lula dedicasse aos brasileiros a mesma preocupação que dedica à humanidade, certamente, o primeiro-funcionário descobriria que o Haiti é aqui.

Muito obrigado, Srª Presidente.

Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Srª Presidente, eu gostaria de me inscrever para fazer uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Está inscrito o Senador José Jorge.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, peço a inscrição para falar pela Liderança do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela Liderança do PSDB, não estando presente o Líder, passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por cinco minutos.

Insisto no tempo, porque realmente há vários Srs. Senadores querendo usar da palavra. Quando concedemos a palavra por cinco minutos é para que falem por cinco minutos. Caso contrário, peça a inscrição para falar por vinte minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, uma empresa britânica de nome Today Translations colheu a opinião, junto a mil tradutores profissionais, sobre quais seriam as palavras mais difíceis do mundo de serem pronunciadas. E a palavra que encabeçou a listagem é do idioma africano *tshiluba*, falado no sudoeste da República Democrática do Congo. A palavra é *ilunga*.

Ilunga significa uma pessoa que está disposta a perdoar quaisquer maus-tratos pela primeira vez, a tolerar maus-tratos pela segunda vez, mas nunca pela terceira vez.

Faço referência a *ilunga*, Srª Presidente, Srs. Senadores, porque cabe uma indagação ao Governo brasileiro: até quando o povo brasileiro haverá de tolerar os maus-tratos do Governo?

Ontem foi um dia de perversidade para o trabalhador. A frustração foi maior por que se tratou de tomar R$15,00 do salário mínimo conquistados pela votação no Senado Federal. O Governo vai submetendo o povo brasileiro a maus-tratos na medida em que não cumpre os seus compromissos, sepulta dogmas e postulados e esquece as promessas.

A renda caiu, no ano passado, 13%, queda brutal da renda do trabalhador brasileiro. O desemprego cresceu de forma avassaladora no País, batendo recordes sucessivos. E o Presidente da República passa ao País a impressão de que, com o seu discurso, haverá de resolver todos os problemas, promovendo as mudanças que prometeu durante a campanha eleitoral.

Ainda ontem, em Nova Iorque, o Presidente Lula mais uma vez lançou mão da retórica otimista informando que atrairá para o nosso País cerca de US$20 bilhões por ano, na contramão da realidade dos dias atuais, quando estamos verificando a maior queda dos investimentos estrangeiros no nosso País. Ontem, em Nova Iorque, o Presidente Lula anunciou US$20 bilhões por ano de investimentos no Brasil, e a imprensa destacou em manchete: "Investimento estrangeiro desaba em maio". Duzentos e sete milhões de dólares é o pior volume de investimentos estrangeiros desde 1994, e o Presidente Lula usa a retórica do otimismo na esperança de convencer investidores.

Em 2001, o nosso País recebeu US$22 bilhões de investimentos; em 2003, apenas US$10 bilhões. Neste ano, o ingresso de investimento é de US$ 3,307 bilhões, muito longe dessa projeção do Banco Central de US$12 bilhões. O Banco Central faz uma projeção de US$12 bilhões; o Presidente Lula faz uma projeção de US$20 bilhões. Na realidade, US$3,307 bilhões

indicam que a projeção do Governo é absolutamente inatingível nos parâmetros atuais.

Portanto, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é hora de o Presidente Lula colocar o pé no chão da realidade. Há pouco, daquela tribuna, ouvimos discurso otimista em relação à retomada do crescimento econômico em nosso País. Mas os indicadores econômicos e sociais não nos fornecem sintomas de que essa retomada do crescimento econômico é consistente e de que haverá de, ao final do ano, apresentar os resultados positivos que o Governo anuncia.

É claro que desejamos que o Governo, por meio de seu discurso, tenha razão quando diz que a economia está se reaquecendo, que há agora a perspectiva de geração de empregos e que vamos escapar desta fase cruel de paralisia econômica no Brasil. Não é possível que se submeta, cada vez mais, o povo brasileiro aos maus-tratos. Essa palavra *ilunga*, portanto, deve estar presente, no dia-a-dia, do Presidente Lula.

Os argumentos de que um reajuste do salário mínimo superior promoveria impacto no mercado, no sistema financeiro e abalaria a Bolsa, lamentavelmente, nos levam a afirmar que o Governo não tem sensibilidade humana, porque se preocupa com a Bolsa de Valores, com indicadores como o aumento ou a queda do dólar, mas não se preocupa com o drama vivido por milhares de trabalhadores no País.

O gesto de ontem da Câmara dos Deputados, curvando-se à imposição do Governo, não pode ser esquecido pelos trabalhadores brasileiros.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, acabo de acertar permuta com o Senador Sibá Machado para que eu fale em primeiro lugar, razão pela qual, desde logo, manifesto minha gratidão a S. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, por permuta com o Senador Sibá Machado.

V. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ainda há pouco, eu ouvia o Senador Heráclito Fortes, meu companheiro de Partido eleito brilhantemente pelo Piauí, que se queixava das notícias que não são deste ano e são de todo o tempo. Todas as vezes que se convoca extraordinariamente o Congresso Nacional, os Deputados e os Senadores são estigmatizados, apresentados como responsáveis por essa convocação dita indevida e com a finalidade subalterna.

Ora, Srªs e Srs. Senadores, estamos já há muitos anos sem recesso parlamentar. O que mais os Deputados e Senadores desejam é ter preservado, pelo menos uma vez, o seu recesso. E a iniciativa da convocação é sempre do Poder Executivo, por motivos explicáveis, e não do Poder Legislativo. Portanto, se algum Poder deve ser responsabilizado pela convocação, não há de ser o Poder Legislativo, que deseja ter o seu recesso preservado.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as sociedades, no contexto da história da humanidade, sempre se organizam ao redor do gênero humano: homens e mulheres sempre desempenharam papéis e tarefas distintos. O mundo, na maioria das sociedades, atribui papel proeminente aos homens e papel discreto, quando não subalterno, às mulheres. Pouco tempo faz que essa organização social revelou indícios de que sofreria mudanças expressivas.

Com a evolução dos conceitos de sociedade e de relação entre seres humanos, com a expansão da cultura e da informação, paulatinamente tem havido uma aproximação dos espaços de atuação em sociedade para homens e mulheres. Ressalve-se, porém, que isso é recente, muito recente mesmo.

O voto feminino, por exemplo, é algo que só começou a ser aceito no Século XX e bem depois do seu início. Há, contudo, um espaço em que as relações ainda não atingiram o equilíbrio, pelo menos em termos gerais: a harmonização do trabalho externo, dito profissional, com o trabalho doméstico, por aí entendido todas as tarefas realizadas no lar, que vão desde a manutenção e a organização da casa, a educação dos filhos e os cuidados com a saúde deles. É comum ainda ver famílias em que o marido não participa dessas tarefas consideradas na esfera de competência da esposa.

Com tal divisão, ou melhor, falta de divisão de atribuições no seio familiar, acaba ficando sobrecarregada a jornada da mulher, que, além de trabalhar para ajudar no sustento da família, deve encarregar-se praticamente só dos cuidados de todos na casa. Pode ser até um costume social ainda bem arraigado em muitos setores da nossa sociedade e mesmo em setores importantes, mas é evidente uma injustiça para com as mulheres que trabalham fora. Não há justificativa moral para sustentar tal desequilibro entre as atribuições de homens e mulheres. Mais ainda, não há justificativa

para achar lícito que as mulheres sejam responsáveis pela manutenção organização e crescimento da célula familiar, sem que tais tarefas sejam socialmente reconhecidas como meritórias e necessárias à construção da cidadania brasileira.

Esse, Srª. Presidente, é o aspecto crucial do problema da posição na mulher na sociedade em que vivemos. Como fazer com que as mulheres que optaram por se dedicar inteiramente ao lar sejam consideradas socialmente produtivas? Ou melhor, como dar à mulher dedicada a sua família a importância social que seu papel tem na construção da sociedade brasileira?

V. Exª mesma, Srª Presidente, tem lutado para que esses direitos fundamentais sejam reconhecidos.

Houve tempo em que a unidade familiar podia ser mantida com o trabalho remunerado do marido e com o trabalho silencioso da esposa, dentro de casa. Hoje a sociedade dificulta muito que a família possa ser sustentada apenas com o trabalho do varão, embora geralmente não reconheça nem dê relevância ao trabalho doméstico da esposa.

Quando a mulher sai para trabalhar, considera-se algo normal, fruto da evolução das relações da sociedade moderna. Quando a mulher opta por ficar em casa, considera-se luxo de quem tem marido que a possa sustentar ou ócio de quem não deseja trabalhar, como se educar filhos, gerir uma casa e apoiar o marido fossem tarefas de menor importância ou complexidade que as demais.

Srª Presidente, quando o Presidente Lula afirmou, em recente pronunciamento público, que a aposentadoria para a dona de casa era um absurdo, quero crer que não estabeleceu juízo de valor sobre o trabalho dessas mulheres, mas apenas referiu-se à possibilidade de aposentadoria sem que houvesse contribuição em contrapartida.

Se assim o foi, estou de acordo com Sua Excelência. Se não o foi, quero me insurgir contra o que me pareceu um equívoco a pessoas que colaboram e muito para o engrandecimento da sociedade brasileira.

Do ponto de vista da contribuição previdenciária das donas de casa, o problema já está colocado na reforma da Previdência do próprio Governo, já que ela é que propõe a outorga de aposentadoria sem contrapartida contributiva. Trata-se exatamente do mesmo enfoque da aposentadoria rural, essa, sim, uma das principais causas do atual rombo na Previdência Social, embora geradora de um conceito carregado de imensa solidariedade humana.

Do ponto de vista da Administração Pública, há na proposta um grande equívoco, pois tais benefícios não são previdenciários, já que não houve contribuição que os viabilizassem no sistema existente. São eles benefício social no sentido estrito da palavra e, portanto, a serem financiados pelo Tesouro e não pelo caixa da Previdência.

Assim, Srªs e Srs. Senadores, temos que reconhecer que a outorga de benefício a grupos ou categorias sociais que não tenham contribuído para seu financiamento é um encargo que deveria ser sustentado pelo Tesouro Nacional e não pela Previdência. É claro que tais favores somente deviam ser concedidos em face de uma previdência organizada e superavitária.

Mas, no caso das donas de casa, o que discuto não é como seria criado um sistema para que elas, a exemplo dos trabalhadores rurais, possam usufruir uma aposentadoria. O importante é não se permitir a continuidade da visão de que a dona de casa sempre tem uma tarefa irrelevante à qual se dedicam apenas as que podem se dar a esse luxo, ou a visão de que a dona de casa não tem competência para o trabalho externo.

Essa é uma injustiça que se pratica contra as donas de casa, injustiça que considero inaceitável. Espero que possamos nos debruçar sobre a questão da regulação do sistema de previdência no Brasil, com o fito de dar-lhe regras estáveis e viabilizadoras para os fins a que se destina. Que não continuemos a remendar a Constituição Federal com periódicas reformas de cunho fiscal que apenas tenham o objetivo de solucionar problemas de caixa, sem mexer na questão de fundo, com o equacionamento de todo o sistema.

Outorgar benefícios sociais é uma ambição de todo governante. Nos tempos de inflação descontrolada era até fácil fazê-lo, mas difícil controlar seus custos. Hoje, sob um regime de inflação controlada e rígido aperto fiscal, fica muito difícil distribuir benesses para uns sem prejuízo de outros.

Respeitamos o mais do que meritório trabalho das mulheres dedicadas ao lar, aos filhos e aos seus maridos. Acrescente-se que nos países socialmente desenvolvidos e atentos às necessidades de apoio às famílias, para assegurar o equilíbrio social, as ditas donas-de-casa contam com benefícios sociais importantes, que lhes permitem trabalhar fora, profissionalmente.

Srª Presidente, eliminemos, de uma vez por todas, esse ranço que desqualifica pessoas pelo fato de não apresentarem gordos contracheques salariais como elemento de reconhecimento social.

E nunca esqueçamos que foram as mulheres que se dedicaram aos filhos e aos maridos que ajudaram a forjar as grandes sociedades, no silêncio do seu trabalho doméstico.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores: as sociedades, no contexto da história da humanidade, sempre se organizaram ao redor do gênero. Homens e mulheres sempre desempenharam papéis e tarefas distintos. O mundo, na maioria de suas sociedades, atribui papel proeminente aos homens e papel discreto, quando não subalterno, às mulheres. Pouco tempo faz que essa organização social revelou indícios de que sofreria mudanças expressivas.

Com a evolução dos conceitos de sociedade e de relação entre os seres humanos, com a expansão da cultura e da informação, paulatinamente tem havido uma aproximação dos espaços de atuação em sociedade para homens e mulheres. Ressalve-se, porém, que isto é recente, muito recente mesmo. O voto feminino, por exemplo, é algo que só começou a ser aceito no Século XX, e bem depois de seu início.

Há, contudo, um espaço em que as relações ainda não atingiram um equilíbrio, pelo menos em termos gerais: a harmonização do trabalho externo, dito profissional, com o trabalho doméstico, por aí entendido todas as tarefas realizadas no lar, que vão desde a manutenção e organização da casa à educação dos filhos e aos cuidados com a saúde deles. É comum ainda ver famílias em que o marido não participa dessas tarefas, consideradas da esfera de competência da esposa.

Com tal divisão, ou melhor, falta de divisão de atribuições no seio familiar, acaba ficando sobrecarregada a jornada da mulher, que, além de trabalhar para ajudar no sustento da família, deve encarregar-se, praticamente só dos cuidados de todos na casa.

Pode ser até um costume social ainda bem arraigado em muitos setores da nossa sociedade, e mesmo em setores importantes, mas é, evidentemente, uma injustiça para com as mulheres que trabalham fora. Não há justificativa moral para sustentar tal desequilíbrio entre as atribuições de homens e mulheres. Mais ainda, não há justificativa para achar lícito que as mulheres sejam responsáveis pela manutenção, organização e crescimento da célula familiar, sem que tais tarefas sejam socialmente reconhecidas como meritórias e necessárias à construção da cidadania brasileira.

E esse, Sr. Presidente, é o aspecto crucial do problema da posição da mulher na sociedade em que vivemos. Como fazer com que as mulheres que optaram por se dedicar inteiramente ao lar sejam consideradas socialmente produtivas? Ou melhor, como dar à mulher dedicada à sua família a importância social que seu papel tem na construção da sociedade brasileira?

Houve tempo em que a unidade familiar podia ser mantida com o trabalho remunerado do marido e com o trabalho silencioso da esposa, dentro de casa. Hoje, a sociedade dificulta muito que uma família possa ser sustentada apenas com o trabalho do varão, embora geralmente não reconheça nem dê relevância ao trabalho doméstico da esposa.

Quando a mulher sai para trabalhar, considera-se algo normal, fruto da evolução das relações na sociedade moderna. Quando a mulher opta por ficar em casa, isso é considerado luxo de quem tem marido que a possa sustentar, ou ócio de quem não deseja trabalhar. Como se educar filhos, gerir uma casa e apoiar o marido fossem tarefas de menor importância ou complexidade do que as demais.

Sr. Presidente, quando o Presidente Lula afirmou, em recente pronunciamento público, que a aposentadoria para a dona de casa era um absurdo, quero crer que não estabeleceu juízo de valor sobre o trabalho dessas mulheres, mas apenas referiu-se à possibilidade de aposentadoria sem que houvesse contribuição em contrapartida.

Se assim o foi, estou de acordo com Sua Excelência. Se não o foi, quero me insurgir contra o que me parece um equívoco a pessoas que colaboram, e muito, para o engrandecimento da sociedade brasileira.

Do ponto de vista da contribuição previdenciária das donas de casa, o problema já está previsto na reforma da previdência do próprio Governo, uma vez que se propõe a outorga de aposentadoria sem contrapartida contributiva. É exatamente o mesmo enfoque da aposentadoria rural, essa sim, uma das principais causas do atual rombo na Previdência Social, embora geradora de um conceito carregado de imensa solidariedade humana.

Do ponto de vista da Administração Pública, há aí um grande equívoco, pois tais benefícios não são previdenciários, já que não houve contribuição que os viabilizasse dentro do sistema existente. São eles benefício social no sentido estrito da palavra e, portanto, a serem financiados pelo Tesouro e não pela caixa da Previdência.

Assim, Srªs e Srs. Senadores, temos de reconhecer que a outorga de benefício a grupos ou categorias sociais que não tenham contribuído para seu financiamento é um encargo que deveria ser sustentado pelo Tesouro nacional e não pela Previdência. É claro que tais favores somente deviam ser concedidos em face de uma previdência organizada e superavitária.

Mas no caso das donas de casa, o que discuto não é como seria criado um sistema para que elas, a exemplo dos trabalhadores rurais, possam usufruir uma aposentadoria. O importante é não se permitir a conti-

nuidade da visão de que a dona de casa cumpre uma tarefa irrelevante, à qual se dedicam apenas as que podem se dar esse luxo, ou a visão de que a dona de casa não tem competência para o trabalho externo.

Essa, Sr. Presidente, é uma injustiça que se pratica contra as donas de casa, injustiça que considero inaceitável. Espero, Srªs e Srs. Senadores, que possamos nos debruçar sobre a questão da regulação do sistema de previdência no Brasil, com o fito de dar-lhe regras estáveis e viabilizadoras dos fins a que se destina. Que não continuemos a remendar a Constituição Federal com periódicas reformas de cunho fiscal, que apenas tentam solucionar problemas de caixa, sem mexer na questão de fundo, isto é, a do equacionamento do sistema.

Outorgar benefícios sociais é uma ambição de todo governante. Nos tempos de inflação descontrolada era até fácil fazê-lo, mas difícil controlar seus custos. Hoje, sob um regime de inflação controlada e rígido aperto fiscal, fica muito difícil distribuir benesses para uns sem prejudicar outros. Não há recursos ilimitados, como a inflação fazia crer há alguns anos.

Respeitemos o mais do que meritório trabalho das mulheres dedicadas ao lar, aos filhos e a seus maridos. Afirmemos e reafirmemos seu papel fundamental na construção de uma sociedade saudável e consciente dos valores de família. Busquemos mecanismos de inclusão dessas mulheres no sistema previdenciário, com responsabilidade fiscal, de maneira a assegurar recursos e viabilidade para sua aposentadoria, benefício mais do que justo para essas silenciosas trabalhadoras.

Acrescente-se que nos países socialmente desenvolvidos e atentos às necessidades de apoio às famílias, para assegurar o equilíbrio social, as ditas donas de casa contam com benefícios sociais importantes, que lhes permitem trabalhar fora, profissionalmente. São creches, colégios em regime de tempo integral, auxílios para os primeiros meses após a gestação, postos de saúde e assistência pediátrica eficiente; enfim, uma ampla gama de ações sociais que lhes permitem trabalhar, ter filhos e educá-los, sem que tais tarefas prejudiquem seu crescimento profissional.

Sr. Presidente, eliminemos, de uma vez por todas, esse ranço que desqualifica pessoas, pelo fato de não apresentarem gordos contracheques salariais como elemento de reconhecimento social. Esse é um comportamento social discriminatório e condenável. E quando se volta contra mulheres indefesas em sua posição de anonimato social, parece-me ainda mais condenável. Construamos, ou melhor, repactuemos um sistema previdenciário que nos permita proteger todas as brasileiras, assim como os brasileiros, contra uma velhice desamparada. Mas o façamos com responsabilidade social.

E nunca esqueçamos que foram as mulheres que se dedicaram aos filhos e aos maridos que ajudaram a forjar as grandes sociedades, no silêncio do seu trabalho doméstico.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Sibá Machado, por 20 minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, Srªs e Srs. Senadores, insisti em fazer este pronunciamento hoje porque, na próxima semana, no Acre, vamos realizar uma atividade que considero muito importante, estratégica, para o desenvolvimento do nosso Estado, e por isso não estarei aqui na segunda-feira.

Trata-se da questão da energia elétrica. Antes de mais nada, eu queria comentar alguns dados a respeito da situação da energia elétrica na Amazônia.

Ouvi o pronunciamento do nobre Senador Valdir Raupp, um entusiasta dessa causa, ex-Governador de Rondônia, que tem se debruçado sobre o tema. O debate que estamos fazendo sobre a situação da energia elétrica, Senador Valdir Raupp, está um pouco disperso, porque cada Governador trata o assunto diretamente, cada ator importante da nossa região tem tratado de maneira unilateral, e isso tem prejudicado, no meu entendimento, o aumento da velocidade da solução dos problemas e a implementação dos investimentos.

Então, como fica a energia elétrica como produto e como infra-estrutura? Tenho defendido, em primeiro lugar, que tratemos a questão da energia elétrica na Amazônia de maneira coletiva e, em segundo lugar, que ela possa ser entendida, para o Brasil, como infra-estrutura e, para a nossa região, como produto, para ser vendido mesmo.

Isso nos faz imaginar que, para o Brasil, estamos colocando um produto estratégico de longo prazo. Seria fechar o século XXI e abrir o século XXII, tendo assegurado o abastecimento nacional de energia elétrica.

Os debates sobre hidrelétricas têm me incomodado, porque o passado foi marcado pela destruição, pelo fazer de forma arbitrária, com a comunidade local perdendo tudo, não ganhando nada. Esse passado não nos interessa. O que interessa agora é juntar as partes. Tive oportunidade de dizer, em Porto Velho, em uma conferência, que, quando colocarmos todos os principais atores, cada um colocando o que é de seu mais forte interesse, e, a partir disso, abrirmos a negociação,

estará resolvido o problema e teremos condições de implantar um programa com maior velocidade.

Em segundo lugar, Senador Valdir Raupp, devemos garantir, nessa matriz, a interligação das sete capitais em rede nacional. Isso precisa ficar estabelecido. Quanto tempo isso vai demorar? Não sei. É preciso apresentar as possibilidades para isso. Mas que possamos, dentro da discussão, garantir que as sete capitais da Região Norte estejam interligadas nessa grande rede.

Outro aspecto é não abrir mão, nenhum de nossos Estados – aí não é o caso de Rondônia, nem do Pará e até mesmo do Amazonas –, da energia local. Temos que garantir, em qualquer debate, o aspecto da geração local.

Falo assim pensando mais no Acre, Roraima e Amapá. A natureza não deu aos nossos Estados o petróleo, o gás, nem força motriz a nossos rios. Então, teremos de apelar para outras fontes.

Quis fazer este pronunciamento porque, nesse caso, essas outras fontes poderiam ser colocadas com igual grau de importância, quando tratarmos de hidrelétricas, de gasodutos, dos linhões de transmissão, assim sucessivamente. Pensando nisso, depois de assistirmos aos debates realizados no Brasil e fora dele sobre outras fontes de energia elétrica, corremos contra o relógio e, no dia 29, na próxima terça-feira, vamos realizar no Acre um evento muito importante não só para o nosso Estado, mas para toda a Amazônia. Vamos inaugurar a utilização de algumas tecnologias de produção de combustíveis a partir de nossas fontes.

Eu gostaria de me ater um pouco a cada uma delas e peço o apoio desta Casa a esse empreendimento.

Sr. Presidente, a primeira iniciativa é fazer com que o Estado do Acre participe do programa de energia utilizando biomassa. Para tanto, há três grandes objetivos. O primeiro é permitir que o Acre, em curto espaço de tempo, possa desenvolver a sua capacidade de produção tecnológica local. Assim, poderemos aprimorar o que já existe, poderemos criar coisas novas. O segundo objetivo é criar condições para que o nosso Estado seja auto-suficiente em geração de energia elétrica e possa avançar, quem sabe, na produção de combustíveis para automotores. O terceiro é permitir que a nossa economia seja fortalecida com a produção agroflorestal sustentável, que dará, é claro, a matéria-prima necessária para a geração desses combustíveis.

Nesse evento, queremos dar início a um objetivo tático a partir da próxima semana, que é a instalação de um centro de referência em bioenergia em nosso Estado. Esse centro terá a missão de ser referência não só para o Estado, mas também para a região amazônica, e desenvolver tecnologias, cada vez mais simples, que possam atender à nossa comunidade e nossas cadeias produtivas, especialmente com a participação da produção familiar rural e estudos de viabilidade.

Esse desenvolvimento tecnológico requer produção de energia por Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, o chamado MDL. No dia 29, vamos inaugurar a produção de óleos combustíveis por unidades de transesterificação, tecnologia usada no mundo inteiro.

Devo agradecer ao engenheiro químico da Universidade Federal do Ceará, Prof. Expedito Parente, que esteve no Acre, ajudou-nos, conduziu-nos nessa direção. Essa tecnologia, já conhecida no Brasil, também queremos implantar em nosso Estado; com essa tecnologia, poderemos desenvolver unidades e produzir equipamentos de geração de energia.

Também devo destacar a implantação de tecnologia termocatalítica, ou seja, de unidades de craqueamento, criação – segundo ele, com a ajuda de Deus – do Prof. Camilo Machado, da cidade de Goiânia, que hoje deve ter mais de 80 anos. Essa tecnologia vai permitir um avanço maior na geração de energia, para substituir não apenas óleo *diesel*, mas também gasolina e, quem sabe, outros combustíveis. Vamos também trabalhar com a produção e o aperfeiçoamento de equipamentos para uso dessa tecnologia.

Por último, queremos implantar no nosso Estado uma grande matriz de produção de energia a partir de resíduos florestais.

Quanto ao desenvolvimento das nossas cadeias produtivas, queremos estabelecer a cadeia produtiva de óleos vegetais à base de resíduos florestais, usando óleos produzidos com essências nativas, como o buriti e outras; desenvolver a cadeia produtiva de óleos vegetais de base agrícola, como é o caso da mamona, do óleo de palma e muitas outras, para o que contamos com o apoio da Embrapa; desenvolver a cadeia produtiva usando resíduos urbanos, como pneus e plástico, pelo sistema de craqueamento.

Pretendemos, por meio do estudo de viabilidade de eficiência termodinâmica, abastecer e monitorar uma usina termoelétrica da empresa Guascor, uma empresa independente da produção de energia para áreas isoladas do Estado; colocar em funcionamento algumas unidades de energia elétrica para famílias no campo; e também manter, a partir de terça-feira próxima, dois ônibus, um interurbano e outro intermunicipal, funcionando, por meio da tecnologia do craqueamento, com óleo vegetal.

Queremos ainda iniciar a incubação de negócios para produção de óleos, a incubação de negócios para

produção de equipamentos e a incubação de negócios para geração de energia e produção de vapor.

Alguns números que gostamos de apresentar no Acre são mais ou menos os seguintes: no linhão de Porto Velho, que abastece Rio Branco e que leva cerca de 20 megawatts, a idéia era substituir 100% do parque térmico de Rio Branco. Com essa metodologia, poderemos manter a geração local e os números das atuais usinas que funcionam no Estado. Sem contar com Rio Branco e os Municípios interligados por ela, há um consumo anual de 34 milhões de litros de óleo *diesel*, somente para os Municípios isolados.

O preço do óleo *diesel* que chega ao Acre é de R$3,45 nas melhores possibilidades, podendo alcançar um valor maior que esse. Só fica no preço nacional por conta da conta CCC. Com isso, o nosso Estado deixa de absorver e de fazer circular na economia cerca de R$117 milhões, o que ocasiona baixíssima geração de empregos e altas emissões de poluentes, como é do conhecimento de todos. A inversão desses dados levaria o Acre a produzir, nos próximos dez anos, por meio dessas tecnologias, os seus 34 milhões de litros de combustíveis.

Queremos ainda o apoio da CCC, um mecanismo limpo, o que permitiria internalizar definitivamente em nosso Estado os R$120 milhões; o valor mínimo resultante desse mecanismo seria R$80 milhões. Dependendo do produto, poderemos implementar uma área de plantação que pode atingir até 70 mil hectares, como ocorreu no caso da mamona; no caso da palma, a área plantada poderia ser menor. Podemos também fomentar a geração de postos de trabalho, principalmente no campo, que poderá atingir a mais de 10 mil oportunidades de trabalho, com a alta redução dos gases.

Faço um agradecimento profundo, de todo o coração. Emociono-me até ao dizer das pessoas que apostaram, desde o primeiro momento, nesse investimento no Acre. Em primeiro lugar, agradeço ao Governo do Estado do Acre e a todas as instituições que nos estão dando todo o apoio e, em segundo lugar, à Universidade Federal do Acre, que tem hoje a participação do seu Departamento de Ciências da Natureza e Ciências da Terra e de outros Departamentos.

Agradeço também à Eletrobrás, que, desde julho do ano passado, nos deu todo o apoio, garantindo que qualquer produção de energia nesse sistema fosse comprada; à Eletronorte, que, de fato, opera o programa conosco, que já liberou a primeira parcela dos recursos, que vai estar conosco lá – espero até que nos ajude a dirigir esse ônibus inaugural –; ao Banco do Brasil, que também está colocando recursos nessa pesquisa; e ao Banco da Amazônia, que deu uma contribuição muito forte.

Quero também agradecer à empresa Guascor, que cedeu um dos seus parques térmicos para testar os nossos combustíveis; à empresa de ônibus Real Norte, que comprou dois ônibus novos para colocar à disposição do programa; e à empresa Hedesa, que é da família do Professor Camilo Machado, que é quem vai nos ajudar com sua tecnologia de craqueamento.

Ainda agradeço ao Ministério da Agricultura, por meio da Embrapa; ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Incra, que nos estão ajudando com recursos financeiros e com tudo de que estamos precisando.

Agradeço também a uma nova empresa que hoje se está associando a nós, a Maquigeral, que nos está cedendo um equipamento no qual será testado um combustível feito à base de plásticos. E, por fim, agradeço ao Ministério do Meio Ambiente.

Penso que até esqueci de agradecer a outras empresas, mas todas elas estarão representadas lá.

Parabenizo também a Ministra Marina Silva e agradeço a presença de S. Exª, já confirmada; do Ministro Miguel Rosseto; do Presidente do Incra, Rolf Hackbart; e de muitos outros que estarão conosco lá, no dia 29.

Fora isso, estaremos ainda comemorando o Programa Luz para Todos, que, no Estado do Acre, em 2004, tem a meta de atender até seis mil famílias, com investimentos da ordem de R$24 milhões; para 2005, poderemos atender até sete mil famílias, com investimentos na ordem de R$33 milhões; e, para 2006, fechando cem por cento do programa, atenderemos cerca de oito mil famílias.

O Estado do Acre está muito feliz com os programas do Governo Federal. Poderemos, até 2008, estar com cem por cento de atendimento de energia elétrica – imaginem, pasmem! – dentro das matas, nas aldeias indígenas, nas comunidades dos seringueiros e dos ribeirinhos.

Para concluir, quero fazer um quadro comparativo entre as três tecnologias que vamos usar.

A tecnologia do biodiesel usa um óleo vegetal ou animal com a mistura de um álcool. Então, um percentual de álcool com a mistura de um óleo dá o biodiesel, que substitui apenas o óleo *diesel*.

A tecnologia do craqueamento do Professor Camilo Machado – a Petrobras também está querendo participar do evento – usa qualquer matéria de hidrocarbono aquecida, misturada a um catalisador, que gera o combustível nas mesmas condições que o petróleo pode vir a gerar. Assim, qualquer matéria que já tenha sido petróleo um dia pode ter sua molécula

quebrada, voltar à condição de petróleo e gerar combustível novamente.

No Estado do Acre, haverá três unidades. Dois ônibus vão circular nas ruas de Rio Branco a partir do dia 29, usando óleo *diesel* à base de óleo vegetal de buriti. O outro equipamento é um grupo gerador, cedido por uma dessas empresas, que funcionará por mil horas, consumindo óleo *diesel* feito à base de plásticos. Haverá ainda um grande grupo gerador, que abastece toda uma cidade, funcionando com óleo *diesel* feito a partir de óleo lubrificante dessa própria máquina.

As empresas geradoras de energia elétrica na Amazônia, em unidades isoladas, que queimam óleo *diesel* e fazem suas manutenções, têm hoje um problema a mais na questão ambiental: o destino para o óleo lubrificante, que não pode ser jogado em qualquer lugar. Só no Acre, há estocado hoje cerca de 60 mil litros. A produção anual do Acre fica na faixa de 100 mil litros. Contando-se com Rondônia e Manaus, há mais de um milhão de litros desse tipo de lubrificante, que não pode ser jogado na natureza. Poderemos absorver tudo isso, transformando-o em combustível limpo novamente.

Emociono-me com essa tecnologia e com as pessoas que a pensam.

Queremos ainda associar ao nosso Estado o que chamamos de "associação dos três capitais" – capital político, capital econômico e capital científico. A partir de agora, queremos que a nossa universidade esteja de frente para o nosso desenvolvimento. Queremos que a economia rume nesse caminho, fazendo com que todos ganhem, inclusive a nossa mãe natureza.

Esperamos que, no final do ano, todas as baterias de testes estejam concluídas para que, no início de 2005, esses combustíveis estejam em operação comercial. Quem sabe, poderemos exportar não a fórmula química do professor Camilo Machado – pois essa é dele –, mas a ousadia da experiência da associação, da necessidade e da vontade de nossa comunidade acreana.

Srª Presidente, agradeço a tolerância pelos segundos em que ultrapassei meu tempo.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Siba Machado a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp e pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, sucessivamente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador José Jorge.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Srª Presidente, pela ordem. Desejo fazer minha inscrição para uma comunicação inadiável, em seguida ao Senador José Jorge.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Exª terá a palavra imediatamente após o Senador José Jorge.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Srª Presidente, pela ordem. Ainda é possível me inscrever para uma comunicação inadiável?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Exª será a terceira.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

S. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de aproveitar esta oportunidade, nesta quinta-feira de São João, que é feriado em todo o Nordeste – mas não aqui em Brasília –, para comentar a aprovação ontem, na Câmara, da redução do salário mínimo de R$275,00 para R$260,00. Realmente, é um fato que nós aqui no Senado temos que lamentar. Sabemos que o Senado Federal agiu com completa responsabilidade quando, por intermédio do Relator do projeto do salário mínimo, examinou todas as contas do Governo e verificou a possibilidade de se aumentar o salário mínimo não de R$240,00 para R$260,00, mas de R$260,00 para R$275,00.

Ora, todos nós sabemos que o salário mínimo de R$275,00 é tão insuficiente quanto o salário mínimo de R$260,00. Ambos são insuficientes. Agora, sem sombra de dúvida, R$15,00 a mais, mensalmente, na conta de uma pessoa que ganha um salário mínimo é um reforço importante no sentido de melhorar a sua alimentação e o seu vestuário e ela poder ter uma condição de vida melhor.

Ontem, a Câmara dos Deputados, utilizando a máquina do Governo, Senador Ramez Tebet, derrotou esse salário mínimo que nós tínhamos aprovado, de R$275,00. E o que nós vemos hoje nos jornais? Este resultado aqui: "Em Nova Iorque, Lula festeja resultado". O Presidente Lula, eleito com o discurso de multiplicar por dois o salário mínimo real, está em Nova Iorque, convidando investidores para virem ao Brasil, tratando-os da melhor maneira possível. Entre eles, o Secretário do Tesouro americano e o Presidente do FMI. Enquanto isso, deixa que o salário mínimo seja reduzido de R$275,00 para R$260,00, e ainda come-

mora esse resultado em Nova Iorque, o melhor lugar para Sua Excelência comemorar essa redução que é desastrosa para a política social do Governo.

Anteontem, também tivemos o resultado dessa pesquisa, CNT/Censo.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Bem rapidinho, porque só tenho cinco minutos.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – É só para dizer que até posso compreender o que aconteceu, esses fatos são da política. Quer dizer, votamos aqui um salário mínimo de R$275,00; cumprimos o nosso dever, somos uma Casa revisora; a matéria vai à Câmara, que dá R$260,00. Tudo bem! O povo não compreende essas diferenças, e questiona: "Afinal de contas, como é que é isso? Quem é forte e quem não é?" Tem-se essa impressão. Mas essa aí é uma questão didática. Agora, comemorar salário mínimo de R$260,00? Não, o título está errado. Não se pode comemorar isso! Sua Excelência não comemorou isso, comemorou uma vitória política, talvez. Comemorar o salário mínimo é um absurdo. Isso é um absurdo! Se o salário mínimo fosse adequado para atender às necessidades do povo brasileiro, aí sim; mas não, o salário mínimo, o próprio Presidente da República mandou porque disse que não agüentaria pagar mais. Mas agüenta! Até votei pelos R$275,00. Acho que foi um erro ficar em R$260,00, porque podíamos dar uma demonstração de avanço. Agora, que houve, em verdade, uma comemoração, uma vitória política que eles estão comemorando, houve. Não sei de que jeito estão comemorando, mas o Governo vê como uma vitória o fato de o salário mínimo ficar em R$260,00, quando deveria ter tristeza por isso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É, realmente, Senador, concordo com V. Exª, mas está no jornal: "Em Nova Iorque, Lula festeja resultado". E foi festejar em Nova Iorque, não foi nem aqui!

Com isso, vamos examinar o resultado da pesquisa CNT/Censo. É uma pesquisa mensal realizada pela Censo, sob patrocínio da CNT, e o resultado é este: em janeiro, quando começou o Governo Lula, a avaliação positiva do Governo era de 56,6%, hoje é de 29,4%; portanto, caiu praticamente pela metade. A avaliação regular era de 17,7%, hoje está em 44%; e a avaliação negativa, que era de apenas 2,3%, já está em 24,1%. E isso foi caindo mês a mês. Quer dizer, não é conjuntural, veio caindo de 56% para 45%, para 41%, para 34%, e agora chegou a 29%. Na realidade, esse é o resultado.

Em segundo lugar, o próprio resultado do Presidente Lula, do ponto de vista pessoal. De uma aprovação espetacular, logo depois da eleição, como seria normal, de 83,6% de aprovação positiva, já caiu para 54,1%. Portanto, caiu praticamente 30 pontos no período de um ano e meio. Vemos, assim, nessa pesquisa, na verdade, a situação do Governo.

E há outros resultados: 16% entendem que o Governo Lula tem feito o máximo que poderia; menos do que poderia, 58,9%; e nem mais nem menos, 20%. Portanto quase 60% da população entende que o Presidente está fazendo menos do que poderia.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na realidade, esses resultados da pesquisas mostram, a meu ver, uma questão substancial: que o Governo está decepcionando a população no sentido de que não está cumprindo aquilo que prometeu na campanha. Acho que esse é o aspecto mais importante. Foram feitas centenas de promessas, algumas objetivas e graves, como, por exemplo, a duplicação do salário mínimo, e, na realidade, quando chega o momento propício para se fazer isso, dá-se aumento inferior a 2%.

Então é isto, realmente, o que está por trás dessa pesquisa, a população vê o que está acontecendo. Temos que lamentar que o Governo tenha feito esse caminho contrário àquilo que prometeu.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Augusto Botelho e José Sarney, Presidente, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, temos tido embates muito acalorados aqui no plenário do Senado, e sempre tenho me preocupado muito em trazer para a tribuna temas relevantes que, muitas vezes, acabam passando despercebidos devido ao nosso envolvimento nos embates e debates.

Indiscutivelmente, não poderíamos deixar de registrar a realização dessa viagem internacional do Presidente Lula, que está se reunindo com executivos de grandes corporações dos Estados Unidos, do México e do Canadá. O evento reúne mais de setecentos participantes, entre os quais estão representantes dessas grandes corporações. No início do ano, o Presidente Lula realizou atividade semelhante a essa em Genebra, na Suíça, a que compareceram cerca de duzentos e vinte empresários e investidores globais. Daquela reunião, resultou a concretização de investimentos da ordem de US$3 bilhões, de empresas chinesas e tam-

bém do grupo alemão continental, grande investidor na área de pneus que também já anunciou investimentos em unidade fabril em nosso País.

O resultado de eventos como o realizado na Suíça no início do ano e esse que está ocorrendo em Nova Iorque é um exemplo concreto da linha adotada pelo Presidente Lula, que, de forma intensiva, sai em busca dos investidores, com a finalidade de trazer para a economia brasileira os investimentos tão importantes e necessários para consolidar nosso crescimento econômico.

Além da busca de investimentos, as viagens internacionais também têm se caracterizado pelo fechamento de negócios, pela ampliação e pela intensificação da promoção comercial e empresarial de nosso País. Os resultados das viagens do Presidente Lula são bastante concretos.

Eu queria registrar que, no rastro das viagens presidenciais, o crescimento das atividades comerciais se deu de forma bastante concreta. Para conhecimento do Plenário, vou ler alguns dados: viagem à África do Sul, em novembro de 2003 – no período subseqüente, houve um crescimento de 40,9% nas relações comerciais com a África; visita ao Egito, em dezembro de 2003 – crescimento de 91% no período subseqüente; visita à Espanha, em junho de 2003 – crescimento de 32,4% no comércio com a Espanha no período subseqüente; visita à Líbia em dezembro de 2003 – crescimento no período subseqüente de 70,8%; visita à Namíbia em novembro de 2003 – crescimento de 55,2%; visita a Portugal, em julho de 2003 – crescimento de 31% no período subseqüente; visita à Síria em dezembro de 2003 – 805% de crescimento.

Registro que só o resultado dos contratos comerciais assinados com a Síria corresponde a uma vez e meia o preço do avião comprado pelo Presidente e tão criticado pelos seus opositores. Portanto, só a viagem à Síria pagou efetivamente o tão famoso e tão criticado avião. Graças à implementação do comércio com a China, ultrapassamos a casa dos US$80 milhões.

Nessas viagens o Presidente busca intensificar as relações comerciais e atrair os investimentos. O Presidente está, indiscutivelmente, fazendo a parte dele. Está indo atrás dos investimentos, está articulando, está colocando o Brasil numa posição soberana de relação com os blocos econômicos e com os demais países. Nós, Congresso, também temos uma tarefa: dar os instrumentos para que o Brasil, cada vez mais, tenha condições de fazer a disputa.

Repetindo, houve a reunião em Genebra no início do ano; houve a visita à China, onde foram feitas tratativas com a perspectiva de trazer investimentos da ordem de quatro a seis bilhões de dólares para ferrovias e portos. É esse compromisso com os investidores que está sendo reafirmado pelo Presidente Lula nos Estados Unidos.

Há perspectiva de realização, no final do ano, de uma grande reunião de cúpula entre representantes dos países árabes e todos os Presidentes da América do Sul, para trazer investimentos, porque vários investidores árabes não querem deixar seus investimentos nos Estados Unidos, por causa dos problemas advindos da política nacional do Presidente George Bush. Entretanto, tudo isso só pode concretizar-se se efetivamente toda a agenda econômica for cumprida pelo Congresso. Estão em curso as negociações do projeto da parceria público-privada. É fundamental que sejam concluídas logo, para que possamos votar rapidamente essa matéria. É exatamente a parceria público-privada que irá atrair esses investimentos. Podemos concretizar os contratos, tanto com a China quanto com esses investidores que estiveram reunidos com o Presidente Lula e também com os investidores árabes.

Ainda precisamos votar o Projeto de Lei de Falências, que estabelece normas para recuperação das empresas; o projeto da biossegurança para incrementar a pesquisa. Além disso, precisam ser feitas modificações na legislação relativa à construção civil. O projeto que trata da inovação tecnológica ainda está na Câmara e também terá de vir para o Senado.

Esses são os projetos fundamentais que vão dar sustentação às tratativas que o Presidente Lula, de forma tão eficiente, tem feito ao longo de quase um ano e meio de Governo. Portanto, o Presidente está cumprindo a sua tarefa, e nós, Senadores e Senadoras, também temos de cumprir a nossa e realizar, em curto espaço de tempo, as votações que todo o País aguarda. Todo o debate a respeito da maneira como vamos trabalhar – se vai haver, ou não, recesso –, e da forma vamos concluir a votação de nossa agenda é muito importante. É grande nossa responsabilidade para com o nosso País. Por isso, precisamos votar as matérias importantes, principalmente as de cunho econômico. A reforma do Judiciário também tem relação com a questão econômica, porque muitos investidores se assustam quando vêem a morosidade da Justiça brasileira, que leva décadas para dirimir dúvidas a respeito de contratos estabelecidos e submetidos ao Judiciário. No Brasil as decisões judiciais demoram muito. Tudo isso é necessário para dar sustentabilidade ao crescimento econômico que o País retomou. Mas, se nós não cumprirmos a tarefa, que deve ser realizada em curto espaço de tempo, e não votarmos esses projetos, todo o esforço do Governo Lula poderá não dar o resultado que, potencialmente, poderia dar para o nosso País, para o povo brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDNETE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. Senadoras e Srs. Senadores, eu vou falar muito rapidamente.

Hoje desejo tratar, especificamente, do Projeto de Lei de nº 3,304, que hora tramita no Senado Federal, na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Infra-Estrutura. Esse Projeto trata, especificamente, das faixas de servidão, especialmente dos gasodutos a serem construídos pela Petrobrás e também por outras companhias de petróleo que atuam nesse segmento. É importante registrar, Sr. Presidente, que, a despeito de todas as previsões de que não faltaria energia no Brasil, tivemos muita dificuldade para atender ao suprimento de energia para a Região Nordeste, fato que, inclusive, nos levou a despachar as usinas termoelétricas do Programa Emergencial a um custo muito maior, no aspecto de tarifa, e, evidentemente, com impactos ambientais maiores, em virtude da queima de óleo diesel para geração de energia em vários Estados do Nordeste.

O Ministério de Minas e Energia, ao fazer, junto com a Petrobras, uma análise muito lúcida dessa situação, constatou que houve um descompasso entre a instalação das usinas termoelétricas a gás natural – na Bahia, caso da Termobahia e da Fafen, hoje já em operação, da Termopernambuco, da Termoceará, da Termofortaleza – projetos que poderiam muito bem atender, a custos menores, o suprimento de energia para o Nordeste. Por que essas usinas não puderam operar a plena carga? Porque faltou gás. E faltou gás por quê? Porque os gasodutos necessários para a operação dessas usinas não foram construídos. E por que não foram construídos esses gasodutos? Por causa da legislação vigente, das dificuldades ambientais encontradas e especialmente – isso é que ensejou esse projeto específico para os gasodutos – a Lei nº 6.766.

É importante registrar que, por meio de uma emenda feita na Câmara dos Deputados ao art. 4º, §3º, que fala sobre a reserva de faixa não-edificante referente a dutovias, "será exigida, quando necessária, no âmbito ambiental da mesma, observados os critérios e parâmetros que garantam a segurança da população e a proteção do meio ambiente, conforme estabelecido nas normas técnicas pertinentes". À última hora, quando esse projeto de lei foi aprovado em votação na Câmara, tiraram a expressão "quando necessária", que é absolutamente fundamental para a condução do processo de licenciamento ambiental, especialmente pela Petrobras, no que se refere à construção dos gasodutos.

Gostaria de registrar aqui, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que a Lei 6.766, de 1979, é uma lei ampla, que atende dutovias, desde tubulação de água, de óleo, de gás, e também rodovias, ferrovias. Efetivamente, ao longo das instalações de rodovias, ferrovias, essa lei não foi adotada, até porque as exigências às normas técnicas nacionais e internacionais em vigor dão a segurança necessária para a construção desses projetos de infra-estrutura.

Não poderia deixar de registrar, dentre esses exemplos todos, várias rodovias nossas que hoje funcionam adequadamente, tendo sido projetadas em função das normas técnicas, não só nacionais como internacionais. Posso citar muitas ferrovias em operação como, por exemplo, a BR–040, principalmente essa faixa de duto também de Angra até a refinaria Duque de Caxias. As normas técnicas brasileiras e as normas técnicas internacionais não limitam o afastamento das edificações em relação às faixas de dutos e contemplam a construção dentro de áreas densamente povoadas.

E por que essa segurança das normas nacionais e internacionais? No caso de um duto, primeiro a profundidade do enterramento, o controle de qualidade das soldas, o fator de segurança no dimensionamento das espessuras dos tubos, o espaçamento máximo entre válvulas da linha-tronco, a proteção contra a corrosão dos tubos, que é muito importante para garantir a segurança desses dutos. As especificações de materiais, ou seja, as normas vigentes, efetivamente dão a segurança que se espera para um projeto tão importante como esse do gasoduto.

É fundamental registrar que essa é uma prática internacional comum às companhias de petróleo, não só aqui no Brasil mas fora. Tenho vários exemplos aqui não só de práticas adotadas pela empresa El Paso, no Texas, em Los Angeles, onde se vê os dutos passando muito próximos das residências, até porque as normas internacionais garantem essa segurança. Temos outros exemplos, também de Los Angeles, com vias *freeways* sendo cortadas por dutos sem qualquer tido de problema. Há também vários exemplos, inclusive em outros Estados americanos e europeus, mostrando que esse processo é absolutamente seguro, inclusive com placas de sinalização.

É importante destacar que, além das especificações técnicas que garantem a segurança dos dutos, todas as companhias fazem análise de risco, garantindo efetivamente a segurança desses projetos de infra-es-

trutura e especialmente dos gasodutos. É importante, num cálculo de risco num gasoduto para Fortaleza, verificar que os riscos maiores são mais associados aos próprios veículos automotores do que propriamente aos gasodutos cruzando áreas urbanas. E a viger a proposta apresentada e aprovada na Câmara, estaremos diante de uma situação muito complicada, talvez paralisar toda a rede de dutos, principalmente os dutos da Petrobrás, no Estado de São Paulo, o que é absolutamente inconcebível.

Portanto, pelo fato de a Lei nº 6.766, de 1979, ter uma abrangência ampla, atendendo estradas, ferrovias, adutoras, foi encaminhado este projeto de lei tão importante para a construção de gasodutos, que é o Projeto de Lei nº 3.304, que tramita no Senado Federal.

Dentre as conclusões importantes, podemos destacar que a normatização técnica brasileira e Internacional não proíbe a presença de edificações ao lado da faixa de servidão, como foi mostrado aqui, em várias fotografias, em vários países, não só no Brasil, como também nos Estados Unidos e em outros países europeus.

De outra forma, a normalização disciplina e orienta o projeto e a construção de dutos nessas áreas. Temos absoluta segurança nos projetos com relação aos riscos. É fundamental também lembrar que todas as companhias de petróleo no mundo seguem essas práticas internacionais, que garantem a segurança desses projetos de infra-estrutura dentro de áreas urbanas, até pelos cuidados nas especificações, na engenharia, mas também pelo cálculo de risco, levando, inclusive, as companhias a adotar soluções específicas em função da análise de risco que cada uma dessas empresas promove.

O mais importante também, Sr. Presidente, é que se nós, eventualmente, adotássemos uma postura muito além do que as especificações técnicas determinam, teríamos que transportar vários combustíveis por ferrovias e por rodovias, e os senhores imaginem os riscos implícitos a esse tipo de transporte. Não é preciso estender-me muito nessa questão. Alguns caminhões, carregando gás liquefeito de petróleo, simplesmente explodiram, abrindo crateras gigantescas nas rodovias e colocando em risco a vida de muitas pessoas.

Portanto, é absolutamente essencial que retomemos o texto inicial relativo ao art. 4º, § 3º, para fazer com que as nossas obras de gasodutos sigam efetivamente as normas nacionais e as internacionais e, quando for o caso, em função das análises de risco, cada condição ou cada local venha a ser tratado adequadamente, segundo as práticas adotadas internacionalmente em vários países do mundo.

Esse projeto é de absoluta importância, porque com ele vamos retomar a construção dos gasodutos, fundamentais para atender ao crescimento do consumo de gás natural nas regiões Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e na Amazônia.

Portanto, aproveito também, Sr. Presidente, mesmo o Senador Leonel Pavan estando ausente – S.Exª é o Relator desse projeto na Comissão de Assuntos Sociais –, para fazer essa solicitação e efetivamente promovamos o retorno do texto inicialmente proposto na Câmara dos Deputados, de tal maneira a eliminarmos esse gargalo para o mercado de gás natural no Brasil e, mais do que nunca, viabilizar um sem-número de investimentos que já têm recursos assegurados por bancos internacionais, **trading** japonesas, com o intuito de gerar mais emprego, promover o desenvolvimento do Brasil e eliminar, de uma vez por todas, os riscos de racionamento de energia, que quase tivemos de enfrentar novamente no final de 2001 pelas restrições impostas aos licenciamentos ambientais dos gasodutos.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e conto, mais do que nunca, com o empenho de todos os Senadores, porque esta matéria tramita em regime de urgência urgentíssima. Trata-se de um projeto absolutamente importante para garantir emprego e infra-estrutura, de que nosso País tanto precisa para geração de energia para consumo industrial, comercial, residencial e veicular.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para fazer três registros.

Eu não poderia deixar de registrar a visita do Ministro dos Transportes, Alfredo do Nascimento, ao Município de Belém, capital do Pará, na semana passada, e agradecer a atenção que tem dado ao nosso Estado. Na ocasião, o Ministro assinou ordem de serviço liberando recursos para a recuperação da BR-316, assim como ordem de serviço para o recomeço da importante obra do entroncamento. Além disso, liberou recursos da ordem de R$70 milhões para as eclusas de Tucuruí, obras para fazer voltar a navegabilidade do rio, interrompida com a construção das eclusas. Isso é importante não só para o Estado do Pará, mas também para a Amazônia e para o País inteiro. Não

tenho a menor dúvida de que é o transporte hidroviário o mais barato.

Quero parabenizar o Governo e o Ministro dos Transportes, Alfredo do Nascimento, pelo seu dinamismo e compromisso com a Amazônia. S. Exª é um amazônida. Estamos felizes por termos mais um Ministro amazônida. S. Exª realmente tem sido extremamente atencioso com a Amazônia, especialmente com o Estado do Pará, pois obras paralisadas agora estão sendo retomadas. A obras das eclusas de Tucuruí são importantes não apenas para o Pará, mas para o Brasil.

O escoamento pela hidrovia torna os nossos produtos mais baratos, porque, além de a hidrovia ter menor custo, ela está mais próxima do mercado internacional.

Meu segundo registro é para parabenizar a Prefeitura Municipal de Belém. Esta semana, estive presente na entrega do Prêmio David Capistrano. David Capistrano foi um amante da saúde e uma pessoa que conseguiu se eternizar. O ser humano se eterniza por suas ações e seus exemplos. E David Capistrano, que nos deixou há alguns anos, se eternizou por suas ações e seus exemplos principalmente na saúde pública. Por isso, o Ministério da Saúde instituiu o Prêmio David Capistrano, uma premiação ao Programa Humaniza SUS para vários projetos que humanizam o atendimento à saúde.

Esses projetos, com certeza, além de terem importância para os Municípios que os recebem, para as Secretarias de Saúde, para os hospitais, para as universidades, é fundamental para o País, porque servem como exemplo de possibilidade do SUS – Sistema Único de Saúde, sistema que foi um grande avanço em termos de saúde. Antigamente, eu era criança, mas me lembro, existia um carnê, que a pessoa precisava pagar para que fosse atendida em uma unidade de saúde. Hoje, não! Hoje, a saúde é universalizada, independentemente de as pessoas pagarem ou não.

Então, a Prefeitura de Belém conquistou o prêmio por dois projetos. Um deles é um Projeto Político-Pedagógico de Educação Permanente em Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde – Sesma. Foi escolhido, entre 671 projetos em todo o Brasil, como um dos oito novos projetos nas áreas de atenção básica, média e alta complexidade, atenção hospitalar, urgência e emergência. A Comissão Nacional de Avaliação foi a Belém avaliar o projeto, e a entrega do prêmio ocorreu dia 22 último, aqui em Brasília.

O Projeto da Sesma – Secretaria Municipal de Saúde, em Belém, é inovador. Estabelece atendimento qualificado e humanizado, como, por exemplo, o desenvolvido pelo serviço de urgência, o SAMU 192 – serviço de ambulâncias que Belém tem desde a administração anterior e continua na nossa administração, agora unificado sob o nome de SAMU. Serviços de urgência são também prestados pelas unidades de serviços especializados e pelo Pronto-Socorro do Guamá. Esse Pronto-Socorro foi construído na administração atual, da qual tive o prazer de fazer parte como Vice-Prefeita de Belém. Nós inauguramos o segundo hospital de pronto-socorro com UTI de urgência e emergência de Belém. Foi inaugurado exatamente no final do nosso primeiro mandato.

Então, para nós é motivo de orgulho que o Hospital Pronto-Socorro tenha recebido também a menção honrosa. Além do prêmio por projeto novo na área ao Projeto Político-Pedagógico de Educação Permanente em Saúde, da Sesma, também recebeu menção honrosa o Pronto-Socorro do Guamá, que é o Hospital Humberto Maradei. Esse acolhimento substitui a triagem, permitindo ao paciente ser ouvido pelos funcionários. O Núcleo de Promoção à Saúde (Nups) é o responsável pelo Projeto Político-Pedagógico de Educação Permanente em Saúde e funciona no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará. É uma parceria entre a UFPA e a Sesma – Secretaria de Saúde do Estado do Pará.

Eu também queria registrar, e é muito importante, Sr. Presidente José Sarney – pois hoje poderemos utilizar um pouquinho mais de tempo, por não haver tantas pessoas aqui – que, pela terceira vez, o Prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, é um dos contemplados com o Prêmio Prefeito Amigo da Criança 2004. Pela terceira vez! Esse prêmio, que é concedido pela Fundação Abrinq – Associação dos Fabricantes de Brinquedo, por ações na área de saúde, educação e assistência social em favor da infância e adolescência durante o mandato, no caso, de 2001 a 2004, melhorando suas condições de vida.

Belém é um dos Municípios que fazem parte do Programa Prefeito Amigo da Criança, que conta com o apoio de uma organização da ONU, a Unicef – Organização das Nações Unidas para a Infância, e tem por objetivo mobilizar, comprometer e apoiar as administrações municipais na consolidação de políticas públicas de proteção integral à população infanto-juvenil, conforme determina o nosso Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, bem como na construção de uma cultura de gestão planejada, participativa e integrada.

Entre as gestões dos 1542 prefeitos que assinaram o termo de compromisso com a Fundação Abrinq de prioridade às crianças e aos adolescentes, apenas 126 tiveram seus esforços reconhecidos, com bons resultados para a infância e juventude. A Prefeitura de Belém não só teve seus esforços reconhecidos como também é uma das vinte finalistas do prêmio que será entregue no próximo dia 30, às dez horas, no auditório Petrônio Portela, no Senado.

O Prefeito Edmilson Rodrigues já recebeu o selo Prefeito Criança – como antes era chamado – nos anos de 1999 e 2000, graças a políticas voltadas à população infantil, como o Programa de Vigilância ao Desenvolvimento Infantil realizado junto a crianças carentes, além de projetos como o Bolsa-Escola, a Escola Circo e Sementes do Amanhã.

Tenho orgulho, porque, nessa época, eu era exatamente a Vice-Prefeita. Assinei também o termo, porque nesse documento constava prefeito e vice-prefeito como amigos da criança. Assinei-o, na época, no auditório da Câmara Federal, quando fomos eleitos – no caso, Edmilson como prefeito; e eu, vice-prefeita.

O Bolsa-Escola, até hoje, na Prefeitura de Belém, continua a ser executado e paga um salário mínimo para as famílias por um ano, que pode ser prorrogado por mais um, no máximo. Além disso, há uma série de ações que tentam fazer com que essas famílias recebam formação profissional. Não basta dar o peixe; é preciso também ensinar a pescar. E não tenho dúvida nenhuma de que o maior orgulho se dá quando essas famílias conseguem sustentar seus filhos.

Em Belém, vejo vários projetos de cooperativas formadas por famílias que não mais recebem os recursos provenientes do Bolsa-Escola, mas que já os receberam e tiveram a formação dentro do programa paralelo ao Bolsa-Escola. Essas famílias conseguem sustentar seus filhos. Esse é o maior orgulho, com certeza.

A Escola Circo, que serve principalmente as crianças em situação de risco, mais uma vez foi reconhecida.

Para concluir, Sr. Presidente, devo dizer ainda que o projeto Sementes do Amanhã é muito bonito, pois tirou crianças do lixão. Aliás, hoje, não é mais lixão, mas sim Aterro Sanitário do Aura. E, antes, inclusive, de o Programa Nacional tirar as crianças da posição de catadores de lixo, a Prefeitura de Belém já havia implementado o projeto Sementes do Amanhã. Muitas dessas famílias não são moradoras de Belém, mas de Ananideu, Município vizinho, onde não há esse tipo de programa.

A avaliação e a seleção dos Municípios tiveram como critérios o desempenho orçamentário e a captação de recursos relativos à educação, saúde e assistência; o desenvolvimento de novas parcerias e a captação de novos recursos nos âmbitos público e privado; e a dotação de recursos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Funcad), de acordo com a legislação municipal pertinente e respeito às prerrogativas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

São considerados ainda os indicadores sociais – avanço na cobertura do atendimento em relação à demanda, com melhoria da qualidade dos serviços prestados, e avanço nos resultados, a partir das ações articuladas nas áreas da educação, saúde e assistência – assim como a continuidade e o aperfeiçoamento de uma política de garantia de defesa dos direitos da criança e do adolescente na construção de uma gestão participativa e a correspondência das ações desenvolvidas com os problemas detectados na realidade local.

Isso diminui a evasão escolar, a reprovação e a mortalidade infantil e consegue refazer laços de muitas crianças, que viviam nas ruas, com suas famílias. Hoje, encontramos ainda crianças nas ruas não só em Belém, mas em muitos lugares. Mas, se fizermos uma pesquisa, veremos que algumas dessas crianças não são do Município de Belém, mas de Municípios da região metropolitana.

Por fim, levou-se em conta para essa premiação o alcance efetivo da perspectiva de intersetorialidade das ações e dos setores envolvidos, como a integração com os Conselhos Municipais dos Direitos e Tutelares e demais operadores do Sistema de Garantia de Direitos.

O Prêmio Prefeito Amigo da Criança, que contempla pela terceira vez a Prefeitura de Belém, é o reconhecimento da prioridade conferida à criança e ao adolescente na gestão que agora se conclui do Prefeito Edmilson Rodrigues.

O Partido dos Trabalhadores, há sete anos e meio, administra Belém, aliado a outros Partidos, como o PSB, o PPS, o PC do B, o PCB – posso estar aqui cometendo alguma injustiça com algum Partido –, e a Vereadores de outros Partidos, que não estão nem nesses Partidos que citei, mas que também estão na base de apoio dessa administração, que, com certeza, é uma das poucas do Brasil e a única da região amazônica a receber pela terceira vez o Prêmio Prefeito Criança.

Em se tratando de criança e adolescente, não podemos deixar para amanhã, pois, sem o presente, não se constrói o futuro. Só se constrói um futuro melhor se as ações efetivamente se fizerem agora, no presente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao último orador, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje, venho a esta tribuna prestar uma justa homenagem! Quero manifestar meu respeito àquele que simboliza a ética, a coragem, a confiança no povo brasileiro, a luta contra os interesses do capital internacional e a corrupção. Quero declarar meu profundo pesar pelo falecimento, ocorrido dia 22, de um dos principais líderes políticos do nosso País: Leonel de Moura Brizola.

Compartilho com o Senador José Sarney o mesmo sentimento, quando diz que a morte de Leonel Brizola representa "a perda de um pedaço da história política do Brasil dos últimos 50 anos" e que "Brizola era uma personalidade que não comportava a neutralidade". O seu desaparecimento deixou em mim o mesmo gosto amargo e a sensação de perda de alguém da família que faleceu repentinamente, como diz o Senador Pedro Simon.

O ex-Governador e Deputado Leonel Brizola, Presidente Nacional do PDT, meu Partido, foi um legítimo representante da classe política do Brasil. Com ele aprendemos a respeitar a legalidade e a Constituição Federal, com ele adquirimos o conhecimento de como enfrentar os poderosos na defesa do povo brasileiro. Como disse o Senador Cristovam Buarque, "raros políticos foram às ruas, como Brizola, combater com armas as forças golpistas dos militares". E mais: estimou que "em 500 anos de história do Brasil, apenas Brizola carregou a luta em favor da educação infantil como a cruzada de sua vida".

Não é para menos que antigos companheiros de Brizola nutrem forte admiração pelo seu passado, assim como o Senador Leonel Pavan, que diz "nem mesmo quando esteve exilado, Leonel Brizola foi esquecido. Sempre mostrou sua força política, como a campanha pela legalidade, pela posse do Vice-Presidente João Goulart, em 1961, depois da renúncia de Jânio Quadros, a luta contra o golpe militar de 1964 e a campanha das Diretas em 1984".

No dia 23, estive no Rio de Janeiro com os Senadores Jefferson Péres, Pedro Simon e Heloísa Helena e o Deputado Rodolfo Pereira para minha última despedida de Leonel Brizola e observei centenas de rostos. Alguns choravam e outros manifestavam profunda tristeza pela perda do líder trabalhista. Eram rostos maltratados pelo sol, eram pessoas que tinham a pele enrugada pelo trabalho sem trégua ao longo dos anos. Enfim, eram trabalhadores que queriam prestar a sua última homenagem ao líder trabalhista. Pois é verdade que a sua participação na vida política foi marcada pela mais profunda vocação, orientada por um inquestionável compromisso com as causas populares, como disse a Senadora Fátima Cleide em seu discurso de homenagem a Leonel Brizola.

Srªs e Srs. Senadores, Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti: sempre corajoso, leal, ético e honesto. Este é o Leonel Brizola que, segundo o Senador Roberto Saturnino, "foi o homem mais investigado do Brasil, mas jamais foi descoberto nada que pudesse tisnar a sua imagem de honradez e honestidade". Um homem sensível, sensato e humilde foi o que demonstrou ser em diversas ocasiões, mesmo quando desferiam golpes mortais contra ele.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Pois não. Ouço o aparte de V. Exª, nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Nobre Senador, quero aproveitar o pronunciamento de V. Exª para também dar o meu testemunho sobre a importância de Leonel Brizola para a Historia do Brasil. Evidentemente, podemos até discordar das formas e da postura com que ele defendia as suas idéias, no entanto, ninguém pode negar o seu espírito de nacionalismo intenso, a sua preocupação com as camadas mais pobres deste País e a sua visão trabalhista da política. Portanto, eu quero pedir permissão para entrar no pronunciamento de V. Exª e trazer também esta homenagem de um Senador lá de Roraima, aproveitando a carona de um Senador do meu Estado. Um abraço!

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado. V. Exª enriquece o meu pronunciamento com o seu aparte.

Os jornais estamparam o seu pranto quando perdeu a sigla do PTB para a Deputada Ivete Vargas. Ressurgiu das cinzas e fundou o Partido Democrático Trabalhista – PDT.

Segundo o Senador Antonio Carlos Magalhães, "sua honestidade foi comprovada nos três governos que fez, o que é raro neste País, onde campeia a cor-

rupção". Mais um gesto de Brizola capaz de mostrar a sua face humanista e fraterna foi quando os Deputados Federais do PDT foram convencidos por ele a retirarem a impugnação que impediria uma homenagem ao Deputado Luís Eduardo Magalhães que daria o seu nome a um Município no Estado da Bahia, como nos lembrou o próprio Senador Antonio Carlos Magalhães.

Sr. Presidente, além desse patrimônio político, Leonel Brizola era considerado um dos principais líderes mundiais na defesa das causas populares.

O Senador Alvaro Dias lembrou "que o líder trabalhista era uma expressão internacional do socialismo" e afirmou que dois adjetivos são fundamentais quando se fala em Brizola: corajoso e ético. "Tinha coragem de falar o que pensava, coragem de enfrentar e coragem de decidir; estabelecia o enfrentamento com altivez e demonstrou ousadia em todos os atos de sua vida". Leonel Brizola foi, ao lado de Willy Brandt, Mário Soares, Felipe González e François Mitterrand, um dos grandes nomes da Internacional Socialista. Na América Latina, ao lado de outros líderes latino-americanos, o fato repete-se: está entre os primeiros, entre os mais lembrados pelo povo do continente.

Não é para menos que lideranças dos diversos partidos políticos desta Casa têm prestado sua homenagem a Leonel Brizola, como disse a Senadora Serys Slhessarenko, que ainda reconheceu que, em todas as fases da sua vida, o "ex-governador manteve-se como um símbolo de coerência política a pairar sobre a realidade nacional." Para ela, "a classe política é devedora de Brizola, que estava sempre pronto a reagir nos momentos mais difíceis da vida política do País".

O ex-governador Leonel Brizola, segundo o Senador Arthur Virgílio, "encantava e seduzia muito mais pela sua capacidade de dizer não do que pela sua dificuldade em dizer sim". Leonel Brizola, personalidade marcante nos últimos 50 anos da política brasileira, para o Senador Antero Paes de Barros, "ele enfrentava todas as lutas e nunca fez o contrário do que pregava em praça pública". Acrescentou ainda que "para Brizola não havia luta perdida e, mesmo quando não havia possibilidade de vitória, ele aproveitava a oportunidade para acumular experiência". Para o Senador José Agripino, "Brizola tinha arrojo e determinação, conforme provou ao criar a Cadeia da Legalidade, no porão do Palácio Piratini, para defender a posse de João Goulart como Presidente da República. Como governador do Rio de Janeiro, ficou conhecido por suas grandes obras, como a construção da Linha Vermelha, dos Cieps (Centros Integrados de Educação) e do Sambódromo".

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, esta homenagem que hoje presto a Leonel Brizola foi feita por quase todos os Senadores desta Casa. Vários outros Senadores não lembrados por mim também prestaram suas homenagens e manifestaram seu pesar pelo falecimento de Leonel Brizola. Mas, para encerrar, quero lembrar três fatos importantes na vida política de Leonel Brizola. O primeiro foi o fato de ter sido sufragado nas urnas, quando candidato a deputado federal pelo Rio de Janeiro, nas eleições de 1962, com um terço dos votos válidos naquela eleição. O segundo foi sua coragem de denunciar ao Brasil e ao mundo que estavam subtraindo sua eleição ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1982. E o último foi quando, em 1989, apoiou o Presidente Lula nas eleições presidenciais, inclusive sendo candidato a Vice-Presidente em sua chapa contra o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Eduardo Azeredo, Leonel Pavan, Romero Jucá, Arthur Virgílio, Augusto Botelho e José Jorge enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna na tarde de hoje para novamente destacar matéria que se refere às irregularidades na licitação para coleta de lixo no município de São Paulo.

A matéria intitulada "Servidores são afastados por fraude na varrição", publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** de 10 de junho do corrente, mostra que cinco funcionários da Prefeitura de São Paulo foram afastados preventivamente para responder a inquérito administrativo por fraude na varrição do lixo.

O Ministério Público Estadual diz que já há evidências suficientes para a suspensão dos contratos.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria em anexo integre este pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

RADIOBRÁS – Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGI
O ESTADO DE S. PAULO	10	Junho/04	Cidades	C	

ADMINISTRAÇÃO

Servidores são afastados por fraude na varrição

Prefeitura investigará 5 funcionários pela Via Rápida; promotor quer punir empresas de lixo

MOACIR ASSUNÇÃO e IURI PITTA

Cinco funcionários da Prefeitura – 4 engenheiros e um agente vistor – foram afastados preventivamente pela Secretaria de Negócios Jurídicos, após pedido do ouvidor do Município, Elci Freire Pimenta, ao secretário de Negócios Jurídicos, Luiz Tarcísio Teixeira Ferreira. Os servidores, cujos nomes não foram divulgados, responderão a processo administrativo por suspeita de fraudes na varrição do lixo.

O Ministério Público Estadual (MPE) também investiga o caso. O promotor de Justiça da Cidadania, Sílvio Antônio Marques, que preside o inquérito civil com os colegas Sérgio Turra Sobrane e Saad Mazloum, diz que há evidências suficientes para a suspensão dos contratos, principalmente com as três investigadas: Cliba, Queiroz Galvão e Vega.

"Aguardamos o afastamento dos envolvidos e a rescisão dos contratos pela Prefeitura. Se não forem tomadas providências, a promotoria vai agir", disse Marques. Os contratos foram assinados, após licitação, em 2002 e se encerram em outubro.

A Secretaria de Serviços e Obras (SSO) só vai falar após o fim das investigações. Os acusados prestavam serviços à SSO, no Departamento de Limpeza Urbana (Limpurb). Segundo o ouvidor, o afastamento preventivo com base na Lei 13.519/03, a Via Rápida, se justifica pela influência dos acusados sobre os acusadores. "Por sua posição, eles podem influir na investigação, já que as denúncias são de subordinados."

Os funcionários, que pressionavam os fiscais para falsificar relatórios de varrição, receberão 80% do salário até o fim da investigação, que devem durar 45 dias e podem ter mais 60 dias.

CLIBA, VEGA E QUEIROZ GALVÃO EVITAM FALAR

Mandado – Os promotores conseguiram em maio mandado de busca e apreensão no Limpurb. Foram atrás de documentos relativos às empresas acusadas desde 2000. Nenhuma delas quis se pronunciar sobre o assunto.

TJ abre caminho para CPI do Lixo

THÉLIO DE MAGALHÃES

A Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara para "apurar irregularidades nos serviços de água e esgotos prestados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)" foi extinta ontem, por 24 votos a zero, pelo Tribunal de Justiça (TJ). Com isso, a Casa pode instalar uma nova CPI. A oposição quer investigar as recentes denúncias sobre o lixo.

O TJ acolheu mandado de segurança impetrado pelo vereador Ricardo Montoro (PSDB). O tucano atribuiu a instalação da CPI da Sabesp a uma retaliação da base governista da prefeita Marta Suplicy (PT) contra a oposição. Segundo o tribunal, a CPI não pode prosseguir, uma vez que não apura fatos determinados, como exige a lei.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, o IBGE divulgou há alguns dias que a economia brasileira teve expansão de 2,7% na comparação com o mesmo trimestre de 2003. Em relação ao último trimestre de 2003, o crescimento teria sido de 1,6%.

É nesse contexto que faço registro do artigo intitulado "Devagar com o andor...", de autoria do ex-Ministro das Comunicações e ex-Presidente do IBGE, Luiz Carlos Mendonça de Barros, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 4 de junho do corrente. O artigo mostra que o otimismo deve ser contido, uma vez que "... a economia está crescendo em razão do vigor de nossas exportações, mas ainda não chegou ao cidadão comum". Além disso, observa que o IBGE pode ter cometido um erro metodológico no cálculo do PIB do primeiro trimestre, o que reduziria drasticamente esse crescimento.

O artigo, que solicito seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que conste dos Anais do Senado Federal é o seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Folha de S.Paulo, 4 de Junho de 2004

DEVAGAR COM O ANDOR...
Luiz Carlos Mendonça de Barros

A expansão do PIB no primeiro trimestre deste ano foi recebida com grande euforia pelo Presidente Lula e sua equipe. As manifestações públicas de membros da equipe econômica chegaram a passar do limite do razoável. O Presidente do Banco Central, por exemplo, disse à imprensa que a economia brasileira está crescendo a taxas mais elevadas do que as verificadas nos EUA e nos tigres asiáticos.

Em reunião com economistas vinculados ao mercado financeiro, a diretoria do BC foi ainda mais longe. Segundo eles, os dados relativos ao PIB mostram que a política econômica atual está no caminho certo e que a administração dos juros nos últimos meses foi absolutamente correta. Chamou a atenção dos presentes o estado de entusiasmo de alguns membros do Copom com sua competência e sabedoria.

Segundo informações colhidas com pessoas próximas ao Palácio do Planalto, essa reação exagerada tinha um objetivo muito claro: acalmar o Presidente da República depois dos números terríveis sobre o desemprego em abril. Quando recebeu essa notícia na China, o Presidente teria manifestado sua revolta com a falta de resultados da política de seu Ministro da Fazenda. Cobraria mudanças em sua volta ao Brasil.

Mas, afinal, o que nos mostram os números divulgados pelo IBGE? Estamos mesmo crescendo a taxas superiores às das economias dos EUA e da Ásia? O desafio da volta do crescimento sustentado já está ganho, como afirmam os diretores de nossa autoridade monetária? O aumento do PIB é mesmo de mais de 6% ao ano, como afirmou o Sr. Meirelles, presidente do Banco Central?

Vamos começar pelas respostas mais simples. A afirmação de que estamos crescendo a taxas de mais 6% ao ano e, portanto, mais aceleradamente do que os Estados Unidos e Ásia decorre de uma conta simples: a multiplicação do crescimento do PIB neste primeiro trimestre do ano sobre o último trimestre de 2003 (1,6%) por quatro para se chegar ao crescimento em quatro trimestres. Ora, essa metodologia implica adotar esse mesmo critério para o crescimento dos componentes individuais do PIB. Tal procedimento nos leva a um crescimento do setor agropecuário de mais de 13% neste ano, o que é um absurdo para todos aqueles que acompanham o setor. Portanto essa conta tosca está errada, e a economia não está crescendo a 6% ao ano!

Outra observação importante, e que coloca em dúvida a intensidade da euforia oficial, é que o IBGE cometeu um erro no cálculo do crescimento do PIB do primeiro trimestre. Não vou amolar o leitor da Folha com tecnicidades -quem quiser as explicações pode pedi-las por **e-mail**, mas afirmo que os números da produção industrial estão superestimados em quase 1%.

Outro ponto que merece reflexão mais cuidadosa é o desequilíbrio que existe entre o nível de atividade econômica dos vários setores de nossa economia. Por exemplo, entre o primeiro trimestre de 2004 e o trimestre anterior, o consumo das famílias cresceu apenas 0,3%, enquanto as exportações aumentaram 5,6%. O consumo dos brasileiros, que respondem por quase 60% do PIB, está ainda 1,8% abaixo do nível verificado no primeiro trimestre de 2002; já as exportações são 47% superiores! Alguma dúvida sobre a relação mercado interno e mercado externo?

Embora os números do IBGE apontem claramente a direção de uma retomada da atividade econômica, podemos perceber uma desaceleração na sua intensidade nos últimos meses. Menos nos setores ligados às exportações, que ainda mantêm seu dinamismo. Por exemplo, os investimentos cresceram a taxas de 3,2% no terceiro trimestre de 2003, 4% no quarto e 2,3% nos primeiros três meses de 2004. O mesmo ocorreu

com o consumo das famílias: cresceu 0,5%, 1,5% e 0,3%, respectivamente.

Resumo da ópera: a economia está crescendo em razão do vigor de nossas exportações, mas ainda não chegou ao cidadão comum. A recuperação da atividade interna vai demorar, pois a renda dos brasileiros ainda está abaixo dos níveis de anos atrás, e o efeito do dinamismo dos setores exportadores é ainda muito restrito sobre emprego e salários. Estamos melhorando, mas cuidado com o andor do otimismo!

Luiz Carlos Mendonça de Barros, 61, engenheiro e economista, é sócio e editor do *site* de economia e política Primeira Leitura. Foi presidente do BNDES e ministro das Comunicações (governo FHC).

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "Saúde desgastada", publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 9 de junho do corrente.

O artigo começa com a seguinte frase: "A cada dia que passa piora o quadro de irregularidades no Ministério da Saúde". O escândalo dos vampiros parece longe de acabar e, a exemplo do caso Waldomiro Diniz, mostra o vínculo estreito existente entre os principais acusados e o Ministro de Estado. Foi o próprio Ministro da Saúde que nomeou as pessoas envolvidas no escândalo.

A imagem do Governo petista continua sendo manchada e o Partido, que parecia exercer o "monopólio da moralidade", está negando, agora, suas bravatas do passado.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
FOLHA DE S. PAULO	09	Junho/04	Opinião	A	2A

SAÚDE DESGASTADA

A CADA dia que passa piora o quadro de irregularidades no Ministério da Saúde. Foi arrombado o arquivo geral, que reúne os mais importantes documentos sobre as licitações da pasta. A Polícia Federal já havia apontado Luiz Cláudio Gomes da Silva, responsável pelas compras do ministério, e Reginaldo Muniz, que dirigia a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), como participantes de um esquema de manipulação de licitações em favor de empresários e laboratórios, revelado pela chamada Operação Vampiro. Ambos foram designados pelo ministro Humberto Costa e gozavam de sua confiança.

Embora seu desgaste seja crescente, não há indícios de envolvimento do ministro em irregularidades. Além de abrir sindicância para averiguar os contratos, ele exonerou 25 suspeitos. Pesa a seu favor, também, a constatação de que a quadrilha agia pelo menos desde os anos 90.

Essas medidas, contudo, são insuficientes para apagar a péssima impressão deixada pelo fato de que foi o próprio ministro que nomeou para cargos estratégicos pessoas agora acusadas de envolvimento no escândalo. Gomes da Silva, o principal acusado, gerenciava contratos na secretaria de Saúde de Recife quando Costa exercia o cargo de secretário.

O episódio lembra o escândalo Waldomiro Diniz. Como no caso do assessor da Casa Civil, colaboradores ligados a um ministro estão sob suspeita. Também são semelhantes as alegações de "surpresa e decepção" da parte do titular da Saúde. Declarações como essas, em vez de melhorar a imagem do ministro, colocam em dúvida sua competência, ao menos para escolher assessores.

Repetidos casos de corrupção envolvendo pessoas de confiança de ministros da República arranham a imagem de qualquer governo. No caso da administração petista, esse efeito é ainda mais notável devido ao fato de, na oposição, o partido ter pretendido exercer o monopólio da moralidade pública. Paga hoje pelas "bravatas" do passado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para falar um pouco sobre o setor de agropecuária do País.

Uma recente pesquisa feita pelo Instituto Vox Populi, encomendada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), trouxe bastante luz à questão de como a sociedade percebe a questão agrária nacional.

Dentre alguns resultados dessa pesquisa, podemos destacar que:

– 86% da população acredita que a agropecuária ajuda o crescimento nacional;

– 78% acham que a agropecuária ajuda na manutenção do preço dos alimentos;

– 84% pensam que a agropecuária ajuda na melhoria da imagem do Brasil no exterior;

– 86% acreditam que o produtor rural é competente;

– 78% afirmam que a reforma agrária trará conseqüências positivas para o País, de maneira geral;

– 58% consideram o MST um movimento violento e apenas 23% consideram-no pacífico;

– 73% acham que o produtor rural tem o direito de reagir diante da invasão de sua propriedade.

Entre outros pontos interessantes, essa pesquisa do Instituto Vox Populi demonstra que o povo tem consciência da importância do trabalho no campo, do valor de nossa produção rural e do que isso representa para a economia do País, tanto internamente, quanto externamente.

Vários outros indicadores demonstram o bom desempenho do setor agropecuário, em 2003, no Brasil.

Enquanto tivemos de amargar uma diminuição, ainda que discreta, do PIB total do País no ano passado, o agronegócio cresceu 6,54%, movimentando mais de R$500 bilhões. Nota-se que, em grande parte, o PIB brasileiro só não sofreu um decréscimo maior devido à boa atuação do agronegócio brasileiro.

Conforme análise do Departamento de Assuntos Internacionais e Comércio Exterior da CNA, o agronegócio foi responsável pela totalidade do superávit comercial de quase US$25 bilhões, em 2003, uma vez que os demais produtos apresentaram resultado deficitário de US$1 bilhão.

As exportações do setor somaram mais de US$30 bilhões, registrando um crescimento de cerca de 23% em relação ao ano anterior. O agronegócio respondeu por 42% de todas as exportações brasileiras em 2003.

Destaca-se, nesse panorama, o desempenho da soja e de seus derivados, que colocou o Brasil na liderança das exportações mundiais do setor. Responsável por 36,5% do incremento das vendas externas do agronegócio, registrou um crescimento de 35,2% nas exportações em 2003. Esse desempenho foi sustentado pelo aumento da quantidade exportada, resultado de uma safra recorde de 52 milhões de toneladas, somado à elevação dos preços internacionais.

Em 2003, o Brasil tornou-se o maior exportador mundial de carne bovina, ultrapassando Estados Unidos e Austrália. Foram embarcados ao exterior 1,3 milhão de toneladas em equivalente carcaça, contra 1,25 milhão da Austrália e 1,19 dos Estados Unidos. Contribuíram para esse bom desempenho das vendas externas brasileiras o avanço no campo sanitário e a abertura de novos mercados para a carne brasileira.

Desde julho do ano passado, está em vigor uma exigência de que os animais permaneçam por, no mínimo, 40 dias na Base Nacional de Dados (BND), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, antes de poderem ser abatidos com vistas à exportação para a União Européia.

Essa é uma medida que faz parte do conjunto de ações visando ao aperfeiçoamento das normas do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov), o que, indubitavelmente, contribuirá para uma melhor garantia de aceitação de nossos produtos pecuários naquela importante região, assegurando, assim, a manutenção e, até mesmo, o crescimento de nossas exportações.

A sociedade brasileira está cada vez mais bem informada acerca das características nutricionais da carne bovina e seus benefícios para a saúde, graças a uma parceria entre o Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte, um órgão da CNA, e o Serviço de Informação da Carne (SIC), que mantém um canal permanente de informação na Internet, cujo endereço é.

Na área dos produtos lácteos, as notícias também são muito favoráveis ao Brasil. Enquanto, em 1998, nossas compras de produtos desse gênero no exterior superavam os US$500 milhões; em 2003, importamos apenas US$112 milhões de derivados do leite.

Um dos carros-chefe de nossas exportações, o leite condensado, é um exemplo da boa vantagem competitiva que podemos ter frente a nossos concorrentes internacionais, pois utiliza três matérias-primas – embalagem de aço, açúcar e leite – nas quais o Brasil é muito competitivo.

Em 2003, produzimos uma safra recorde de cana-de-açúcar, estimada em 350 milhões de toneladas. A

Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar da CNA monitora constantemente os números do setor, os quais mostram, somente na região centro-sul do País, uma produção de 296 milhões de toneladas. Dessas, são produzidas cerca de 24 milhões de toneladas de açúcar.

A produção de álcool também foi significativa, embora não tenha chegado a bater recordes, pois ficou em quase 13 bilhões de litros. O agronegócio sucroalcooleiro movimenta cerca de US$13 bilhões anualmente, com faturamento direto e indireto.

O relatório da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), de 2003, o qual tenho em mãos, na página 63, registra: "O relatório do Senador Romero Jucá (PMDB – RR) à Proposta de Emenda Constitucional da Reforma Tributária foi aprovado, em 6 de novembro, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado, com a inclusão de diversas alterações sugeridas pela CNA no texto da proposta. Entre elas, vale ressaltar o item sobre insumos agrícolas, estabelecendo que seriam respeitadas as isenções concedidas a determinados insumos e os convênios assinados entre governos estaduais." Em seguida, o mesmo relatório enumera várias modificações no texto da reforma tributária que trazem impactos positivos para o setor agropecuário.

Fico feliz de ter podido, na condição de relator da referida PEC, contribuir para a continuidade e, até mesmo, para a melhora desse ótimo desempenho que vem tendo o agronegócio brasileiro.

Finalizo este pronunciamento saudando e reiterando meu apoio irrestrito a todos os agricultores do País, os quais têm sido de crucial importância para o desenvolvimento da Nação.

Como ficou demonstrado pelos dados que expus, sem as atividades ligadas ao campo o desempenho econômico do Brasil seria lastimável.

É vital que nós, parlamentares, estendamos a destra ao trabalhador rural, ao agricultor, ao empresário do agronegócio, para que eles continuem a poder produzir riqueza para o País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

O Narcotráfico Já Destruiu Área da Floresta Amazônica 11 Vezes Superior à da Cidade de São Paulo. Na Colômbia.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, se o narcotráfico não puder ser contido, a bacia amazônica será destruída em duas gerações. Essa catastrófica e séria previsão foi levantada em São Paulo pelo Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, que esteve no País para a 1ª. Rodada de Negócios Brasil-Colômbia.

Na Colômbia, segundo as declarações de Uribe, já foram destruídos 1,7 milhão de hectares da selva amazônica, uma área 11 vezes maior do que a da cidade de São Paulo.

Uma das apreensões do governante colombiano, divulgam os jornais, é o aumento do plantio de coca, que exerce efeito devastador sobre a floresta amazônica.

A advertência de Uribe merece no mínimo nossa reflexão, no sentido da adoção de medidas mais enérgicas para o combate ao tráfico de drogas.

O Presidente colombiano lembra – e com ele concordamos – que o avanço do narcotráfico pode colocar em risco a selva amazônica, "que representa um recurso ecológico essencial do planeta.

Em suas observações, Uribe revela que em seu país uma boa parte da floresta já foi destruída e, para conter a devastação, é necessário – o acesso a tecnologias importantes, como a do Projeto Sivam, do Brasil.

Segundo acrescentou, na Colômbia há grande expectativa de apoio do Brasil na guerra contra o narcotráfico. Para ele, é importante que aqui seja aprovada com urgência a chamada lei do abate de aviões utilizados no narcotráfico.

Estou anexando a este pronunciamento a matéria da **Folha de S.Paulo**, com a entrevista em que o Presidente colombiano, na qual faz a advertência, para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ENTREVISTA

Em visita ao Brasil, presidente colombiano prevê renovação da ajuda americana ao país e critica mídia internacional

Coca ameaça Amazônia, afirma Uribe

Fabiano Maisonnave
Da Redação

Não são apenas grupos terroristas e o sangrento conflito armado que o narcotráfico financia na Colômbia. Segundo o presidente Álvaro Uribe, o cultivo da coca também está devastando rapidamente a bacia amazônica.

"Se não frearmos o narcotráfico, a droga pode destruir a bacia amazônica em uma ou duas gerações", disse ontem Uribe a empresários em São Paulo, onde abriu, ao lado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da 1ª Rodada de Negócios Brasil-Colômbia.

Pouco antes da cerimônia, Uribe recebeu a reportagem da **Folha**. Ele falou sobre a Amazônia, fez uma defesa empedernida da sua política de segurança e previu a renovação no Congresso norte-americano do Plano Colômbia, polêmico programa de ajuda financeira de combate às drogas que faz do país andino o terceiro que mais recebe recursos de Washington, atrás de Israel e do Egito.

Aos 51 anos e prestes a completar a metade de seu mandato de quatro anos, Uribe goza de uma popularidade acima dos 70%, graças principalmente à sua dura política de segurança, que tem diminuído os índices de violência e aumentado as baixas entre guerrilhas terroristas de esquerda e paramilitares terroristas de direita.

A aprovação de Uribe motivou seus aliados a propor no Congresso uma lei que lhe garanta a possibilidade de se reeleger -assunto sobre o qual o presidente se recusou a falar. A aprovação da proposta é tida como certa.

Leia a seguir trechos da entrevista de Uribe à **Folha**.

Folha – Há no máximo um vôo comercial diário saindo de São Paulo a Bogotá, enquanto na fronteira o tráfico ilegal continua crescendo. O que fazer para inverter isso?

Álvaro Uribe – Somos países vizinhos e irmãos. Apesar disso, as relações comerciais são muito inferiores do que deveriam ser. A balança total no ano passado, imensamente favorável ao Brasil, não superou os US$750 milhões. Ao fazer o acordo comercial entre a Comunidade Andina e o Mercosul, o que buscamos é incrementar essa relação comercial. O acordo passará a vigorar em 1º de julho, e hoje [ontem] há um encontro para começar a impulsionar as relações comerciais.

Folha – A Colômbia tem negociações avançadas para um tratado comercial bilateral com os EUA, num momento em que as negociações da Alca [Área de Livre Comércio das Américas] estão paralisadas. O sr. crê que esses acordos paralelos sejam mais efetivos?

Uribe – O acordo entre a CAN [Comunidade Andina] e o Mercosul é um grande passo para a união da América do Sul. O que vejo com preocupação é que as negociações da Alca estejam suspensas. Assim entendemos as negociações de Colômbia, Equador e Peru com os EUA: como um passo prévio que poderia acelerar o processo de negociação da Alca.

Folha – Como estão as negociações com o Brasil em relação ao acesso aos dados do Sivam [Sistema de vigilância da Amazônia]?

Uribe – Nós compartilhamos uma área amazônica muito importante. Precisamos cuidar disso. Se permitirmos que a droga avance, isso pode provocar um grande risco de destruição da selva amazônica, que é um recurso ecológico essencial do planeta. Na Colômbia, temos tido uma má experiência na Amazônia, que tem uma porção destruída pela droga. Para cuidar da selva, é fundamental ter acesso a uma tecnologia importante como a do Sivam.

Folha – A Colômbia tem pressionado o Brasil para que também tenha uma lei de abate de aviões do narcotráfico. Como estão as negociações? O sr. conversou sobre isso com o presidente Lula?

Uribe – O Brasil está examinando, temos encontrado no Brasil a maior receptividade para cooperar conosco na luta contra o narcotráfico. Por várias razões. Na Colômbia, o terrorismo, com a violência que isso traz, é financiado pelo narcotráfico. O narcotráfico é também a grande causa da destruição ecológica. Na Colômbia, foram destruídos 1,7 milhão de hectares da bacia amazônica para plantar coca [área 11 vezes maior do que a cidade de São Paulo]. Isso é de imensa gravidade.

Folha – O Plano Patriota, ofensiva militar contra as Farc [Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia] -que teve início no final do ano passado na selva amazônica, sua principal área de influência-, ocorre num momento em que o Congresso dos EUA vetou o aumento da presença militar na Colômbia e em que o Plano Colômbia, que termina no ano que vem, segue sem renovação. O país conseguirá sustentar o Plano Patriota?

Uribe – A decisão colombiana é derrotar o terrorismo, devolver a segurança aos colom-

bianos. Nenhum país do mundo aceita que organizações terroristas maltratem sua população como as Farc têm feito na Colômbia.

Folha – E sobre a renovação do Plano Colômbia?

Uribe – Tenho confiança de que seja feito. Não creio que sejamos tão ineficazes a ponto de deixar a tarefa na metade do caminho.

Folha – Mesmo com a continuação da ajuda americana, haverá um aumento de gastos com o Plano Patriota e com a eventual desmobilização de milhares de paramilitares das AUC [Autodefesas Unidas da Colômbia]. Seu ministro da Defesa, Jorge Uribe, disse recentemente que o crescimento econômico financiará os gastos. Não é arriscado contar com esse dinheiro?

Uribe – A Colômbia tem a decisão de resolver seus problemas, e vamos resolvê-los. Vocês, da imprensa internacional, devem apoiar a Colômbia para derrotar o terrorismo, e não colocar dúvidas a toda hora sobre a vontade e a capacidade colombianas de derrotá-lo. Advirto há tempos que a imprensa internacional tenta legitimar as Farc. A ação do governo colombiano tem total determinação, vamos derrotar o terrorismo, e isso não tem discussão.

Outro assunto a que me refiro, Sr. Presidente, diz respeito à polularidade de Lula.

A Popularidade de Lula Degringolou. E Não É Por Acaso. O Governo Petista Faz Por Merecer

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, parece que agora degringolou geral. A aprovação ao Governo petista do Presidente Lula está descendo precipitadamente, de alto a baixo, segue rolando e vai ser difícil deixar de cair. Uma pena, mas é a realidade.

Ontem, saiu uma nova rodada de pesquisa de opinião pública, mostrando a maior queda na popularidade de Lula desde sua posse. O que ocorre não é à-toa. Pelo contrário, Lula está colhendo a tempestade dos ventos que sua equipe insiste em espalhar.

O Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, tenta minimizar o pronunciamento popular. É o tal do *efeito avestruz.* Enfia-se a cabeça no primeiro buraco disponível, fingindo ignorar a voz do povo. O povo não vaia um Presidente por acaso. O povo anda triste. Numa das perguntas da pesquisa Sensus, 65,8% desaprovaram a compra do luxuoso avião presidencial para as viagens do Presidente. Não era hora de gastar tanto dinheiro. O custo do avião de luxo daria para aumentar um pouco o novo salário mínimo, que o Governo Lula insiste em manter no patamar de R$260,00.

Para meditação do Ministro José Dirceu, sugiro a leitura da matéria hoje publicada no jornal **O Estado de S.Paulo***,* com uma análise de uma especialista em opinião pública, Fátima Pacheco Jordão, sobre a nova rodada da pesquisa CNT-Sensus, mostrando uma deterioração "muito grande" na avaliação do Presidente Lula e de seu governo. A pesquisa, diz a técnica, evidencia que o presidente e seu Governo perderam o apoio de segmentos fiéis: a região Norte/Nordeste, os segmentos mais jovens e as faixas de baixa renda.

Não é para menos. O povo e especialmente as classes mais pobres depositavam total confiança no Governo Lula, que, até aqui, se tem mostrado contra a melhoria de vida dessas camadas desprotegidas. O episódio do salário mínimo é apenas um dos muitos atos do Presidente em desfavor do povo.

Estou anexando essas notícias neste pronunciamento para que, assim, passem a constar dos Anais do Senado da República. É uma nova contribuição para o trabalho do historiador do amanhã.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANEXOS

Popularidade de Lula sofre sua maior queda
Avaliação positiva do governo já está abaixo dos 30 pontos, segundo pesquisa Sensus/CNT

Carlos Marchi

No pior resultado obtido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, desde a posse há 17 meses, a avaliação positiva de seu governo, divulgada ontem pela pesquisa CNT-Sensus, caiu 5,2 pontos percentuais (de 34,6% em maio para 29,4% em junho) e a negativa aumentou 4,1 pontos (de 20 para 24,1 pontos). De modo geral, os índices revelados pela Sensus, para o mês de junho, são preocupantes: todos os indicadores medidos pioraram.

"Seaseleiçõesfossemhoje,"provavelmente o Presidente Lula não se reelegeria", comentou Clésio Andrade, o presidente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

Em outubro de 2002, lembra Clésio, 51% dos brasileiros diziam ser Lula o único candidato em quem votariam. Agora, a posição se inverteu e chegam a 47,6% os brasileiros que

dizem que não votariam nele. Os 51% de eleitores fiéis se reduziram a meros 16,5%. Para chegar aos novos números, a Sensus ouviu 2000 pessoas de 24 Estados, entre os dias 15 e 17, em 24 Estados. A margem de erro da pesquisa é de 3 pontos.

O índice de aprovação do desempenho pessoal do presidente caiu 6,1 pontos percentuais (de 60,2% para 54,1%), enquanto, na outra ponta, a desaprovação desse desempenho saltou de 32,4% em maio, para 37,6% em junho – o pior resultado desse item desde a posse, em janeiro de 2003. Naquele mês, a avaliação positiva do governo atingia 56,6% e a negativa era ínfima, de apenas 2,3%.

Um preocupante percentual de 58,9% dos entrevistados acha que Lula tem feito menos do que poderia, na presidência, contra 16,4% que afirmam o contrário. Outros 20,2% entendem que ele não tem feito nem mais, nem menos do que poderia.

Um fator preocupante da pesquisa de junho está nos sinais de insatisfação dos eleitores com a vida que levam. O Índice de Satisfação com o País, que mantinha patamares equilibrados, caiu 2,5 pontos percentuais. Apesar do mau humor no julgamento do presidente da República e de seu governo, o Índice de Satisfação com a Situação Econômica Pessoal melhorou. Ele subiu de 33,25% em maio para 34,0% em junho. Mas o Índice de Satisfação com a Situação Social piorou – de 33,75% em maio para 30,5% em junho.

Apenas 5,1% dos consultados qualificam como "ótimo" o Governo Lula (eram 7,0% em maio), enquanto 24,3% o acham "bom" (27.6%) e uma grande maioria de 44,2% o julgam "regular" (44,2%). Outros 11,6% dos eleitores o consideram "ruim" (8,3%) e para 12,5% ele é péssimo. (11,7%). Já no desempenho pessoal do presidente, 54,1% a aprovam (60,2% em maio) e 37,6% a desaprovam (32,4% em maio), enquanto 8,3% não sabem ou não responderam (7,5% em maio).

Boa notícia – Na única pergunta que deu a Lula uma boa notícia, a pesquisa revela que ele está na frente em duas simulações eleitorais para o próximo mandato presidencial, a partir de 2006. Na primeira, ele vence Fernando Henrique Cardoso por 28,5% a 16,6%, contra 14,8% dados a Ciro Gomes e 14,2% a Anthony Garotinho. Em outra simulação, com Alckmin no lugar de FHC, Lula tem 29,9%, contra 17,2% de Ciro, 13,9% de Garotinho e 10,5% de Geraldo Alckmin.

Apoio cai entre os jovens, os pobres e no Nordeste

A nova rodada da pesquisa CNT-Sensus mostra uma deterioração "muito grande" na avaliação do Presidente Lula e de seu Governo, constata a especialista Fátima Pacheco Jordão, da Fato Pesquisa e Jornalismo. E evidencia que o presidente e seu governo perderam o apoio de segmentos fiéis: a região Norte/Nordeste, os segmentos mais jovens e as faixas de baixa renda.

Perdidos os apoios setoriais, diz Fátima, o presidente e o governo só conseguiram manter seu prestígio intocado nas pequenas cidades do interior, os "grotões", sempre as últimas a embarcar na avaliação negativa dos governos.

Nas últimas pesquisas em que Lula e seu governo perderam pontos de aprovação, aquelas três faixas – Norte/Nordeste, jovens e população de baixa renda – se mantinham fiéis a Lula e ao governo, garantindo-lhes boa aprovação. Agora esses segmentos embarcaram na desaprovação de forma semelhante às outras faixas, sinal claro de que esgotou-se a esperança do cumprimento das promessas de campanha.

O declínio na aprovação, que antes vinha apenas do Sul/Sudeste e das grandes cidades, agora vem de todo lado, e de forma homogênea, o que denota um desgaste generalizado, observa Fátima. E ainda existem outros complicadores.

A média de aprovação dos governadores está acima dos 45%, a dos prefeitos, em 38%, enquanto a aprovação do presidente situa-se abaixo dos 30%.

"Os problemas são comuns ao município, ao Estado e ao País, mas está claro que o brasileiro identifica uma parcela maior de culpa e menor de eficácia no governo federal", analisa Fátima.

Segundo ela, o julgamento negativo do governo está muito contaminado pela ausência de resultados na questão do emprego, promessa de campanha não cumprida. Segundo Fátima, pesquisas recentes mostram que a sociedade não aceita mais desculpas para o não-cumprimento das promessas. (C.M.)

Para a maioria, violência está fora de controle

A maioria absoluta (80,6%) dos entrevistados pela Sensus acham que a violência no Brasil está fora de controle e 35,5% entendem que a forma de violência mais ameaçadora são os assaltos, em casa ou na rua; 29,6% temem especialmente o tráfico de drogas. Já 64,6% dos entrevistados acham as ações das polícias inadequadas ou ineficazes. Só 29,1% as consideram eficazes ou adequadas.

Quase a metade (45,6%) dos entrevistados nunca ouviu falar na Operação Vampiro; 30,6% já ouviram falar e 21,4% dizem estar acompanhando as investigações. Apesar disso, 79,9% afirmam que casos de corrupção "ocorrem freqüentemente" no governo, enquanto 13,3% acham que esses casos acontecem raramente.

A pesquisa também incluiu algumas perguntas sobre as eleições. Os resultados mostram que a maioria dos entrevistados escolhe seus candidatos pela televisão, veículo que reconhecidamente suscita baixo nível de memorização.

Mas nem por isso os brasileiros estão esquecendo as promessas de campanha.

Pelo menos as promessas de Lula: 70,4% dos entrevistados revelam se lembrar muito bem que sua principal promessa foi a criação de empregos.

Na mesma proporção, a maioria esmagadora (66,9%) continua identificando o desemprego como principal problema não resolvido do País; para parcelas pequenas da população, os piores problemas são a distribuição de renda (10,4%), a saúde (8,2%) e a educação (6,6%).

Sobre a compra de um novo avião presidencial, 33,5% disseram já ter ouvido falar da iniciativa; 27,1% declararam estar acompanhando o assunto. Entre eles, a grande maioria é contra a compra do avião – 65,8% a desaprovam, 4,9% são indiferentes e 25,2% dos entrevistados aprovam. (C.M.)

Presidente é vaiado no velório de Brizola

Seguranças tiveram dificuldade para conter os que se manifestaram contra a presença de Lula

RIO – O primeiro dia do velório do líder pedetista Leonel Brizola, que morreu na noite de segunda-feira, aos 82 anos, foi marcado por uma estrondosa vaia ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Durante os quatro minutos que ficou no Salão Nobre do Palácio Guanabara, sede do governo estadual ocupado duas vezes por Brizola, o presidente foi xingado por grupos de pedetistas de todas as idades. Seguranças do Palácio e do PDT tiveram dificuldades para conter os admiradores de Brizola inconformados com a presença do petista. Segundo estimativa do major Seabra, comandante da 1.ª Companhia Independente da Polícia Militar, 200 mil pessoas estiveram no velório até as 17 horas e 30 minutos.

Não havia nenhum esquema especial de segurança por causa da presença do presidente, como cordão de isolamento. Os mais rebeldes aproximaram-se de Lula, com bandeiras e pôsteres de Brizola nas mãos. Filhos e netos do ex-governador ajudaram a formar um cordão em volta do caixão do líder pedetista.

O presidente ficou o tempo todo ao lado da filha de Brizola, Neuzinha, que, constrangida, olhava preocupada para a confusão em volta, ao mesmo tempo em que parecia pedir desculpas ao presidente. "Não ligue", disse Lula à filha do ex-governador, antes de cumprimentar os outros dois filhos de Brizola, José Vicente e João Otávio. Atrás de Lula, o chefe da Casa Civil, José Dirceu, ficou imóvel. Saiu, acompanhando o presidente, sem conseguir cumprimentar os parentes do líder pedetista.

Lula entrou no salão às 13 horas e 27 minutos e imediatamente as vaias começaram. Algumas pessoas presentes ensaiaram aplausos, mas às vaias somaram-se os insultos.

"Lula traidor", "Lula cachaceiro, Brizola brasileiro" foram os primeiros xingamentos. Em seguida, vieram os versos de um samba que ficou famoso na voz da pedetista Beth Carvalho: "Você pagou por traição a quem sempre lhe deu a mão". Finalmente, os pedetistas gritaram em coro: "Renúncia, renúncia!" Às 13 horas e 31 minutos, o Presidente deixou o salão. Na confusão, derrubou até a coroa de flores, que ele mesmo enviou, com os dizeres: "Nossa homenagem ao Brasil e o seu povo."

Foi um tumulto anunciado. Desde o início da manhã, quando o salão foi aberto para o público, pedetistas mais emocionados hostilizavam petistas e protestavam, quando ouviam falar da possibilidade de Lula comparecer ao velório. O deputado Chico Alencar (PT) gravava

uma entrevista para a TV, quando foi empurrado por uma senhora que levava a bandeira do PDT. "PT safado", disse ela, reclamando da presença de petistas.

Por causa do tumulto, a entrada do povo no Palácio Guanabara foi suspensa por meia hora. Os pedetistas, em longa fila na porta, protestaram.

Até as 18h30, o velório de Brizola teve a presença de sete ministros e quatro governadores – além de Rosinha Matheus, os tucanos Geraldo Alckmin e Aécio Neves e o peemedebista Joaquim Roriz. As vaias ainda ecoavam no Salão Nobre quando entrou o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. "Há aqui pessoas apaixonadas e chocadas com a morte de Brizola. Mas voltando para casa elas vão perceber a grosseria que fizeram com o presidente e o próprio Brizola."

Arrependimento – Passado o susto do tumulto causado pela presença do presidente, a família Brizola voltou a receber os cumprimentos. Brigado com o pai desde 2000, o filho mais velho, José Vicente, lamentou o afastamento e prometeu voltar ao PDT, partido que deixou para se filiar ao PT. "Estou arrependido do que fiz."

O presidente do PDT em São Paulo, Paulo Pereira da Silva, não se surpreendeu com o protesto. "Essa manifestação é reflexo da traição do Lula não só com o Brizola, mas também com o povo brasileiro. É natural que ele seja maltratado." Novas vaias aconteceram quando estavam, ao mesmo tempo, no Salão Nobre, o secretário de Segurança do Rio, Anthony Garotinho, o ex-governador de São Paulo Orestes Quércia e a prefeita Marta Suplicy.

Hoje, às 8 horas, o caixão será levado para o Centro Integrado de Educação Pública (Ciep), no bairro do Catete, o primeiro que ele ergueu, em 1985. Em seguida, segue para Porto Alegre, onde será velado no Palácio Piratini, sede do governo gaúcho. De lá, o corpo segue para São Borja. Às 15 horas, está marcada uma cerimônia religiosa no cemitério municipal da cidade. O enterro está marcado para as 16 horas. (Luciana Nunes Leal, Roberta Pennafort, Karine Rodrigues, Fabiana Cimieri e Jacqueline Farid)

Para aprovar hoje os R$ 260, até vôos extras

João Paulo chegou a pedir mais vôos para o Nordeste, para que festas juninas não atrapalhem votação

Denise Madueño e Eugênia Lopes

BRASÍLIA – O presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), usou toda força política para tentar votar hoje a medida provisória que fixa o salário mínimo em R$ 260 e reverter a derrota do governo na semana passada, quando o Senado aprovou o valor de R$ 275.

João Paulo cedeu aos partidos de oposição e concordou com a votação nominal.

Em troca, os oposicionistas prometeram a não obstruir a sessão.

Para garantir a presença dos deputados do Nordeste interessados em participar das festas juninas em suas regiões, o presidente da Câmara pediu às companhias aéreas que coloquem vôos extras hoje à tarde. O ponto alto das festas juninas no Nordeste é a noite de hoje.

"Fizemos um levantamento dos vôos para ver se é possível realizar conexões que facilitem o vôo dos deputados", disse João Paulo. Na noite de segunda-feira ele já havia se reunido, em sua residência, com nove ministros para montar a estratégia de votação.

Segundo o Vice-Presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), se o pedido for de João Paulo for atendido pelas empresas, haverá três vôos extras para o Nordeste: um para Fortaleza e Natal, outro para Recife, Maceió e João Pessoa, e o terceiro para São Luís e Teresina.

Confiança – Os Líderes dos Partidos aliados acreditam que o mínimo de R$ 260 será aprovado. Preocupam-se apenas com o quórum, por causa das festas juninas e das convenções partidárias municipais, além do velório de Leonel Brizola.

"Com mais de 300 deputados poderemos votar a MP", disse o líder do governo, deputado professor Luizinho (PT-SP). Ele acredita que a aprovação dos R$ 260 será fácil, embora com menor margem do que na primeira votação, em 2 de junho, porque o número de deputados deve diminuir.

Um dos principais alvos do governo na busca de votos foi o PL. Ontem, o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, o líder do partido, Sandro Mabel (GO), o vice-presidente da República, José Alencar, e o presidente do PL, deputado Valdemar Costa Neto (SP), se reuniram no almoço para tentar garantir uma votação em peso da bancada. À tarde,

o ministro foi à Câmara para conversar com parlamentares do partido.

Pelo menos um voto o ministro teria conseguido reverter: o do deputado Almeida de Jesus (PL-CE), que prometeu votar dessa vez contra o mínimo de R$275,00. "O PL é Governo", disse ele. "O partido é uma instituição e a democracia é o regime da maioria."

A expectativa no PL é reunir 32 votos a favor do governo, na bancada de 44 deputados. O restante estará ausente.

Ausentes – No PMDB, o número de votos favoráveis pode aumentar de 39 para 42, segundo líderes do partido. Três deputados ausentes na primeira votação – Paulo Lima (SP), Mauro Benevides (CE) e Max Rosenmann (PR) – deverão comparecer e votar contra os R$ 275. O líder do PTB, José Múcio Monteiro (PE), que já votou a favor dos R$ 260, prometeu manter a posição. "Votamos com responsabilidade e não há razão para modificar o voto", disse. Ele também revelou que fez esforços para o comparecimento na sessão de hoje de quatro petebistas que se ausentaram na votação anterior.

Popularidade de Lula tem a maior queda desde a posse

Segundo pesquisa para a CNT, aprovação do presidente caiu 6 pontos e a do governo, 5

No pior resultado obtido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde a posse, há 17 meses, a avaliação positiva de seu governo caiu de 34,6% em maio para 29,4% em junho. A avaliação negativa aumentou de 20% para 24,1% e a aprovação a seu desempenho pessoal caiu de 60,2% para 54,1%. A pesquisa, divulgada ontem, foi feita para a Confederação Nacional dos Transportes (CNT). Todos os indicadores são negativos para Lula. O Índice de Satisfação com o País, que mantinha patamares equilibrados, também caiu. Foram ouvidas 2 mil pessoas em 24 Estados, entre os dias 15 e 17. Pag. A4

O SR. AUGUSTO BOTELHO – (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) –

"Dia nacional do diabético"

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, um dos mais sérios problemas de saúde que desafia a sociedade brasileira é o diabetes – doença sorrateira, que vai minando o seu portador, levando a complicações gravíssimas e, freqüentemente, à morte.

Como o dia 27 de junho foi fixado para assinalar o Dia Nacional do Diabético, creio ser oportuno levar ao plenário desta Casa minhas preocupações relativas a essa moléstia, sobre os males que ela causa e sobre a necessidade de sua prevenção ou, quando já instalada, seu controle.

O diabetes está sendo considerado uma doença de proporções epidêmicas em todo o mundo. Há um número crescente de casos novos diagnosticados a cada ano. No Brasil, o Censo Nacional de Diabetes, de 1988, avaliou a situação do diabetes em 9 capitais brasileiras, tendo mostrado dados extremamente preocupantes.

Segundo aquele levantamento, o diabetes atinge 7,6% da população brasileira na faixa etária dos 30 aos 69 anos. Quanto aos idosos de 70 anos ou mais, 20% deles sofrem de diabetes. Na população brasileira atual, estima-se que existam cerca de 5 milhões de diabéticos.

Sr. Presidente, metade das pessoas com diabetes tem a doença e não sabe. O diabetes geralmente evolui silenciosamente. Se o indivíduo não faz o exame de prevenção, não há sintomas de maior intensidade, e o mal só vai ser identificado quando surgir uma das suas freqüentes complicações, em geral crônicas e graves.

O diabetes atinge a todos, adultos e crianças, homens e mulheres, ricos e pobres, sem distinção entre tipos físicos ou raciais. É a quarta principal causa básica de morte no Brasil. É a principal causa de cegueira adquirida. Os diabéticos têm chance duas vezes maior de desenvolver cardiopatias e de sofrer derrames cerebrais, quando comparados aos não-diabéticos. Os diabéticos têm chance 17 vezes maior de vir a ter doença renal, e 40 vezes maior de vir a sofrer amputações nos membros inferiores.

Tecnicamente chamado de *Diabetes Mellitus*, o diabetes é, de fato, um conjunto de doenças, com manifestações diversas, cujo denominador comum é o aumento do teor de glicose no sangue. Isto é, excesso de açúcar no sangue. As causas mais comuns do diabetes são a herança genética familiar e a obesidade. Também o alcoolismo, a falta de exercícios físicos e a gravidez podem contribuir para o surgimento do diabetes.

As formas mais comuns de diabetes são os chamados Diabetes de Tipos 1 e Diabetes de Tipo 2. O tipo 1 é mais comum na criança e nos muito jovens. Os pacientes do tipo 1, geralmente, precisam de injeções diárias de insulina para sobreviver. Já o tipo 2 aparece mais após os 40 anos de idade, e em cerca de 90% das vezes a pessoa é obesa, tem peso acima do normal. O diabetes tipo 2 é cerca de 8 a 10 vezes mais comum que o tipo 1. O tipo 2 pode ser, inicialmente, tratado com dieta e exercícios. Se se agrava, o paciente vai necessitar de medicamentos tomados por via oral. Por fim, pode ser necessário o acréscimo de injeções de insulina.

O diabetes pode ser detectado por meio de exames simples que investigam a presença de açúcar na urina ou seu teor excessivo no sangue. Detectada a suspeita de diabetes, sua existência precisa ser confirmada por exames mais acurados. São medições de teor de glicose no sangue feitas em condições de controle cuidadosas e padronizadas.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, muitas vezes as pessoas têm diabetes e não sabem, pois os sintomas ou inexistem ou são muito vagos. Os sintomas mais claros são sede excessiva, excesso de urina, muita fome, cansaço e emagrecimento. Os sintomas vagos são formigamento nas mãos ou nos pés; peso, dormência ou dores nas pernas; infecções repetidas na pele e em mucosas. É importante, com ou sem sintomas, fazer exame de diabetes em toda pessoa que atinge a idade de 40 anos.

Quanto à cura do diabetes, a doença tem tratamento e pode ser controlada. A manutenção permanente da glicemia, isto é, do teor de açúcar no sangue, em nível normal ou próximo do normal, previne as complicações e leva ao desaparecimento dos sintomas, quando estes existem. Assim, a qualidade de vida da pessoa é restabelecida, e sua produtividade no trabalho volta a ser normal.

São muitas as complicações que podem resultar do diabetes. As principais são aquelas que aparecerão no curso de anos de evolução da doença. São as complicações dos vasos sangüíneos, que podem levar ao infarto no coração; o aumento da pressão arterial,

com todo o seu potencial de conseqüências graves; o derrame ou isquemia cerebral; o pé diabético, ferimentos que podem levar à amputação; lesões dos rins, com insuficiência renal; lesões nos olhos, com possível perda da visão; e paralisias.

Todas essas complicações acarretam um grande volume de consultas, exames, internações, cirurgias e outros procedimentos médicos; o que significa um enorme impacto negativo para os indivíduos, as famílias, a força de trabalho, a sociedade e a economia. E tudo isso pode ser evitado com o diagnóstico precoce e com o tratamento adequado do diabetes.

Há três aspectos do diabetes em que nunca é demais insistir. Primeiro, a forte influência do fator hereditário. Quem tem parentes diabéticos deve redobrar seus cuidados com a doença. Segundo, o fator obesidade. Ele aumenta o risco de se adquirir o diabetes tipo 2. O excesso de peso, repita-se, é fator de risco para o diabetes. Entre os diabéticos do tipo 2, 85% apresentam excesso de peso. Hoje, no Brasil e no mundo, a obesidade, cada vez mais freqüente na população, é o grande fator de expansão da incidência do diabetes.

O terceiro aspecto é a forte associação entre diabetes e doenças do coração. O vínculo é tão forte que, recentemente, entidades médicas, em vários países, começaram a recomendar que os médicos que tratam do diabetes passem a ser treinados para poder observar também, nos doentes, as cardiografias.

Sr. Presidente, várias entidades médicas no Brasil dedicam-se à divulgação dos cuidados que se devem ter com essa perigosa e muito difundida moléstia. Autoridades de saúde, em nível federal, estadual e municipal, desenvolvem ações e programas para combater o mal. No entanto cabe destacar a importância de aparelhar o maior número possível de municípios com os necessários instrumentos de informação e de administração da saúde, a fim de que a luta contra o diabetes possa se dar no nível mais relevante e pertinente, o nível municipal.

Diante disso, é preciso elogiar um projeto que tem esse objetivo, elaborado por algumas associações atuantes na guerra contra o diabetes. Trata-se da Proposta Básica para a Assistência ao Diabético no Município, espécie de cartilha dirigida às autoridades municipais. A autoria do trabalho é de um grupo de médicos especialistas que foi constituído pelas seguintes entidades: Sociedade Brasileira de Diabetes, SBD; Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM); e a Associação para Educação e Controle em Diabetes (ACED), esta uma entidade patrocinada por 11 grandes laboratórios farmacêuticos. O documento da Proposta ou cartilha pode ser encontrado no sítio da Internet

A elaboração dessa cartilha sobre diabetes, destinada às autoridades de saúde municipais, contou com o apoio do Comitê Técnico-Científico de *Diabetes Mellitus* do Ministério da Saúde. A cartilha abarca tópicos tais como: organização de campanhas de detecção de diabetes e de cadastramento de pacientes; aspectos legislativos e orçamentários; recomendações quanto aos recursos humanos, coordenação operacional e acordos com instituições privadas, tais como empresas e clubes de serviço; especificações técnicas relativas a medicamentos, reagentes e equipamentos; e vários outros aspectos da questão.

Sr. Presidente, portanto, há uma saudável mobilização de autoridades de saúde e de médicos especialistas no sentido de alertar, prevenir, controlar, no que diz respeito ao diabetes e seus perigos. Mas é necessário ampliar a informação ao público, intensificar o alerta, a divulgação, aos leigos e à classe médica. É o que trato de fazer com o presente pronunciamento; minha modesta contribuição ao controle dessa doença que tem trazido tão tristes sofrimentos a tantos brasileiros e suas famílias.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como membro do Comitê Executivo da União Interparlamentar, onde represento a América do Sul, participei da 11ª Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento, mais conhecida como Unctad.

A Conferência, que ocorreu em São Paulo, nos dias 13 a 18 do corrente, atingiu todos os seus objetivos, tanto no que diz respeito à representatividade, pelo número de nações que a ela compareceram, quanto à importância dos temas debatidos.

A União Interparlamentar, como organismo internacional que congrega representantes dos parlamentos de todo o mundo, não poderia faltar a um encontro desta envergadura. Para tanto, produziu e aprovou uma declaração que foi apresentada à Unctad e que representa o consenso de todos os seus membros.

Para dar conhecimento a esta Casa da referida Declaração, passo a reproduzi-la na íntegra:

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento11° período de sessões

São Paulo, 13 a 18 de junho de 2004

DECLARAÇÃO ADOTADA PELA REUNIÃO PARLAMENTAR POR OCASIÃO DA XI Unctad

Adotada por consenso na sessão de encerramento, em 12 de junho de 2004.

Nós, os parlamentares eleitos pelo nosso povo para representá-lo, reunidos em São Paulo por ocasião da XI Unctad, para celebrar 40 anos de cooperação internacional nas esferas do comércio e desenvolvimento. Os desafios com que se enfrenta a XI Unctad têm uma importância transcendental e são de caráter urgente. A pobreza e o subdesenvolvimento que afetam milhões de pessoas do mundo em desenvolvimento provocam grandes sofrimentos e privações. Alguns países em desenvolvimento estão realizando progressos significativos em relação ao alcance dos objetivos do Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas para 2015, mas um grande número deles esta longe de atingi-los.

2. Embora nas negociações comerciais internacionais se considerem cada vez mais os interesses dos países em desenvolvimento e tenha crescido a proporção do comércio internacional que lhes corresponde, a maioria deles tropeça, em diversos setores, com problemas que ensombram suas perspectivas de desenvolvimento. É evidente que, se quiserem promover o crescimento e o desenvolvimento, esses países devem aceitar, pelo seu próprio interesse, uma maior responsabilidade e recorrer mais aos seus próprios recursos, como, por exemplo, adotando políticas públicas apropriadas, para poder desempenhar um papel ativo na promoção do seu crescimento e desenvolvimento para não serem vítimas da globalização.

3. Os Estados têm realizado importantes avanços na aplicação de políticas públicas adequadas, inclusive em circunstâncias econômicas difíceis, mediante a consagração da boa governabilidade dentro da legalidade, graças a processos eleitorais livres e eqüitativos, à igualdade do homem e da mulher, a sistemas judiciais de caráter imparcial e a medidas de combate à corrupção. Trata-se de uma tarefa em andamento.

Estratégias de desenvolvimento numa economia mundial em processo de globalização

4. Há quatro anos, a X Unctad adotou o Plano de Ação de Bangkok, que é considerado como importante diretriz para gerenciar a globalização. Na Declaração do Milênio das Nações Unidas também se estabeleceram metas e objetivos ambiciosos. Várias outras conferências internacionais importantes relativas às questões do desenvolvimento sustentável, inclusive o financiamento do desenvolvimento, têm assumido compromissos para erradicar a pobreza e superar o subdesenvolvimento. Promessas feitas devem ser promessas cumpridas. No entanto, hoje em dia esses objetivos continuam sendo cada vez mais difíceis de alcançar, e o problema tem se agravado pela incerteza globalizada e por uma crescente insegurança.

5. A Unctad goza da confiança dos países em desenvolvimento por causa de sua independência e do seu firme compromisso a favor do desenvolvimento. Assim, a Unctad é especialmente eficaz em tudo o relativo à realização de análises macroeconômicas e prestar assessoria em matéria de políticas, assim como na qualidade de organismo de execução de programas de assistência técnica. Incentivamos a Unctad para que no futuro se concentre nas esferas em que possui atributos especiais e uma vantagem comparativa e, portanto, que os priorize. Os países doadores deveriam proporcionar fundos extra-orçamentários a Unctad para que realize esta tarefa.

6. Os países em desenvolvimento tropeçam em limitações especiais e contam com menor número de mecanismos para efetuar ajustes e transformações. A maioria deles está dotada de recursos específicos, de infra-estrutura, de conhecimentos e aptidões, e de tecnologia. Individualmente e em conjunto, estes fatores influenciam na estrutura da sua economia, nas modalidades e pautas do seu comercio e no seu acesso ao capital. Além disso, a integração desses países na economia mundial tem acontecido em vários graus e em distintos níveis e velocidade, causada por uma combinação de fatores de caráter sub-regional, regional, inter-regional e internacional.

7. A coerência normativa e a margem para a formulação de políticas são os grandes temas em torno aos quais está estruturada a XI Unctad. Conviemos que é indispensável garantir a coerência entre o Plano de Ação de Bangkok e o futuro Programa de trabalho do

mecanismo inter governamental da Unctad. Contudo, é ainda mais importante que haja coerência entre as políticas do setor público e os programas que aplicam as instituições econômicas de âmbito bilateral, regional e multilateral.

8. O processo de globalização comporta uma ampla integração entre as diversas economias nacionais. A adoção de normas internacionais estabelece limites à liberdade de formulação de políticas públicas no plano nacional. É preciso que os governos, atuem a nível nacional e internacional, encontrem urgentemente um ponto de equilíbrio apropriado entre esses dois pólos, garantindo que os países formulem suas próprias estratégias de desenvolvimento, e que estas e as normas internacionais convirjam para gerar emprego, crescimento e um desenvolvimento geral. A questão da existência de uma margem para a formulação de políticas nacionais no caso dos países em desenvolvimento exige uma análise séria e profunda.

Fomento da capacidade produtiva e da competitividade internacional

9. A capacidade produtiva de qualquer país radica na possibilidade que oferece aos seus cidadãos de trabalhar sobre a base de um marco regulador claramente definido e de instituições estatais eficazes que apliquem políticas públicas nacionais apropriadas voltadas para atingir um desenvolvimento sustentável de natureza endógena. Estamos convencidos de que o desemprego e uma proteção social deficiente se destacam como as causas e efeitos principais da crescente brecha entre os distintos grupos de cidadãos, tanto dentro dos Estados como entre eles. O firme compromisso em favor do pleno emprego com condições dignas de trabalho deve ser o eixo principal de todas as políticas e programas sociais, que são elementos essenciais de luta contra a pobreza.

10. A capacidade de produção dos países em desenvolvimento é menosprezada, entre outras coisas, pela falta de tecnologia, de financiamento e de instituições de apoio. A aplicação da tecnologia da informação e da comunicação nos processos de produção tem incrementado a produtividade e está desempenhando um papel fundamental na transição para uma economia baseada no conhecimento, e não na transformação da matéria prima. Os programas que fomentam a capacidade mediante uma ação centrada no conhecimento e qualificação, a educação básica e o fortalecimento das instituições, são indispensáveis para superar o subdesenvolvimento e as limitações ao estímulo da oferta.

11. É indispensável garantir a plena participação das mulheres e os jovens através da educação acadêmica e as atividades cívicas e comunitárias. Não será exagero frisar a necessidade que cada país tem de contar com meios de informação nacionais fortes, diversificados e pluralistas, e que sejam acessíveis aos setores pobres da população. Para pôr em prática estas medidas devem considerar-se as distintas sensibilidades nacionais e regionais e se basear no reconhecimento de que as reformas não podem ser objeto de uma microgestão a distância por parte de instituições que não tenham que prestar contas.

12. A capacidade produtiva nacional pode ser vista facilmente menosprezada quando não existem acordos favoráveis de financiamento regional e internacional, tanto em épocas normais como em situações de emergência. Na sua configuração atual, o sistema financeiro e monetário internacional tem demonstrado não estar à altura das suas tarefas de financiamento das crises de liquidez a curto prazo, amortização das flutuações dos preços dos produtos básicos, reciclagem dos excedentes, solução da crises endêmica da dívida e financiamento de bens e serviços de capital do setor público que os países em desenvolvimento necessitam desesperadamente.

13. O setor privado tem uma contribuição essencial para promover o desenvolvimento. Recomendamos que todos os países reforcem as condições econômicas e jurídicas favoráveis ao investimento privado. Todas as empresas privadas devem aderir à legislação nacional e assumir suas responsabilidades sociais.

Obtenção de benefícios em matéria de desenvolvimento a partir do sistema comercial internacional e as negociações comerciais

14. Não é possível obter benefícios em matéria de desenvolvimento a partir do sistema comercial internacional e as negociações comerciais se não existirem condições justas para o comércio dos produtos básicos agrícolas. Por conseguinte, é urgente realizar progressos nas negociações multilaterais em curso. Os Estados devem se comprometer a pôr um fim a toda política agrícola que contribua para o empobrecimento e o subdesenvolvimento. Devem reafirmar a sua adesão à Declaração Ministerial de Doha, estabelecer um

calendário claro para a eliminação gradual de todas as formas de subvenções à exportação e à produção que distorcem o comércio, e acertar um aumento considerável de acesso aos mercados, permitindo a aplicação de tratamento especial e diferenciado como um elemento essencial, por exemplo, em apoio à segurança alimentar. Convidamos os membros da OMC para que se comprometam a enfrentar essas questões de modo que não haja distorção comercial, e pedimos à XI Unctad que no seu documento de resultados aborde as inquietudes expressas neste parágrafo.

15. Considerando a função de apoio da Unctad ao funcionamento do sistema comercial multilateral aberto, pedimos dar aos seus recursos o melhor uso possível para que o comércio internacional, as finanças, as atividades ambientais, o transporte e a tecnologia sejam orientados a satisfazer as necessidades gerais de desenvolvimento, e em particular as necessidades dos países menos desenvolvidos, os pequenos Estados insulares e os Estados sem litoral. A Unctad pode servir de foro aberto para o debate de temas que no momento constituem empecilhos para a negociação de acordos vinculantes da OMC.

16. Estamos convencidos de que os compromissos vinculantes são de interesse de todos os associados na negociação. Os conjuntos comuns e compartilhados de princípios, normas e regras são de interesse de cada país. Ao mesmo tempo, estamos convencidos de que os acordos da OMC deveriam ser abertamente negociados e livremente aceitos. As exceções e medidas especiais que são parte integrante dos acordos devem especificar-se claramente e se aplicar plenamente, em particular as que revestem importância primordial para os países em desenvolvimento, alguns dos que sustentam que o programa e o funcionamento atual da OMC são desfavoráveis para suas perspectivas de crescimento e, por conseguinte, para o seu desenvolvimento.

17. Deve dispor-se, como requisito para medir os progressos, de dados confiáveis e de uma adequada metodologia para fazer observações qualitativas e formular uma política idônea. Durante as rodadas de negociações multilaterais, o Banco Mundial e a OMC declaram que a liberalização dará lugar a enormes benefícios sócio econômicos. Estas afirmações devem desmembrar-se, de forma que cada país em desenvolvimento possa medir seus próprios ganhos socioeconômicos líquidos na geração de postos de trabalho digno. Os 40 anos da Unctad no setor do comércio e o desenvolvimento deveriam ajudar a responder a essas expectativas. Para tal propósito, pode servir a proposta dos pontos de referência do desenvolvimento.

18. Após a ampliação das normas e disciplinas comerciais para novas esferas, a norma pela que os países mensuravam seus benefícios líquidos obtidos do intercâmbio de bens, conhecida como “a relação de intercâmbio”, tem desaparecido da análise séria sobre o comércio e o desenvolvimento. Pedimos a Unctad que coordene um estudo teórico e empírico sobre o particular, prestando a devida atenção às diferentes conclusões relativas à globalização e seus efeitos para os pobres.

19. Apoiamos os esforços da Unctad para ajudar os países em desenvolvimento a estarem melhor preparados para as negociações da OMC. Ao mesmo tempo, insistimos em que o mesmo efeito de ligação que se aplica a outros compromissos tributários, não tributários e baseados em normas deveria aplicar-se também aos compromissos a respeito da assistência técnica e ao fortalecimento da capacidade. Os países em desenvolvimento que têm que aderir às normas e disciplinas ligadas a OMC deveriam dispor do “apoio técnico e serviços de pós venda” necessários e suficientes, em particular através do mecanismo de solução de diferenças da OMC. Só desta forma se conseguirá um autêntico equilíbrio de benefícios a partir da aplicação do conceito de “um só organismo” na OMC.

Regionalismo aberto e cooperação Sul-Sul

20. Os apelos a favor de uma “globalização justa” não terão um significado real se o gênio criativo da vasta maioria dos seres humanos continuarem ficando à margem da interação, salvo pela intermediação de terceiros. Convencidos de que as medidas em favor da cooperação Sul-Sul têm sido até agora provisórios e insuficientes, pedimos aos países em desenvolvimento para adotarem medidas agressivas para complementar os trilhados caminhos do diálogo e os acordos Norte-Sul. Pedimos também à Unctad que formule e aplique políticas e programas adequados de apoio à cooperação econômica e técnica entre os países em desenvolvimento.

21.Na medida em que se acelera a integração em círculos cada vez mais amplos de produção e de consumo, a importância dos fatores externos para os mercados nacionais aumenta. Uma política de regionalismo baseada na abertura dos mercados incrementa a competitividade internacional, melhora

o bem-estar nacional e respalda a integração. Uma análise atual das tendências internacionais e a adoção de respostas de políticas prudentes ajudará a garantir que a integração e os processos de ajuste procedam de consenso. Acreditamos a este respeito que o mecanismo Intergovernamental da Unctad deveria seguir oferecendo um foro valioso para a análise das experiências comparativas, e que a Unctad deveria trabalhar na mais estreita colaboração com outras instituições internacionais, em particular com os acordos de integração regionais e as zonas de livre comércio.

As associações e a função dos parlamentos

22. A participação dos parlamentos pode aumentar enormemente a coerência entre as estratégias nacionais de desenvolvimento e os processos econômicos mundiais – tema da XI Unctad. Os parlamentos têm importantes responsabilidades nacionais em relação com a formulação e aplicação de políticas e estratégias de desenvolvimento. Os parlamentos e seus membros debatem os problemas mundiais de hoje, e podem ajudar também neste caso a aumentar a coerência. Além disso, necessariamente têm de entender as ligações entre a vida, a segurança e o bem-estar das pessoas e o comércio e o desenvolvimento. Portanto, é conveniente em todo sentido fortalecer a cooperação entre a Unctad e os parlamentos nacionais através da União Interparlamentar, como se pede na Declaração do Milênio.

23. Por conseguinte, congratulamo-nos de que no projeto do documento de resultados da XI Unctad se reconheça a importância da função dos parlamentos em apoio à cooperação internacional para o desenvolvimento. Convidamos à União Interparlamentar para que, junto com outras assembléias parlamentares regionais e internacionais pertinentes, mobilizem a participação dos parlamentares para as atividades de seguimento. Instamos a União Interparlamentar para que continue sendo o ponto de contato entre os parlamentos e a Unctad, concretamente mediante o intercâmbio mútuo de informação e medidas de fomento da capacidade no que diz respeito ao espaço normativo e à coerência na formulação de políticas a nível nacional e internacional.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 36 minutos.)

(OS 14439/04)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ROMEU TUMA NA SESSÃO DO DIA 17 DE JUNHO, DE 2004, QUE ORA SE REPUBLICA PARA FAZER CONSTAR DOCUMENTOS QUE A ELE SE REFEREM.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desde o dia 11 tento usar da palavra para homenagear a Marinha do Brasil, em comemoração à Batalha do Riachuelo.

Ainda ontem o Senador Antonio Carlos Magalhães usou da tribuna e descreveu as angústias das Forças Armadas no que diz respeito à estrutura defasada e aos principais projetos postergados por falta de verba e ainda o que mais aflige os dignos chefes das três Forças: a questão salarial de seus subordinados que vêem seus soldos minguando ao longo do tempo, fazendo com que já quase não possam sobreviver com dignidade.

Estou dizendo isto em razão de hoje, com toda angústia e ansiedade que toma conta das Srªs Senadoras e Srs. Senadores pela discussão e votação do salário mínimo que, pelos cálculos do ilustre Senador Paulo Paim, alcança cerca de 100 milhões de brasileiros.

No último dia 11 foi comemorado o dia da Marinha brasileira. Neste mesmo dia, nos idos de 1865, aconteceu a batalha do Riachuelo, quando entraram em confronto a esquadra brasileira, comandada pelo almirante Barroso (depois barão do Amazonas) e a esquadra paraguaia, que foi destroçada e em parte destruída. O combate durou aproximadamente 8 horas, e foi sustentado de um e outro lado com rara bravura.

Mas podemos dizer que o nascimento da Marinha do Brasil se deu muito antes disso, em 1567, quando, de improviso, foi armada uma tropa do mar a fim de expulsar os franceses do Rio de Janeiro. Nessa batalha, até os índios usaram suas embarcações para ajudar os portugueses. Na verdade, foi a primeira vez

que os indígenas se associaram aos portugueses para expulsar os franceses.

Em 1612, os franceses fizeram nova investida no sentido de estabelecer uma colônia nas terras brasileiras. Fundaram a cidade de São Luís, no Maranhão, estabelecendo a França Equinocial. Essa nova investida francesa foi episódio bem mais perigoso para a unidade nacional do que sua congênere do Rio de Janeiro, pois enquanto esta era um enclave em território controlado por Portugal, aquela fora estabelecida em setor costeiro até então fora da órbita portuguesa. A retomada dessa região pelos lusitanos foi uma verdadeira epopéia naval, decidida a favor destes após a estratégica conquista da superioridade no mar.

Mas foi apenas em 1808 que as primeiras tropas do mar, propriamente ditas, vieram para o Brasil.

Em 1822, o grito do Ipiranga produziu ecos em quase todo o território brasileiro, mas nas províncias do Norte, Nordeste e na Cisplatina, as Juntas do Governo continuaram leais às Cortes de Lisboa. Foi necessária, então, a ação da Marinha para evitar a fragmentação do país e garantir a consolidação da Independência. Em 1823, a Marinha do Brasil se desligou definitivamente das esquadras portuguesas e constituiu sua própria esquadra. Essa nova tropa, com a ajuda da marinha inglesa, conseguiu reintegrar, ao território nacional, aquelas regiões que continuavam fiéis à coroa portuguesa.

Em vários outros momentos da nossa história, a Marinha teve papel decisivo, como, por exemplo, no combate naval de Abrolhos, quando os holandeses foram expulsos do sul da Bahia, em 1631; na ação naval na Baía de Todos os Santos, quando esse mesmo povo foi expulso de Salvador, em 1635; na Primeira Guerra Mundial, em 1918, apoiando os aliados; e na Segunda Guerra Mundial, de 1941 a 1945, também apoiando os aliados na luta contra o nazi-facismo.

Com isso, vemos que a atuação da Marinha brasileira se confunde com o nascimento e manutenção da Nação que temos hoje.

Essa instituição continua a ser de extrema importância para o País. São mais de 8.500 quilômetros de costa marítima. Temos 16 portos principais e 4 grandes terminais, por onde circulam mais de 26 mil navios por ano. Três quartos de toda a carga transportada pelos navios em nosso território é referente ao comércio exterior. Por outro lado, 95% de todo o comércio internacional de que o Brasil participa, seja como importador, seja como exportador, passa, em algum momento, por linhas de comunicação marítimas.

E quanto à nossa soberania? Não nos enganemos: em muitas situações, a via diplomática só será adotada, por certos países, se eles sentirem que os custos de uma batalha militar direta serão maiores. Assim, é importante aparelhar o mais possível as forças armadas, fazendo com que os nossos eventuais opositores considerem a via diplomática mais atraente para a solução dos conflitos. Isso nos dá um maior poder de negociação.

Os mares, em especial, têm papel de destaque nesse quadro, pois são a via natural de deslocamento e chegada de tropas para a maior parte de nações que eventualmente poderiam entrar em conflito com o Brasil. Um poderio naval considerável serve de incentivo à busca de solução pacífica das controvérsias e de dissuasão de eventuais tendências de agressões externas.

A Marinha do Brasil possui esquadra moderna e atualizada, com sistemas de controle e de armamento de última geração, e tripulados por guarnições adequadamente formadas e treinadas. No entanto, cumpre mantê-la assim. É preciso estar sempre atualizando os recursos bélicos, treinando o corpo de oficiais e seus subordinados, valorizando-os e incentivando-os para que continuem tendo orgulho de sua missão. Somente assim, a soberania de nosso País estará assegurada, e a tranqüilidade das nossas futuras gerações, garantida.

Por tudo isso, um dia é pouco para lembrar a importância da Marinha para o País. De fato, devemos ter sempre em mente a intrínseca dependência que existe entre nossa manutenção como nação soberana e o bom funcionamento de nossas forças armadas, em especial, da Marinha, que defende a nossa imensa costa.

Peço que sejam publicados como parte deste pronunciamento a Ordem do Dia do Sr. Comandante da Marinha e a Mensagem do Senhor Presidente da República, alusivos à data comemorativa do Dia da Marinha do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

COMANDANTE DA MARINHA

BRASÍLIA, DF.

Em 11 de junho de 2004.

ORDEM DO DIA Nº 2/2004

Assunto: Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo.

A Marinha, mais uma vez, se engalana para comemorar o aniversário da Batalha Naval do Riachuelo.

Em todas as nossas Organizações Militares realizamos uma cerimônia interna, com duplo propósito: o primeiro é cultuar os feitos e os heróis daquele histórico episódio e o segundo é relembrar os ensinamentos que permanecem válidos para o momento presente.

Realizamos também cerimônias de maior porte nos Comandos dos Distritos Navais e no Comando Naval da Amazônia Ocidental, nas quais, para partilhar conosco daqueles propósitos, temos a honra de receber diversas autoridades e fazer a imposição das condecorações àqueles que foram admitidos ou promovidos na Ordem do Mérito Naval, a mais alta condecoração da Marinha.

Voltemos à manhã do dia 11 de junho de 1865.

Os navios das duas divisões navais – Fragata "Amazonas"; Corvetas "Beberibe" e "Jequitinhonha"; e Canhoneiras "Araguari", "Belmonte", "Iguatemi", "Ipiranga", "Mearim" e "Parnaíba" – que sob o comando do Chefe-de-Divisão Barroso haviam participado da retomada de Corrientes, à margem esquerda do Rio Paraná, encontravam-se fundeados algumas milhas rio abaixo.

Cerca das nove horas da manhã ouve-se o brado de um dos nossos vigias: "INIMIGO À VISTA". A força naval do então oponente, composta por oito navios, com seis chatas artilhadas a reboque, descia o rio decidida a tomar ou destruir os navios brasileiros, com o apoio de dezenas de baterias e centenas de soldados ardilosamente posicionados à margem esquerda do Paraná, nas barrancas próximas à desembocadura de um pequeno afluente, o Riachuelo.

Barroso ordena, de imediato, que os navios suspendam e, ao mesmo tempo, iça o seu primeiro sinal: "PREPARAR PARA O COMBATE".

Logo em seguida, dissemina o segundo sinal: "O BRASIL ESPERA QUE CADA UM CUMPRA O SEU DEVER".

Tem início a Batalha Naval de Riachuelo, cujo desenvolvimento registra grandes e memoráveis feitos, que se imortalizaram na nossa história.

O Chefe-de-Divisão Barroso manda içar o seu terceiro sinal: "ATACAR E DESTRUIR O INIMIGO O MAIS PERTO QUE PUDER".

A luta é intensa.

O Guarda-Marinha Greenhalgh, a bordo da "Parnaíba", abordada por quatro navios, perde sua vida defendendo o pavilhão nacional, que os inimigos tentavam arriar.

Também a bordo da "Parnaíba", o marinheiro Marcílio Dias trava uma luta corporal, a sabre, com quatro inimigos. Após abater dois deles, tomba, ferido de morte, junto à peça de canhão que defendia.

No momento crucial da batalha, Barroso toma então uma iniciativa ousada e decisiva: investe com a proa de seu navio capitânia, a "Amazonas", sucessivamente, contra três navios e uma chata artilhada do inimigo. Coloca-os, um a um, a pique. O quarto e último sinal é içado: "SUSTENTAR O FOGO QUE A VITÓRIA É NOSSA".

Os navios restantes da força oponente batem em retirada. Antes do pôr do sol, a batalha estava encerrada.

As forças da Tríplice Aliança obtêm uma vitória marcante. As comunicações fluviais do inimigo estão cortadas. Com isso, restringe-se fortemente o suprimento logístico das tropas invasoras, fator decisivo para o restante da campanha.

Os heróis de Riachuelo cumpriram sua missão, com soberbas demonstrações de bravura, profissionalismo e amor à Pátria. Foi escrita uma página de glória para a nação brasileira.

Por isso, todos os anos reverenciamos o 11 de junho. Mas as homenagens não ocorrem só nesse dia. Em dezembro, na cerimônia de declaração de Guardas-Marinha, os ainda Aspirantes, antes de receberem as suas espadas, devolvem os seus espadins junto a uma peça histórica que, zelosamente, guardamos na nossa Escola Naval: a seção do mastro da Fragata "Amazonas", capitânia de Barroso.

Procuramos, assim, não deixar que sejam esquecidos os feitos e os exemplos daqueles nossos heróis, o primeiro propósito a que me referi.

E os ensinamentos?

O primeiro deles é que conflitos armados acontecem. Por mais que tentemos evitá-los – procurando sempre a solução pacífica das possíveis controvérsias, não tendo ambições territoriais e sendo ardorosos defensores da paz – não podemos ignorar que o mundo real em que vivemos é bem diferente do mundo ideal em que gostaríamos de viver. Nos últimos cinco anos, 96 países estiveram envolvidos em conflitos de maior ou menor intensidade, incluindo guerras civis, guerras de emancipação, guerras de guerrilhas e guerras contra o terrorismo. A guerra é, portanto, gostemos ou não, um fenômeno social, conforme demonstrado em inúmeras ocasiões ao longo da história de diversas nações, inclusive da nossa.

O segundo ensinamento, decorrência natural do primeiro, é que qualquer nação que pretenda ser livre, soberana e respeitada tem que, além de atender a uma longa série de necessidades de várias naturezas, dispor de um Poder Militar que inspire credibilidade e que seja capaz, não de agredir, mas de dissuadir eventuais agressões à sua soberania ou aos seus interesses, ou de responder a elas, caso ocorram. O longo período que, felizmente, a nação brasileira vive livre de agressões externas, certamente deve-se, além de outros aspectos, à capacidade dissuasória mantida pelo seu Poder Militar, capacidade essa que temos que preservar, principalmente quando o nosso País pretende ter uma maior inserção no cenário internacional.

Especificamente com relação à Marinha, podemos acrescentar um outro ensinamento, do eminente estadista Rui Barbosa, que no início do século passado já dizia: "ESQUADRAS NÃO SE IMPROVISAM". Corroborando tal assertiva, sabemos que leva algum tempo para se obter meios e muito mais tempo para preparar o pessoal. Um exemplo disso pode ser retirado da própria campanha conduzida pela Tríplice Aliança, que se arrastou por longos cinco anos. Uma das razões para essa demora, que demandou maiores sacrifícios para chegar-se ao desfecho do conflito, foi a necessidade da Esquadra brasileira obter meios e preparo necessários para sustentar a guerra fluvial, ultrapassar as fortificações inimigas e manter seu apoio às forças terrestres aliadas.

A mesma dificuldade voltou a ocorrer nos dois grandes conflitos mundiais dos quais participamos, só que no cenário do Atlântico.

Naquelas duas ocasiões a Esquadra também não estava pronta, o que, novamente, exigiu enormes sacrifícios. À propósito, um fato nem sempre lembrado, é que na 2a Guerra Mundial, o maior número de baixas brasileiras deu-se no mar, vitimando tripulantes de navios da Marinha e da nossa gloriosa Marinha Mercante.

Para que não esqueçamos dessas lições, ou, no dizer de Rui Barbosa, para cuidar que não durmamos, é que existe na nossa Escola de Guerra Naval, uma placa com a frase: "LEMBRAI-VOS DA GUERRA".

Diante desse quadro, como está a Marinha do Brasil hoje?

Ela permanece disciplinada, dedicada e profissional, consciente das dificuldades econômicas do País – com os inevitáveis reflexos nas suas dotações orçamentárias, especificamente dos últimos seis anos – mas extremamente preocupada não só com a situação social do seu pessoal, civis e militares, mas, também, com a acentuada degradação material dos seus meios operativos, sem que hajam perspectivas claras de reversão do quadro atual.

Dentro do que é possível fazer, a Marinha prossegue contribuindo com o desenvolvimento científico-tecnológico do País, como, por exemplo, no Programa Nuclear; executando o Programa Antártico; ministrando o Ensino Profissional Marítimo; cuidando da segurança da navegação; atuando nas operações de busca e salvamento; e participando de ações cívico-sociais, sendo marcante as operações de assistência médico-hospitalar na Amazônia, além de diversos programas sociais do governo.

Mas a sua principal tarefa foi, é e continuará a ser, conforme previsto na nossa Lei Maior, o preparo do Poder Naval, para que possa ter condições de atuar, como e onde necessário, na imensidão dos mares da nossa Amazônia Azul, na extensa malha hidroviária da Amazônia Verde e, também, nos rios da bacia do Paraná-Paraguai.

Se estivermos prontos e aparelhados para a nossa tarefa principal, certamente poderemos atender, com maior eficiência e eficácia, as tarefas subsidiárias mencionadas, que também são obrigações da Marinha. A recíproca, entretanto, não é verdadeira.

Renovo a exortação que fiz no último 11 de junho e agradeço a todos os integrantes da Marinha o empenho em executá-la: temos que

continuar buscando novas soluções, repensando prioridades e utilizando, com parcimônia e eficiência, tudo aquilo que dispomos.

Renovo, também, a esperança de que dias melhores virão, com a aprovação do Programa de Reaparelhamento da Marinha, que, englobando a construção de novos meios e a modernização de outros atualmente em operação, sem aumento do inventário hoje existente, permitirá que deixemos às gerações futuras, de forma concreta, as sementes da Marinha do Amanhã.

É o nosso dever perante a Nação. É, também, o compromisso que temos com os heróis de Riachuelo.

ROBERTO DE GUIMARÃES CARVALHO

Almirante-de-Esquadra

Comandante da Marinha

Mensagem do Presidente da República à Marinha por ocasião do 139º Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo

É com imensa honra que a Nação brasileira celebra o 11 de junho. Neste dia, recordamos os grandes feitos empreendidos por Barroso e seus comandados, na histórica Batalha Naval do Riachuelo. Ao mesmo tempo, temos a satisfação de ver diversas personalidades e instituições, civis e militares, serem homenageadas com a Ordem do Mérito Naval, a mais alta condecoração da nossa Marinha.

Tenho certeza de que os que estão sendo hoje homenageados, nas cerimônias que se realizam por todo o País, partilham do mesmo orgulho e emoção que senti, em maio de 2003, ao receber a Ordem do Mérito Naval, na condição de seu Grão-Mestre.

Cumprimento os agraciados pelo reconhecimento da Marinha em uma ocasião tão especial, como é o 11 de junho. Um dia que evoca os valores indeléveis legados pelos heróis de Riachuelo. Valores como desprendimento, patriotismo, competência e coragem, que fizeram com que vultos como Barroso, Greenhalgh e Marcílio Dias não saíssem da memória do povo brasileiro. Lembro, com orgulho, que na minha infância, em Vicente de Carvalho, bairro simples do Guarujá, estudei em uma escola pública cujo nome é Grupo Escolar Marcílio Dias, o marinheiro que tombou ferido de morte na Batalha Naval do Riachuelo.

Marinheiros e Fuzileiros!

Como Comandante Supremo das Forças Armadas, gostaria de parabenizá-los não só pelo dia de hoje, mas também por todo o esforço que vêm empreendendo, diuturnamente, para superar os óbices orçamentários que a conjuntura econômica do momento impõe.

Por meio dos contatos, que mantenho com o Ministro da Defesa e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, estou a par dos anseios e dos problemas estruturais pelos quais as nossas três Forças estão passando.

No caso específico da Marinha, bem sei da necessidade de reaparelhamento e modernização de seus meios, única forma de mantê-la capacitada a continuar contribuindo de forma eficaz para a defesa do País, exercendo a presença do Estado em nossa extensa malha hidroviária e, sobretudo, na Amazônia Azul, imenso patrimônio que também temos a zelar na área marítima sob jurisdição nacional.

Não poderia deixar de ressaltar o relevante papel que a Marinha vem exercendo no cumprimento de suas atribuições subsidiárias. Já tive a oportunidade de ver seus navios-hospitais operando nos pontos mais distantes da Amazônia, onde prestam solidariedade e assistência médico-hospitalar à população carente ribeirinha. Destaco, também, seu importante papel como indutora do desenvolvimento científico e tecnológico do País, na construção naval, no Programa Nuclear e no Programa Antártico Brasileiro.

Finalmente, gostaria de cumprimentá-los pelo empenho que exerceram, com seus companheiros do Exército e da Força Aérea, no planejamento e nos preparativos que permitiram o Brasil participar, de forma bastante representativa, da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti. Participação essa que conta com o Grupo-Tarefa 705.2, composto por quatro navios, que suspenderam do Rio de Janeiro no dia 28 de maio, transportando o material e parte do efetivo da Brigada Haiti, para chegar naquele País no dia 15 de junho

0612246953 ASSPAR MARINHA 421 P02 14/06/04 17:26

próximo, realizando uma travessia de dezoito dias de mar.

Como já manifestei em outras ocasiões, um país só é forte e respeitado quando tem Forças Armadas compatíveis com seu papel na comunidade internacional. Temos o compromisso de recuperar a capacidade operativa das nossas Forças Armadas. E vamos fazê-lo no âmbito do processo de retomada do desenvolvimento, avançando no sentido de modernizá-las e melhor equipá-las.

As suas legítimas aspirações serão contempladas. Trata-se de uma questão que o meu Governo tem determinação de atender.

A sociedade brasileira tem orgulho e admiração pelos senhores e senhoras. Por isso, comemoramos, brasileiros e brasileiras, a gloriosa data de 11 de junho, na certeza que, na luta diária, juntos, estamos construindo um país melhor!

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil

Veja outras notícias

ATA DA 68ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 1º DE JUNHO DE 2004
(Publicada no Diário do Senado Federal nº 089, de 2 de junho de 2004)

RETIFICAÇÃO

1) A página nº 16964, 2ª coluna, na Ordem do Dia, no item 1, durante a votação do Projeto de Lei de Conversão nº 34 de 2004, logo após a votação da Emenda nº 67,

Onde-se lê:

.....

"Votação, em globo, das Emendas nºs 61, 62, 63, 65, 68 e 69, de autoria do nobre Relator.

As Srªs e Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas."

.....

Leia-se:

.....

"Votação, em globo, das Emendas nºs 61,62,63,**64**,65,68 e 69, de autoria do nobre Relator.

As Srªs e Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas."

.....

SECRETÁRIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte e dois do mês de junho de dois mil e quatro, terça-feira, às dez horas, na sala nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da **Comissão Mista** destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 191**, adotada em 11 de junho de 2004 e publicada no dia 14 do mesmo mês e ano, que "Dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e acrescenta a alínea "f" ao inciso I do art. 2º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, que dispõem sobre importações de bens destinados a pesquisa científica e tecnológica e suas respectivas isenções ou reduções de impostos.", sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada por falta de *quorum*.**

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Mistas (Senado Federal).

Sala das Comissões, 22 de junho de 2004.

Sérgio da Fonseca Braga
Serviço de Apoio às Comissões Mistas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia 24 do mês de junho de dois mil e quatro, quinta-feira, às 11:00 horas, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 192**, adotada em 17 de junho de 2004 e publicada no dia 18 do mesmo mês e ano, que "Dá nova redação ao § 4º do art. 5º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a forma de pagamento das indenizações decorrentes de acordos judiciais, acrescenta os §§ 7º, 8º e 9º ao mesmo artigo, dispondo sobre a forma de pagamento dos imóveis rurais pela modalidade de aquisição por compra e venda, e dá outras providências", sem a presença de membros, ***a reunião não foi realizada por falta de quorum*** .

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Mistas (Senado Federal).

Sala das Comissões, 24 de junho de 2004

Sérgio da Fonseca Braga
Serviço de Apoio às Comissões Mistas

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA

PFL	Rodolpho Tourinho
PFL	Antonio Carlos Magalhães
PFL	César Borges

RIO DE JANEIRO

PT	Roberto Saturnino
PL	Marcelo Crivella
PMDB	Sérgio Cabral

MARANHÃO

PMDB	João Alberto Souza
PFL	Edison Lobão
PFL	Roseana Sarney

PARÁ

PMDB	Luiz Otávio
PT	Ana Júlia Carepa
PTB	Duciomar Costa

PERNAMBUCO

PFL	José Jorge
PFL	Marco Maciel
PSDB	Sérgio Guerra

SÃO PAULO

PT	Eduardo Suplicy
PT	Aloizio Mercadante
PFL	Romeu Tuma

MINAS GERAIS

PL	Aelton Freitas
PSDB	Eduardo Azeredo
PMDB	Hélio Costa

GOIÁS

PMDB	Maguito Vilela
PFL	Demóstenes Torres
PSDB	Lúcia Vânia

MATO GROSSO

PSDB	Antero Paes de Barros
PFL	Jonas Pinheiro
PT	Serys Slhessarenko

RIO GRANDE DO SUL

PMDB	Pedro Simon
PT	Paulo Paim
PTB	Sérgio Zambiasi

CEARÁ

PSDB	Reginaldo Duarte
PPS	Patrícia Saboya Gomes
PSDB	Tasso Jereissati

PARAÍBA

PMDB	Ney Suassuna
PFL	Efraim Morais
PMDB	José Maranhão

ESPÍRITO SANTO

PPS	João Batista Motta
PSDB	Marcos Guerra
PL	Magno Malta

PIAUÍ

PMDB	Alberto Silva
PFL	Heráclito Fortes
PMDB	Mão Santa

RIO GRANDE DO NORTE

PTB	Fernando Bezerra
PMDB	Garibaldi Alves Filho
PFL	José Agripino

SANTA CATARINA

PFL	Jorge Bornhausen
PT	Ideli Salvatti
PSDB	Leonel Pavan

ALAGOAS

	Heloísa Helena
PMDB	Renan Calheiros
PSDB	Teotônio Vilela Filho

SERGIPE

PFL	Maria do Carmo Alves
PDT	Almeida Lima
PSB	Antonio Carlos Valadares

AMAZONAS

PMDB	Gilberto Mestrinho
PSDB	Arthur Virgílio
PDT	Jefferson Peres

PARANÁ

PSDB	Alvaro Dias
PT	Flávio Arns
PDT	Osmar Dias

ACRE

PT	Tião Viana
PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PT	Sibá Machado

MATO GROSSO DO SUL

PDT	Juvêncio da Fonseca
PT	Delcídio Amaral
PMDB	Ramez Tebet

DISTRITO FEDERAL

PMDB	Valmir Amaral
PT	Cristovam Buarque
PFL	Paulo Octávio

TOCANTINS

PSDB	Eduardo Siqueira Campos
PFL	João Ribeiro
PFL	Leomar Quintanilha

AMAPÁ

PMDB	José Sarney
PSB	João Capiberibe
PMDB	Papaléo Paes

RONDÔNIA

PMDB	- Paulo Elifas
PT	- Fátima Cleide
PMDB	- Valdir Raupp

RORAIMA

PPS	- Mozarildo Cavalcanti
PDT	- Augusto Botelho
PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.
Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.
Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1.Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL
**Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.
Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1.Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.
Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1.Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)
Vice-Presidente: (vago)
Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
**Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
*** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDELI SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2–DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2- PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO:JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2.Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)

Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2.Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995	**3ª Eleição Geral**: 27.06.2001
2ª Eleição Geral: 30.06.1999	**4ª Eleição Geral**: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	**UF**	**Ramal**	**Suplentes**	**UF**	**Ramal**
(Vago)	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL [5]					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PT [1]					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)	DF	2285	3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB [5]					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB [1]					
(Vago)			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB , PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 16.04.2004)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB[5]
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	**PRESIDENTE** Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Luiz Piauhylino (PSDB-PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
1º SECRETÁRIO Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	**1º SECRETÁRIO** Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
2º SECRETÁRIO Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	**2º SECRETÁRIO** Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	**3º SECRETÁRIO** Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	**4º SECRETÁRIO** Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	**LÍDER DA MAIORIA** Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	**LÍDER DA MINORIA** Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Deputado Maurício Randes (PT-PE)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Edison Lobão (PFL-MA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Carlos Melles (PFL-MG)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO **Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

** Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social*

02 - Comissão de Tecnologia Digital
(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo
(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia
(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	**Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON**
Secretário-Geral: **Senador RODOLPHO TOURINHO**	**Secretário-Geral Adjunto:** **Deputado ROBERTO JEFFERSON**

MEMBROS NATOS [1]	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	**Deputada ZULAIÊ COBRA** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154
cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA **Deputado ARLINDO CHINAGLIA** (PT-SP)	**LÍDER DA MAIORIA** **Senador RENAN CALHEIROS** (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA **Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ** (PFL-AL)	**LÍDER DA MINORIA** **Senador SÉRGIO GUERRA** (PSDB -PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL **Deputado CARLOS MELLES** (PFL-MG)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** **Senador EDUARDO SUPLICY** (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

EDIÇÃO DE HOJE: 114 PÁGINAS